

50
CONSTITUICAO MORAL
E DEVERES DO CIDADAO COM
EXPOSICAO DA MORAL PUBLICA
CONFORME O ESPIRITO DA
CONSTITUICAO DO IMPERIO POR
JOSE DA SILVA LISBOA
RIO DE JANEIRO 1824

Parte I e Parte II

CONSTITUIÇÃO MORAL,

E

DEVERES DO CIDADÃO.

COM EXPOSIÇÃO

DA

MORAL PÚBLICA

CONFORME O ESPÍRITO

DA CONSTITUIÇÃO DO IMPÉRIO

PARTI 1.ª

POR

JOSÉ DA SILVA LISBOA.

OFFERTA
DE
Francisco Alves

*Nemo illis citius ridet, nec corrumpere et corrumpi
seculum vocatur: plus que tibi boni mores su-
lent, quam alibi bonae leges.*
Pact. de Morib. Germ. Cap. XIX.



RIO DE JANEIRO.

NA TYPOGRAPHIA NACIONAL, 1824.

MECA MO 669017

SUA Magestade Imperial

SENHOR

D. PEDRO I.

A Principal Honra, que os sabios da antiguidade tributarão aos Fundadores dos Imperios, teve por motivo a consideração de estabelecerem a Moralidade Nacional como a Solida Base do Edifício Politico. O immortal Lyrico amigo de Augusto bem o advertia, que as mais sãs Leis do Imperio Romano se constituíam vãs sem bons costumes no Populo. Sendo objecto de geral censura a decadencia da Moral Publica, pelo contagio da Inutilidade, propagada nas Revoluções de ambos os Hemispheros, he digno de GRANDE CATETER de VOSSA Magestade Imperial o Dar Parochoa nestes estudos das doutrinas que podem contribuir a formar Cidadãos de Heroico Espirito Publico, e ao mesmo tempo excitar virtuosa emulação nos Engenhos Brasileiros, para com seus escriptos e exemplos darem credito ao Imperio do Brasil em tão importante repartição dos conhecimentos humanos. Eis, Senhor, a razão porque me animei a supplicar a VOSSA Magestade Imperial a Mercê de Permittir-me que dedique ao Seu NOME esta synopse litteraria de humna Sciencia, que deve fazer mui essencial parte da INSTRUÇÃO PUBLICA.

José da Silva Lisboa.

INTRODUÇÃO.

Constituição Política, e Direitos do Homem, tem sido, desde a Revolução d'América, objectos da mais porfiada e perigosa discussão no Velho e Novo Mundo; mas não se tem com igual empenho examinado as verdadeiras bases da *Constituição Moral, e Deveres do Cidadão*, cuja recta intelligencia, e exacta observancia não menos importão ao Bem Geral, e ainda mais influem na felicidade dos Povos, e duração dos Estados, em qualquer forma de Governo.

Na Constituição do Imperio do Brasil, Tit. 8.º Artigo 179 §. 9. se declara, que “ninguém pôde ser perseguido por motivo “de Religião, humra vez que respeite a do “Estado, e não offenda a *Moral Publica*. ” No Tit. 1.º Artigo 5 se expressa que “a “Religião Catholica, Apostolica e Romana, “continuará a ser a Religião do Imperio. ” Não ha duvida qual ella seja, por constar do Cathecismo que a Igreja nos ensina: mas em que consiste a *Moral Publica*, a Constituição o não expressa, talvez por subentendida no sentido Nacional, e até o presente não ha uniformidade de opinião entre Moralistas severos, ou relaxados. Convem pois sobre esta materia de summa importancia fixar o espirito da Legislação Fundamental, expondo as solidas bases da *Constituição Moral, e Deveres do Cidadão*.

Moral Publica entende-se pela *Moral Uni-*

versal, que fórma o que se chamão *Bons Costumes* em todos os Povos de consideravel grão de civilisação.

Parecia superfluo inquirir o em que consiste a Moral Publica, quando he reconhecido, que a *Moral Pura* se achá no Evangelho de — *Gloria á Deos, e paz aos homens benivolos* —, que nos revelou o Salvador do Mundo, nosso Divino Mestre da Religião Christã, e que fez tão grande Era nos Annaes da Sociedade. Isto até o confessa hum dos maiores scepticos, e apostata da Igreja Catholica, o famoso Historiador da = *História da Decadência do Imperio Romano* = Gibbon, que no Capitulo 1.º conta a *moral pura e austera* da Religião Christã como hum das naturaes causas da sua prodigiosa propagação, notando que “ella suavemente se insinuou no espirito dos homens, ereseo no silencio e escuridade, adquirio novo vigor com a opposição, e á final arvorou a triumphante bandeira da Cruz sobre as ruinas do Capitolio; e depois de decorridos tantos seculos, ainda he professada pelas Nações da Europa, que formão a poção do Genero Humano mais distincta nas Artes e Sciencias, senão pela industria e zelo dos Europeos espalhada nas mais distantes regiões d’Africa e Asia, e firmemente estabelecida n’America desde o Canadá até o Chili.”

Não obstante esta excellencia, depois que no seculo passado se começou a attacar, não só a Religião Revelada, mas tambem a Religião Natural, e a Moral reconhecida em as Nações mais cultas da Europa, Literatos presumidos, que jactanciosamente se chamão *filhos da luz*. berres

pensadores, e espiritos fortes, superiores aos prejuizos do vulgo; surgirão infieis e athéos, que com escriptos libertinos e impios apregoarão hum monstruoso *Systema da Natureza*, e *Constituição da Humanidade*, que tem sido hum das causas mais poderosas da corrupção da Moral Publica; o que he lamentado por sabios orthodoxos, e pelos Governos regulares, que tem visto os seus fataes e extensos effeitos na corrupta desorganisação da sociedade, e ruina do edificio de civilisação; o que ainda ora influe no estado convulso em que se achá hum e outro Hemisphério.

Em Inglaterra, onde muito se tem cultivado os estudos da *Sciencia Moral*, o celebrado Historiador Classico da Historia do seu Paiz *David Hume* pensou oppor barreira ás doutrinas erroneas dos antecessores, offerecendo, entre varios *Ensaivos Philosophicos*, hum *Systema de Moralidade fundado na Utilidade do Genero Humano*: mas desconfiado de si mesmo, assim diz na = *Inquirição concernente aos Principios da Moral* = na conclusão da Parte I. Secção IX. “Quando reflecto, que se tem medido e delineado o volume e a figura da Terra; dado razão dos movimentos das marés; descoberto as Leis das orbitas dos Corpos celestes; reduzido á calculo o mesmo INFINITO; e todavia os homens ainda disputão sobre os *fundamentos de seus deveres moraes*; desfallego com a desconfiança, duvida, e suspeita, se he justa a hypothese que proponho; visto que, sendo tão obvia, se fosse verdadeira, já á muito tempo seria recebida por unanime Voto e Consenso do Genero Humano.”

De facto. a sua hypothese não

aos espiritos rectos: até o seu grande amigo e admirador *Adam Smith*, não concordou, e offereceu nova *Theoria dos Sentimentos Moraes*, que teve esplendida aceitação na Republica das Letras. Mas, havendo-se dirigido unicamente pela *luz da razão*, deixou os espiritos perplexos sobre o *Principio Caudal* e Constituinte da Moralidade dos actos humanos. O mesmo se tem objectado á varios successores, aliás eminentes em Obras Moraes, á muitos respeito instructivas, como *Ferguson*, *Reid*, *Stewart*; excepto *Paley*, *Esling*, *Giborne*, *Lapman*. Isto assaz convence o egrégio Professor da Cadeira de Moral na Universidade de Edimburgo na sua insigne obra postuma, que alli se deo á luz em 1820 com o titulo de *Leituras da Philosophia do Espirito Humano*, e o judicioso Redactor da Nova Encyclopédia de Edimburgo no Artigo — *Moral*. —

Na Franca, que antes se prezava de *Reino Christianissimo*, depois que o seu intitulado *Bello Espirito*, e *Idolo do Seculo*, — *Voltaire*, emprehendo ridicularisar, em prosa e verso, os sentimentos religiosos e moraes, que doutrinarão os eminentes sabios de seu paiz, tues como *Bossuet*, *Fenelon*, *Rochejaqueault*, *La Bruyere*, que tanto illustrarão o Seculo do Monarchia Luiz XIV; (fazendo todavia, á seu geito, breve Poema da Religião Natural, de moral commodada aos de sua Seita) a Moralidade da Europa em grande parte se perturbou, e com a corruptéla se preparou a Catastrophe Revolucionaria de 1793. Depois de varios Cathecismos de Libertinagem, appareceu em 1793 humna obrinha superficial, de Descriptores das — *Leções de*

Palmyre, — *Volney*, (que com as declamações do seu phantastico *Genio* tanto afogueou os fachos da Revolução,) á que deo o titulo de — *Lei Natural* — ou *Cathecismo do Cidadão Francez*, o qual (se he possível) ainda he mais sophistico, e pestifero. Bem que nelle reconheça a existencia de Deos, contudo reduz a Moralidade á Materialidade, e o Dever á calculo de interesse, restricto á conservação e felicidade da vida presente. He notavel, que desse á luz esse opusculo, quando os impios revolucionarios, destruindo a Monarchia, e proclamando a Republica, levarão o delirio ao excesso de commetterem o mais diabolico Sacrilegio de na Cathedral de París elevarem altar á *Deusa da Razão*, com as mais horribilidades notorias.

Correndo este e outros perniciosos livros Francezes devassamente no Brasil, he do dever de todos que desejão a pureza da Moral Publica do Imperio para se generalisar o genuino caracter do *Cidadão probo*, oppor, quanto em si estiver, antidoto literario á tues drogas gallicas, que são mais mortíferas que os venenos de Colchos. Tal he o proposito do trabalho que apresento á Indulgencia Nacional, e que emprehendi entre muitos encargos de officio, já valetudinario, no ultimo quartel da vida, estando quasi nas raia da eternidade. Tomei a seguinte lição de hum dos mais pios Moralistas da Gram Bretanha *Hugh Blair*: “Humna parte mui substancial do dever dos *idosos* consiste em estabelecer ser útil á geração, que lhes hade succeder. Aqui se abre extenso campo, em que possão empregar o resto de seus dias em promover a felicidade do Genero Humano.”

elles pertence communicar aos jovens o fructo de sua longa experiencia, instruillos nos bons costumes, e advertir-lhes os perigos da vida, moderando com prudentes conselhos o seu precipitado ardor, e, tanto por preceito, como pelo exemplo, formallos á piedade, e á virtude. ”

Ainda que não seja o objecto deste trabalho examinar os fundamentos da Religião do Imperio, por me dever restringir á Exposição dos *principios moraes*, manifestos pela consciencia, razão, e unanimidade dos sentimentos das Nações mais civilisadas, comtudo sempre terei por Guia a Revelação Evangelica, que não veio abolir, mas preencher, a Religião Natural (base da Moral Publica) dando Authoritativa Sanção ás Verdades Capitae da mesma, sobre que antes vacillarão os Sabios da Gentilidade, trazendo, (como diz o Apostolo das Gentes) *vida e immortalidade á luz*, e propondo *Mandado Novo*, e systema de *Excellencia Moral*, para erguer a decahida Constituição da Humanidade, e segurar a felicidade dos obedientes á Lei do Creador na vida eterna.

Sendo necessario alimpar a área do terreno antes de fazer o edificio, primeiro exporei os dogmas e erros dos antigos e modernos mais correntes Systemas de Moral Publica; depois farei a inquirição de suas verdadeiras Bases, e por fim indicarei a analyse dos *Deveres Moraes*. Portanto esta obra conterá tres Partes. Contra os Censores, que, blazonando das *luzes do seculo*, estranharem o recorrer eu, como á fonte limpa, á *Religião Christãa*, para confirmar as fundamen-

que até *Locke* reconheceo no Evangelho a PALAVRA DA VIDA ETERNA, sempre firme na crença do Christianismo; e *Newton* fez commentario ao *Apocalypse*, extasiando-se com a mysteriosa delineação do futuro estado de retribuição dos bons e máos no Mundo invisivel.

Contra os Revolucionarios acchappados ao Brasil, ou já escamevados em Pernambuco, que no seu *Manifesto* traider probo-serão de proximo para os Povos desta Religião Solar Bases de humna Constituição com *Religião*, só oppoño o que bem disse o Heroico Antagonista dos Anarchistas, e Infeis de todos os Estados — *Talando Locke* —, celebrado Parlamento de Inglaterra, que salvou a seu Paiz de cair no Ohnos da Irreligião e Immoralidade do Reino vizinho, fazendo a seguinte *Protestação de Fé* nas suas admiradas e admiraveis *Reflexões contra a Revolução da França*, de que dei *Extracatos* em 1812. “ Conhecemos, e he o nosso timbre confessar, que o *homem* he, pela sua Constituição, hum *animal religioso*; e que o atheismo he não só contra a nossa razão, mas tambem contra os nossos instinctos. Se, em algum momento de loucura, rejeitassemos a Religião Christãa, que até o presente tem sido o nosso brazão e conforto, e humna grande fonte da nossa civilisação, e de outras Nações, haveremos temor justo de que o *vazio* se encha pela mais incoherente, parniciosa, e vil de todas as superstições. ”

Para os que não forem satisfeitos com esta autoridade tão respeitavel, accrescentarei a do mais popular Moralista do Inglaterra, *William Paley*, o qual na sua Obra

sobre as *Evidências da Religião Christã* assim diz na Parte II. Cap. II., onde expõe a *parte moral do Evangelho* pag. 62 da nova edição de 1816.

“A Religião Christã prescinde de discussões das diferentes formas de governo. Os Politicos disputão sobre preferencias das Monarchias, Aristocracias, e Repubblicas: mas o Evangelho he igualmente applicavel, util, e amiguo, á todas as Constituições, porque: 1.º O seu destino foi fazer os homens virtuosos; e he incontestavel, que, seja qual fór a Constituição do Paiz, sempre he mais facil governar os homens bons que os máos: 2.º Ordena obediencia ao Governo estabelecido, não meramente como submissão á força, mas como dever da consciencia: 3.º Fôrma as disposições favoraveis á tranquillidade publica, recommendando aos Christãos o viverem *quietamente*, cada hum na sua esphera e honesta industria: 4.º Manda orar por todas as Commidades e seus Regedores, a fim de que o Soberano do Universo os illumine, para a governança regular, e felicidade Humana.”

Com estas doutrinas se tem formado o Character Moral dos Ingleses, tão distinctos por isso em estabelecimentos de caridade, para socorro dos pobres, enfermos, presos, expostos; para *Supressão do Vicio*; para a educação do povo; para a estorpidade da Idé Publica, e Absoluta, &c. Por isso alli não se admittie em companhia de pessoas de honra discurso ou escripto que extenda a Religião Christã, e a Moral Publica. Esta geral e tacita censura obsta á infidelidade e covardia levantar cabeça, não obstante

os clandestinos esforços do Archirevolucionario *Thomas Paine*, que, com os seus folheos dos falsos *Direitos do Homem*, e phantastica *Idade da Razão*, fez a tentativa de corromper o bom natural dos Britânicos; tendo porisso sido proscripto pelo Governo com allugns de sua má indole, que ainda em estio minando a Constituição do Paiz, mudando as classes infâmas com vãs promessas de reforma Radical Politica, havendo ainda mostrado a Historia ser inefficaz a melhora da sociedade sem se generalizarem os bons costumes em todas as classes. A estes respeito, annôjo que a Nação Brasileira temia por modelo, e sobreexceda, a Nação Britannica. Praza ao Cee, que os Habitantes do Brasil possam merecer o elogio, que o profundo observador da Natureza Humana *Thucido* fez aos antigos Athenienses na sua immortal historia das maneiras desse povo celebre, e que tomei por epigraphe desta obra: “*Vingnem illi se peccatis viciis, nem corromper e ser corrupta* — *unam cum o seculo: nunc qui velle os bons costumes, que em outros Paizes os bons Leis.*”

Estudo da Sciencia Moral tem sido pouco attendido, por se haver considerado não differença da *Casistica Escolastica*, que, não se fundando em Principios da Continuidade Humandade, estabelece por bases as authoridades e decisões arbitrarías dos appellados *Casistas*, que tem propagado doutrinas de Moralidade relaxada, ou rigorosa, só propria a palliar o Vicio, e descorçoar a Virtude. A genuina Sciencia Moral he com especialidade objecto digno do patrocínio dos Regedores das Nações, que sumamente interressão em dar Bons Costumes á seu povo, e com moralidade esclarecida, que o renova não menos de licenciosidade, que de rudeza na conducta; sempre firmes na regra, que, para se fazer amar o paiz, he preciso constitulllo amavel, e de maneiras doces e polidas.

Espero que os Leitores benignos me re-levarão o apresentar-lhes aqui hum Monumento Exemplar desta importante verdade, por ser menos conhecido, e consta da Historia de Inglaterra, que se honra de haver tido por Instructor da Moralidade Nacional a hum dos seus Reis, que reinou no seculo nono. O celebrado Historiador da Nação Inglesa *David Hume* assim com sua penna de Mestre delineou o Character desse inclyto Soberano, que diz ter merecidamente alcançado o Nome de — ALFREDO o Grande, e o Titulo de *Fundador da Monarchia Britannica*

“ O merito deste Principe, tanto na vida particular como na publica, se pôde com vantagem pôr em parallelo com a de qual-

quer cidadão e Monarcha, que os Annos de alguma Idade ou Nação nos apresentão. Parece ser o completo modelo de hum *caracter perfeito*, que, sob a denominação do homem sabio e prudente, os philosophos tem sido porfessos em delinear, mais como flegão de sua phantasia, do que com esperança de jámais o ver realiado na prática.

“Tão felizmente forão reunidas todas as suas Virtudes, e tão justamente entrelaçadas, que prevenirão exorbitar alguma delias dos seus proprios marcos! Elle soube conciliar o espirito mais comprehendedor com a mais fria moderação; a mais obstinada perseverança com a mais facil docilidade; a mais severa justiça com a maior brandura; o mais forte vigor no mando com a maior affabilidade no proceder; a mais alta capacidade e inclinação para a sciencia com os mais brilhantes talentos para a acção.

“As suas Virtudes civis e militares são quasi igualmente objectos da nossa admiração; só com a differença, que, sendo as virtudes civis mais raras entre os Príncipes, sendo aliás as mais uteis, reclaão com especialidade o nosso applauso. A Natureza, como se fosse anciosa de assalhar na mais viva luz tão esplendida producção de sua sabedoria, tambem lhe deu todas as prendas corporaes, com vigor de membros, dignidade do aspecto e porte, e humna physionomia agradável, que manifestava a candura do coração.

“Para melhor guiar os Magistrados na Administração da Justiça, Alfredo formou hum Corpo de Leis; que, supposto se perdes-

risprudencia Inglesa, e he geralmente estimado ser a origem da que se denomina *Lei Comum*.... Não obstante porra o vigor da justiça, este grande Príncipe manifestou o mais sagrado respeito á liberdade do seu povo, e preservou em seu Testamento este sentimento, digno de memoria; alli declarando ser justo, que os Ingleses permanecessem pa-ra sempre tão livres como os seus proprios pensamentos.

“Como em todos os seculos a *boa moral* e a *solida sciencia* são quasi inseparaveis, a encuidado de Alfredo em animar a Literatura dos seus subditos, se distinguio em promover os estudos da Legislação, e a reforma dos dissolutos e barbaros costumes dos Ingleses, que achou submergidos na mais profunda ignorancia e barbaridade. O Rei foi nisso guiado, não tanto por vistas politicas, quanto pelo seu natural amor ás Letras. Para conseguir os seus fins, este Príncipe convitou os mais celebrados Me-stres de sciencias de todas as partes da Europa; estabeleceu Escolas por toda a parte para instrução do povo; fundou, ou reparou, a Universidade de *Oxford*, e a dotou com muitos privilegios, rendas, e immundades; obrigou per Lei a todo o proprietario e lavrador de terras de certa extensão a maldarem seus filhos ás Escolas publicas; e só promovia para os Impregos da Igreja e do Estado os que se mostrassem proveitos nos conhecimentos necessarios. Per estes expedientes teve o prazer de ver, antes da sua morte, grande melhora no paiz; e em humna obra (que ainda resta) elle mesmo se congratula do progresso, que a Literatura pela sua Protecção havia já feito em Inglaterra.

“ Porém o mais effectivo expediente empregado por Alfredo para animação da Literatura, foi o *seu proprio exemplo*, e a constante assiduidade, comque, não obstante a multidão e urgencia dos grandes negocios do Estado, se entregava ao estudo das sciencias. Pela regular distribuição do seu tempo, não obstante ser afflicto com graves enfermidades, e não ter tido vida longa, adquirio mais conhecimentos, e compoz mais livros, do que os homens mais estudiosos, ainda nos mais afortunados seculos, que fizeram da Literatura o objecto de sua não interrompida industria. Reconhecendo Alfredo, que o povo em todos os tempos, especialmente quando os seus entendimentos estão obstruidos por ignorancia e má educação, não são capazes de instrução especulativa, esforçou-se em dar á seus subditos lições de moralidade por apólogos, parabolas, anedotas, apophtegmas, compondo tudo em verso para melhor propagar o ensino. Até fez a tradução das elegantes fabulas do Esôpo, do Original Grego; e tambem traduzio as historias de *Orosio*, a *Béda*, e a obra de *Baecio* sobre a *Consolação da philosophia*. Julgou com razão este Principe, que em nada se derogava a dignidade dos seus grandes caracteres de Soberano, Legislador, Guerreiro, e Politico, o ser o Director dos Estudos do seu povo, especialmente nos estudos da *Boa Moral*.

CONSTITUIÇÃO MORAL,

E

DEVERES DO CIDADÃO.

P A R T E I.

Dos Systemas de Moral Publica.

C A P I T U L O I.

Da Constituição da Especie Humana.

Philosophia Moral tem por objecto inquirir a Constituição Moral, não a Constituição Physica, da Especie Humana. Ella se póde dizer a *Sciencia dos Bons costumes*, ou do melhor *Systema da Moral Publica*, conforme as luzes da Razão, auxilliada pela Revelação. Pertence-lhe investigar os motivos e as regras dos actos dos homens, quando obrão como entes racionais e livres, e os fins á que se devem dirigir para obterem a felicidade de que são capazes. Para esse proposito convenem indagar as originaes distincções do *justo e injusto*, *bem e mal*, *virtude e vicio*, e os indispensaveis deveres que cada hum he obrigado a satisfazer para com Deos, para consigo, para com os seus semelhantes, para com o Governo do paiz, e ainda para

com todos os povos. Pertence-lhe finalmente examinar a causa do Phenomeno Moral, que se vê em todos os paizes, ainda selvagens e barbaros, da instinctiva e instantanea *approvação* e *Complacencia*, que todo o homem experimenta a respeito de certos actos de justiça e benevolencia, proprios e alheios, e de *Desapprovação* e *Remorso* a respeito de outros actos de contraria natureza, e tendencia malefica ao Genero Humano, sendo perpetrados intencionalmente por quem chegou ao uso da razão.

Não he objecto desta Sciencia inquirir a Constituição Physica da Especie Humana, por ser isso da Esphéra dos Physiologistas; — Os Moralistas se restringem ás considerações das primitivas causas, e constantes effeitos, da boa ordem da Sociedade, examinando os *principios geraes*, que predominantemente influem na paz, melhora, e extensão das Associações civis, pela actual Constituição Moral da nossa natureza, e, em consequencia, pondo as Bases da Jurisprudencia Universal, e da melhor Constituição Politica dos que se dizem *Estados bem morigerados*. Prescinde-se por tanto aqui da questão, se a raça humana se acha physicamente degenerada de sua primordial belleza, estatura, e robustez. Con- vem com tudo advertir, que, não obstante a diversidade das côres e feições que se vem nos habitantes das diversas Partes do Globo, a sua organização he substancialmente iden- tica. Modernamente se tem inculcado hum systema phantastico dos Physiognomistas, e Phrenologistas, os quaes sustentão, que os homens se distinguem por sua especial or-

taes e moraes, de sorte, que até se lhes attribue privativo *orgão religioso*, dizendo, que alguns o não tem. Mas tal systema he rejeitado por sabios Naturalistas e Anatomi- cos, que conceituão a seus defensores por *Materialistas* *. Os Portuguezes e Hespa- nhoes, para terem pretexto de reduzir á capti- veiro, ou exterminar sem remorso, os habitan- tes á Africa e America que descobrião, se animarão a offender a Humanidade e a Re- ligião, dizendo, que erão castas distinctas dos brancos da Europa e Asia, e inferiores em faculdades, e até meros brutos. Ainda neste seculo nas Côrtes de Hespanha hum dos De- putados Europeos teve o despejo de afir- mar, que ainda se duvidava á que classe de animaes se deverião classificar os Ame- ricanos. Porém o illustre *Baylon* assaz mos- tron, que os animaes, que, sendo cruzados, propagação, são de natureza homogenea. Ora he constante, que os negros e indios pela communicação sexual com os brancos, alvé- jão com a physiognomia dos pais, e perpetuão a sua progenie, e *vice versa*. Isso prova a ho- mogeneidade da Especie **. Porisso em to- das as regiões da Terra se achão nos seus habitantes os mesmos instinctos e sentimen-

* Os Doutores *Gall* e *Spurzheim* tem sido os acerrimos entusiastas propagadores de tal systema: elles se arrogoão a enigmatica sciencia de só pelas *cavidades* conhecer-se quem foi mathematico, ladão, lascivo, matador, cruel.

** Nos Actos dos Apostolos Cap. 18 muy expressa- mente se declara, que todos os homens nascerão do mesmo pai commun, e que Deos (depois da dispersão das gentes que a Escripura refere) lhes demarcou limites de habitação na Terra.

tos dos mais remotos e infallíveis resultados das boas ou más acções, isto he, das que se accordão ou encontram ao interesse do Cerebro Humano.

C A P I T U L O II.

Da Decadencia da Constituição Moral do Homem.

HE incontestavel, que a Constituição Moral do homem não he actualmente a que foi na origem dos seculos, ainda só consultando-se a razão, e a tradição.

Em todos os paizes se acha immemorial crença, do que a natureza e condicção humana fôra melhor do que depois existira; e que lhe sobreviera fatal calamidade immensa, que a reduzira ao inferior e miseravel estado, o qual sempre se perpetuou, não obstante os progressos da civilisação. Os Poetas, que forão em todas as idades os Guardas das antigas tradições, e que as transmittirão aos vindouros pelo grato instrumento da versificação, cantarão a intitulada *idade de ouro*, em que todos os homens erão justos e benivolos, vivendo em harmonia e companhia, ainda das fêras, dando a terra sem penosa industria tudo o necessario e delicioso á vida; e lamentarão, com horridos quadros, o cargo de males physicos e moraes, com que foi afflicta a Humanidade, e sugetta á duro trabalho, ao medo dos brutos, e ao furor dos improbos, que não conhecião, nem usavão, senão o *direito da força*, ou fraude, des-

commettendo toda a casta de malfcitoria, contra a manifesta ordem da natureza, e á despeito dos instinctos da sociabilidade, e reciproca sympathia e benevolencia.

Os Philosophos que procurarão saber as causas dos phenomenos physicos e moraes, notando os contrastes, entre os communs sentimentos bons e uteis á toda a especie, e os factos desordenados de grande numero de individuos, e a forte propensão e tentação de quasi todos para fazerem o que he contrario ao bem geral, e ainda ao proprio entendimento, e verdadeiro interesse, introduzirão o *Systema dos Attributos*, que sustentavão haver *Bom* e *Máo Principio*, que alternativamente exercia o seu influxo, e poder nos actos humanos.

Nota-se ainda nas mais cultas Nações o terrivel apparato de cadeas, patibulos, e Força Civil e Militar, organizada para, com o terror da pena e guerra, resistir-se aos malvados, e inimigos internos e externos, por justamente suppôr-se sempre activa a malicia dos homens para turbarem a Ordem social. Até no estado de paz, e em paizes da mais vigorosa Legislação, e vigilante Policia, nenhuma Cidadão se considera ter segurança de sua pessoa e propriedade, sem ter armas domesticas e fortes fechaduras em portas, gavetas, além de outras cautellas.

O abuso da liberdade, e excesso das paixões, são os incessantes themas das queixas dos Moralistas e Estadistas, ainda nos Estados da melhor Constituição e Administração. Em todos os seculos se acharão povos em estado salvagem, vivendo á maneira de fêras, exterminando ornamentos os tribos vi-

zinhos, e com summa difficuldade se resolvem a civilisar-se, e renunciar aos seus deshumanos habitos, e absurdas e sanguinarias superstições. Esta verdade triste, mas de universal experiencia, inspirou aos homens sabios e probos da antiguidade depois da invenção da arte da escripta a formarem Cathedraes e Documentos de instrução moral aos povos; a fim de os habituarem á *Bons Costumes*, inspirando amor á *Virtude*, e odio ao *vicio*, fazendo-lhes ver a utilidade geral, particular, e pessoal, de seguirem aquella, e os ruinsos resultados á si e ao Estado de praticarem este.

C A P I T U L O III.

Dos Classicos Moralistas da Grecia.

A Grecia, original fonte da Civilisação da Europa, teve desde a mais alta antiguidade, Escriptores acreditados, que ensinarão as *Regras da Vida*, e a Moral Publica, para inspirarem sentimentos, e habitos virtuosos, e especialmente o heroico patriotismo, a fim de fazer prosperar os Estados. Os Poetas forão os primeiros Moralistas; e entre estes se distinguirão Hesíodo, Homero, Esópo, Solon.

Hesíodo no seu poema das *Obras e Dias* tem judiciosos conselhos moraes e economicos, destinados a promover a geral justiça, industria, riqueza, e virtude: elle deo ao seu systema o titulo de *Panobía*, que significa *Universal felicidade*. He porém censuravel no poema da *Theogonia*, que significa — *Descendimento dos Deoses* — em que probou

os erros do *Polytheismo*, e a Idolatria da Gentilidade, multiplicando por milhares as Divindades de hum e outro sexo, com todos os defeitos, vicios, e crimes dos homens. Foi tanto o seu systema de Moralidade era tão proprio a perverter os espiritos, e arraigar as superstições do vulgo.

Homero teve mais exactas idéas do Ente Supremo, ainda que em seus poemas da *Iliada* e *Odysseu* adoptasse a creença popular de divindades subalternas; frequentemente tudo inculcando a existencia e omnipotencia de hum Poder Creator — *Pai dos deoses* e *dos homens*. — Igualmente reconheceo e inculcou a verdade (que era de immemorial tradição) de huma vida futura, e estado de justa retribuição das boas e mais ações; com perpetua felicidade dos virtuosos, e miseria dos seclerados. Tambem hum dos seus constantes principios moraes he a submissão e resignação dos homens á vontade e providencia daquello Alto Poder, e a necessidade da sua ajuda para terem feliz exito as cousas humanas. Porisso tem sido censurado por falsos criticos modernos, porque nas suas Epopéas representa os Heróes mais distintos não dando hum passo sem a tutela de alguma Divindade propria. Esta doutrina, ainda que imperfeita, tinha, pelo menos, o bom effeito de abater o orgulho dos soberbos, e convencer a todos da fragueza da virtude, não sendo auxiliada pela Divina Protecção.

A este respeito he notavel a anedota da recommendação, que *Atalana*, Rei da Ilha de Salamina, fez á *Aguu*, expedindo-o para a guerra dos Principes da Grecia, confederados contra o Tyranno de Troia: « Filho! esforce-

te a vencer com os deoses, nunca sem elles.” Ao que o Joven replicou: “Com os Deoses até os cobardes vencem; eu vencerei sem o seu escudo.” O Poeta, para dar a lição moral, refere a immediata pena da insolencia, que foi o ser abandonado pela Deosa Pallas, antes sempre a protectora de seu pai; do que resultou perder a razão, e, como louco, servir de rizo no campo dos guerreiros açoiando carneiros, cuidando de destruir rivaes. Esta instructiva scena se representava no Theatro, em sublime tragedia de *Sophocles* do *Agua Mastigaphero*.

Em honra de Homero se pode dizer que: 1.º O fundo moral do poema do *Telenucto* de Mr. de *Fenelon* foi extrahido da *Odyssea*: 2.º Mr. de *Rollin* no seu *Tratado dos Estudos* collegio, e propoz para instrucção da mocidade (com as advertencias necessarias) as doutrinas religiosas, e moraes daquelle Epico: 3.º Mr. *La-Harpe* no seu *Curso de Literatura* Tom. I. Cap. IV., não só se conforma ao juizo do Mestre da Critica *Horacio*, que exalta a Homero, quanto a moral, acciona de *Chrysippo* e de *Criantor*, que forão Chefes de Escola de Moralidade no *Portico*, e *Academia* de Athenas; mas tambem o louva pela lição religiosa, com que figura a Jove ordenando á *Thetis* ir intimar as suas vinganças á *Achilles*, por não só ter morto a Heitor, heroico defensor de seu paiz, mas até recusar-lhe as honras da sepultura. Sobre o que aquelle egregio Literador bem reflecte: “Assim os deoses e os homens se reuñem para condemnar o que he vicioso. Elle, para instruir-nos, serve-se do mesmo genio poético, que tinha empregado para nos mover. Não he

isto encher elle de humna vez todos os seus deveres? Podia elle fazer mais?”

Solon, Legislador de Athenas poz em verso os Regulamentos do Estado, addindolhiões moaes para exaltar o patriotismo do povo. Humna das suas regras era, que todo Cidadão deve considerar o Estado com a reverencia que os filhos olhão ao Pai, e jámais fazer *ben á força*, ainda que o projectista do melhoramento publico esteja sinceramente convencido da bondade do seu plano; attendendo) mostrar a experiencia, que, sem estar o povo assaz preparado, por lizes correntes, para alteração das Leis, muito se arrisca a tranquillidade do paiz o nutdar-se para peor o governo. Porisso, quando offereceo a sua Legislação recommendavel, fez a sua apologia dizendo, que *não havia dando aos Athenienses as melhores leis, mas sim aquellas que o povo podia supportar*.

Conven não emitir, que na dita Republica muito se protegia o Theatro Nacional, o qual era sustentado á custa do Thesouro Publico. Nisso havia excesso de se terem por lei consignado grandes privativos fundos, de que não se podia propor diversa applicação, sob pena de morte. Isto objectou aos Athenienses o Principe de seus Oradores *Demosithenes*, quando *Philippe* de *Macedonia* marchava á passos de gigante para a Conquistista da Grecia sem opposição de Athenas pela rivalidade dos Demagogos, que não querião tocar nos ditos fundos para a salvação do Estado, por servi em para a *Escola Moral*. Tanto nas Tragédias, como nas Comedias, humna das partes mais interessantes da peça era o *Córo*, em que annareião Actores fazendo ob-

servações Moraes em versos que o Povo tornava em memoria, e que erão citados no Fóro nas fallas dos Advogados, como autoridade respeitavel. Até o dito Demosthenes as recitava. He notavel a sentença que se achava em humma das suas mais celebradas Orações da *Embairrada*, descrevendo o caracter que devem ter os Homens Publicos, para bem servirem á Patria, ostentando fortaleza em dar seus pareceres :

*O Conselheiro de Estado,
Que d'optimo voto aberra,
E por medo a bocca cerra,
Pessimo sempre he julgado.*

Não se pôde contestar o bom effeito que tudo isto produzia na Moral Publica do então mais civil povo da Grécia, accostumando a todas as classes de Cidadãos ao intenso amor da patria, e não menos á veneração da *justiça*, para a preferirem ainda á *utilidade* do Estado. Nesta parte os Athenienses se distinguirão dos mais povos daquella Península. Bastará memorar aqui o seguinte heroico exemplo.

Aristides, supremo Magistrado de Athenas, pela sua constante eminente probidade obteve a honra de lhe dar o povo o titulo *justo*. — *Themistocles*, o famoso vencedor na Batalha Naval de Salamina, em que destruiu a immensa Armada do Rei da Persia, propoz na Assembléa do Estado hum projecto de summo interesse á Republica; guardando porém o segredo, requerendo, que se ordenasse a sua communição á pessoa da maior confiança do povo, para fazer delle o rela-

torio, e dar seu voto de approvação, ou desapprovação. Conveio o povo, nomeando *Aristides* para confír com *Themistocles*. Aquelle probou Magistrado, logo que ouviu a proposta, que era hum seguro estratagemma de queimar a combinada Esquadra dos Gregos, totalmente a recusou, como offensiva da *Pé Publica*, ainda que se persuadissem da possibilidade da execução, e decidisse vantagem do Estado para ficar tendo o Imperio de Mar, e a Supremazia na Grécia. Dando depois conta da sua commissão á Assembléa do Povo, deo o seu voto, que se devia rejeitar o projecto de *Themistocles*; pois, ainda que era *util*, não era *justo*. O Povo sem mais demora conformou-se ao juizo do seu Magistrado Supremo.

Sobre este incigne Documento, ainda que de mui obvia lição moral, e brilhante á todas as luzes, transcreverei o seguinte commentario de hum insigne Moralista na Universidade de Edimburgo : “ Os sentimentos dos Athenienses obrarão com *instinctive promptidão*; e, confãando no credito de hum servidor Publico, cujo nome estava identificado com a justiça, ordenarão que se rejeitasse o *expediente injusto*, sem mais algum exame. Se obrassem differentemente, o próbo Magistrado poderia replicar-lhes, que a mutua bonafé era essencial á paz e correspondencia das Nações, e que, sem isto, se empenharião em eterna guerra de extermínio de hums contra os outros. ”

CAPÍTULO IV.

Dos antigos Fundadores de Escolas de Moralidade, e de seus principaes Commentadores.

ZENO, foi o fundador da primeira Escola de Moralidade em Athenas, e o que estabeleceu a intitulada *Setta Estoica*. Elle adquirio tal celebridade, que *Antigonu*, Rei de Macedonia, o convidou para a sua Corte, escrevendo-lhe a seguinte Carta, que *Diogenes Laercio* transmittio á posteridade na sua *Obra da Vida dos Philosophos illustres*. “Em opinião de fortuna, posso considerar ser-vos superior; mas em talento, saber, e felicidade, muito me excedeis. Por esta causa vos escrevo para rogar que venhaes á mim quanto antes; e espero que não recuseis esta rogativa. Apressai-vos, estando certo, que as vossas instruções serão de beneficio; não só a mim, mas também á todos os Macedonios. Quem inspira virtude ao Rei, a inspirará também ao seu povo; pois qual for o Soberano, tal o subdito na maior parte he disposto á ser.”

A substancia da doutrina de Zeno se achava nas Obras de varios Escriptores: entre os Gregos se distinguem *Epicteto*, *Phitharcho*, *Marcellu*, *Marcello*; e entre os Latinos, *Cicero*, *Valerio Maximu*, *Seneca*, que se pedem por isso examinar seus commentadores.

Socrates foi outro fundador de Escola Moral em Athenas, que adquirio o nome de *Opimiste da vida*; e até o Oraculo de Delphos o mais sabio dos Gregos. Te-

ve porém a desgraça de ser condemnado á morte por alguns Juizes, que lhe derão em culpa o ter casinado a *unidade de Deos*, como a base da Moralidade. O pretexto dos Juizes foi, porque elle com tal doutrina atacava a creença popular da *pluralidade dos Deoses*, que se achava estabelecida pela Religião do Estado. Eis humna das muitas provas da fraqueza da *Ração* humana, e do atrazo de civilisação da Republica, que era havida por hum dos deus *Góios da Grecia*.

Aristoteles, natural de *Stagira*, fugio de Athenas para a Macedonia, dizendo assim obrar, *a fim de não soffrer a Philosophia segundo assassinato*. Elle alli foi Mestre de *Alexandre Magno*, e o *Coryphéo* da Escola *Peripatetica*, que durou mais de dous mil annos, até que o celebre Inglez, *Bacon de Verulamio*, a fer cessar nas mais cultas Nações da Europa com a introdução da sua *Philosophia Experimental*, que tanto recommendou na sua magistral *Obra do Novo Orgão das Sciencias*. Aquelle philosopho de admiravel engenhu ainda conserva o seu credito quanto á sua *Obra de Politica e Ethica*. A respeito desta, a sua classificação dos actos humanos moraes, bons ou máos, virtuosos, ou viciosos por *excesso ou defecto*, deo o fundo para o Tratado de *Ethica*, ou *Sciencia dos bons costumes*, de *S. Thomaz*, que tem o titulo de *Megru da Vida*.

Epicteto viveo no primeiro seculo da Igreja, e foi escravo de hum Capitão Romano do Palacio do Imperador Nero. Parece haver tido algum conhecimento da *Moral Evangelica*; pois consta da *Historia Ecclesiastica*, que até na familia daquelle persguidor do Chris-

tiânismo, houverão muitos Christãos. Elle fez a sua obra grega *Enchiridion*, que he excellente. *Manual de Moralidade*. A sua doutrina he substancialmente a de Zeno. Mr. Rollin no seu *Tratado dos Estudos* Tomo IV. Liv. V. Art. I. muito o recommenda. Elle cita humna excellente passagem, em que descreve bem as maravilhas do universo, e os benefícios de Deos aos homens, tanto na multiplicação das obras da natureza uteis e deliciosas, que lhes tem descoberto, como tambem pela multiplicação das artes que lhes tem inspirado para os usos da sociedade. “Por isso (diz elle) quando os homens na maior parte se mostram ingratos ao Creator, parecendo mergulhados em hum sono lethargico, he necessario que, ao menos alguns, entẽm, em nome de todos, hymnos e canticos de louvor. Que mais, ou melhor, podem fazer os velhos e estropiados? Se eu fosse hum cysne, ou roxinól, sempre cantaria, enchendo o meu destino. Mas *tive em partilha a razão*: devo pois occupar-me em louvar a Deos. Exhorto á todos os meus semelhantes a fazer o mesmo.” Sobre isto reflecte o pio Rollin: “He hum Estoico, ou hum Christão, que tem taes sentimentos?”

Plutarcho viveo no reinado do Imperador Trajano, que o elevou á dignidade de Pro-censul. A sua Obra grega das *Vidas Parallelas* dos antigos Herões da Grecia e Roma, he mui instructiva, por mostrar as virtudes e vicios dos que insignemente figurarão no Theatro da Sociedade Civil. Os seus *Apophthegmas* são (no geral) excellentes aphorismos de moralidade. Os seus *Discursos Moraes*,

moraes, que bem justificação o que disse hum dos mais celebres Escriptores do seculo passado em seu *Tratado de Educação*; “no caso de se perderem todos os livros classicos, salvando-se as Obras de Plutarcho, a Humanidade continuaria a ter solida instrucção sobre o mais importante da Historia antiga, e da Moral universal.” Elle foi da Seita Estoica, e detestava a Seita Epicurea, á qual attribuia a corrupção e ruina da Republica Romana. He admiravel hum dos seus *Discursos*, que tem por objecto mostrar, que ninguém pôde ser feliz vivendo com a doutrina de Epicuro, que em Athenas ensinou o Atheismo, negando, que existisse Deos, ou que cuidasse das cousas humanas.

Marco Aurelio, foi o celebrado Imperador Philospho, que os sabios modernos muito louvãõ, como hum dos Principes mais dignos de governar os homens. Elle foi tambem da Seita Estoica: e de seus escriptos só resta hum fragmento grêgo, que honra a si, e ao throno. Ahi declara, que na regencia do Imperio se propusera imitar a Divina Benevolencia. Conforme ao seu systema Moral dizia: “*Se fiz bem o meu officio, não me esquecerei jamais, que isso mesmo he o meu proprio bem.*” Considerava-se como parte do grande systema da Natureza, e se comprazia de ter sido elevado ao Solio Imperial, só pela razão de assim melhor poder cooperar para o Bem Geral, não limitando as suas vistas á particular divisão do Genero Humano.

CAPITULO V.

Da Seita Estoica.

*M*ontesquieu, celebrado Escripitor do *Esprit des Loix* — diz, que, depois da Religião Christã, nenhum Systema de Moral Moral he mais capaz de elevar o espirito humano, e dar dignidade ao homem, que o da *Seita Estoica*. Os philosophos modernos, que reconhecem os estragos que tem feito á Religião e Moral a *Seita Epicurea*, tem muito louvado a philosophia de Zeno, no tanto, que os mais illustres varões do Gentilismo no Imperio Grego e Romano forão Estoicos. Por isso farei a Synopse das regras fundameñtaes da Seita Estoica.

- 1.^a Só pôde ser util o que he justo.
- 2.^a A felicidade só se acha na virtude.
- 3.^a A virtude do homem consiste no senhorio de si proprio, para submeter os appetites ao imperio da razão, e justiça, e no habito de constantemente sacrificar cada individuo o seu bem e interesse particular ao bem e interesse publico.
- 4.^a O premio da virtude he a propria virtude, pela consciencia de ter o virtuoso obrado bem, e pela consequente satisfação propria, e paz de espirito; além da approvação e veneração que o genero Humano dá aos homens, em proporção da pureza, constancia, e heroicidade de suas virtudes.
- 5.^a O castigo do vicio he o proprio vicio, pelo remorso da consciencia, que con-

com a memoria de seus defeitos e delictos, e pelo desgosto de si mesmo, e odio de seus semelhantes.

6.^a O Sabio he indifferente á dor e prazer, e só elle he livre; porque força externa dos mãos, ou interna violencia das paixões, o não affasta do justo, e honesto, sempre resignado á vontade do Ente Supremo, que nos dá os suppostos bens e males da vida.

7.^a Cada pessoa se deve considerar, que não he nascido para si só, mas para todo o mundo.

Estas Regras são especiosas; e serião exactas, se não fossem exaggeradas com enormes *peraduras*, desmentidos pelo senso commum do genero Humano. Hum philosopho Estoico, sendo atormentado com góta, affectava serenidade de animo, e impassibilidade de corpo, dizendo: *ob tu dór, não es dór!*

A insufficiencia desta seita para fazer caracteres perfectos dos homens, ainda os reputados mais virtuosos, se convence pelo certo e escandaloso facto historico da vida do Imperador Marco Aurelio, que alias era do mais elevado *Esticismo*. Elle foi arguido de descuido na Administração do Imperio, e educação do seu filho, o qual por isso (além de sua má indole) foi depois hum dos mais despoticos e tyrannicos Imperadores.

CAPITULO VI.

Dos Classicos Moralistas Latinos.

*C*icero, o Principe dos Oradores de Roma, he o primeiro Classico Moralista Lati-

no, á quem mais de 18 seculos não tem podido diminuir a fama, nem tolher a utilidade de seus escriptos. Entre elles se distinguem os livros da — *Natureza dos Deuses — das Leis — e dos Offícios*, ou *Deveres Moraes*. Elle he o antigo philosopho, que mais claramente poz as bases da *Moral Publica* nos dogmas da — Existencia e Providencia do Ente Eterno —; Original distincção do justo e injusto, virtude e vicio, estabelecida por Lei Divina, á qual se devem conformar as Leis humanas para terem rectidão e estabilidade —; Instincto social, que nos impelle á amigavel companhia, mutua benevolencia, e reciprocidade de offícios, para bem commun —; Consciencia do Género Humano, que tem como placemia, e paz de espirito pelas boas acções, e sente remorso, e teme pena pelas más, deliberadamente feitas —; Universal e instantanea Approvação do que he recto, e Desapprovação do que he iniquo. “Que Nação ha (diz elle) que não louve as virtudes da humanidade, benignidade, gratidão, e não despreze e odê os suberbos, maleficos, cruéis, e ingratos! — Quando o povo Romano expellio o seu Rei *Tarquínio*, pela violencia que commetteo á castidade de Lucrecia, posto que então ainda não se tivesse escripto Lei sobre os estupros, foi com tudo geral a indignação contra o malfeytor, pela evidencia da Lei da Natureza, que dieta a fidelidade conjugal, e abomina o violento.

Este pio philosopho todavia reconheceo, que a luz da razão não era sufficiente para assegurar a virtude e felicidade dos homens. Elle diz: Nasceomos só com *fauscas de virtudes*, e *sementes de virtudes*; mas

logo se apagão, ou amortizão, pelos más costumes, e perversidade de opiniões, que principião com os erros das auras, e cresce com os prejuizos do Mestre Povo, que só aprecia as honras, imperios, e gloria popular. Eão mesmo diz de si, que, ainda sobre as mais importantes verdades, bem que não fosse dos que sustentava nada saber-se de certo, com tudo, havendo nas opiniões dos homens tanta mixtura do verdadeiro e falso, não atinava com seguro criterio para julgar e assentir com evidencia. Até sobre a immortalidade d'alma, em que parecia erer, se mostra não ter huma persuasão firme, pela fraqueza dos argumentos, que allêga no Livro da *Velhice*.

Este prodigioso Genio foi victima do *Triunvirado*, que se levantou em Roma com a ruina da Republica, a qual resultou da corrupção do povo, e do governo, donde resultarão as guerras civis, que só terminarão com o Despotismo Militar de Augusto, que supplantou os collegas. Este primeiro Imperador dos Romanos, tendo antes sido pupillo de Cicero, que tanto contribuiu para a sua elevação, ingrata e vilmente o sacrificou á vingança de hum dos Triunviroes *Marco Antonio*, contra cujos crimes aquelle orador, e salvador da Patria na conjuração de Catilina, tanto havia clamado, denunciando os fins sinistros que elle tinha de usurpar o Poder Supremo. Esse mesmo povo vio depois com indifferença na Praça do Capitolio em alto pique a cabeça e mãos cortadas de seu balfeytor. Augusto, já seguro do imperio, não pôde negar o tributo de veneração ao merito de tão grande patriota: e quando ser-

viz Anítoes lhe suggerirão o barbaro arbitrio de mandar queimar os escriptos de Cicerão, repellido a adulação, dizendo = *Foi amigo de seu juiz.*

Fulvio Máximo viveo no reinado do Imperador Tiberio. O seu livro dos *Ditos e Feitos Memoraveis* he hum excellento compendio de Moral prática, pelos escolhidos monumentos de boas e heroicas acções dos antigos. He recommendavel por começar a sua obra por mostrar a importancia de dever do culto Divino.

Seneca viveo no reinado do Imperador Nero, e foi victima d'este Monstro, de quem foi Mestre. Tão pouco vale a instrucção em estado despoiteo, e com Principe de máo caracter! Elle foi acerrimo defensor da Seita Estoica, e muito admirava em nada fallar nas suas obras sobre a Religião Christãa: he provavel, que assim o fizesse por calculo da prudencia humana, porque era contra a Religião do Imperio. As suas obras moraes, ainda que cheias dos paradoxos da Seita Estoica, e de pensamentos alambicados, e antitheses rethoricas, do máo gosto literario do seu tempo, com tudo abundão de optimas sentenças, e sublimes lances sobre a Divindade, e Virtude. Os padres da Igreja Lactancio, e S. Agostinho o citão com louvor, só arguindo-o de ter condescendido com os erros e usos do gentilismo. Todos estes classicos Moralistas, ainda que dignos de lição, não se pôdem considerar guias seguras nos deveres Moraes, por não terem sido allumiados com a Luz do Evangelho.

C A P I T U L O VII.

Da Lei Natural, e sua influencia, e vasta observancia, em todos os Estados, ainda incultos.

A Lei Natural, estabelecida pelo Author da Natureza para a recta direcção dos actos humanos, he reconhecida pela luz da Razão; ainda que, no decahido estado da Constituição do homem, he mui imperfeitamente conhecida sem o auxilio da Revelação, bem que susceptivel de maior esplendor pela cultura das faculdades intellectuaes, e experiencia das consequencias, mais ou menos remotas, e infalliveis, das boas e más acções; e tambem em virtude do dote de indefnida *perfectibilidade* da Especie Humana, que parece ser hum dos mais honorificos attributos da sua Constituição. Aquella Lei he que formou e sustenta esta Constituição, dando á todo o homem certos instinctos, impulsos, sentimentos, e conhecimentos communs, que os moveam a fazer, ou evitar, certos actos tendentes ao bem ou mal, proprio, e de seus semelhantes.

Esta Lei he a base da Moral Universal; e em virtude daquelles moveis, ou *principios das acções*, a mesma Lei tem constante e mui vasta influencia e observancia em todo o paiz de consideravel grão de civilisação; e até não he de todo violada ainda nos paizes salvagens, ou barbaros. Esta he a Lei que o Apostolo das Gentes no sua Epistola aos Romanos diz, que se mostra *scripta nos corações*, ainda dos impios, dando-lhes testemunho a consciencia, justificando ou condemnando as

Vemos a influencia desta Lei, que inspira a sociabilidade, justiça, e benevolencia, em paizes de immensa população, como a China, e India, onde alias predominava governo irregular, e falsa religião. Nelles se observa, no geral, prevalecer a perenne, insensível, mas effeiz, operação dos ditos principios da Constituição da Humanidade, como o amor paterno, respeito filial, fidelidade conjugal, prazer da companhia, primor de amizade, gosto de beneficencia, reverencia á justiça, desejo de paz, timbre de industria, e independencia de mercê alheia, &c. *

Em virtude da silente operação destes principios, a população cresce, e as artes da paz se multiplicão com o augmento de geral commodidade, e ainda delicia da vida, até nas classes inferiores, que carregão com os trabalhos mais duros da Sociedade. He evidente, que tanta gente, não vivendo do maná do Céo, nem sendo vestida pela Natureza, a sua existencia e multiplicação suppõe, pelo menos, rude justiça no paiz, que dá segurança e ajuda aos individuos.

Ainda que as Leis civis poderosamente cooperem para este phenomeno, pelas garantias da liberdade, propriedade, e honra dos individuos, com tudo, como, ainda nos Estados mais cultos, taes Leis não sejam perfectas, e muitas sejam absurdas, ou tyrannicas; he evidente, que a immensidade do Bem commun, que sustenta, augmenta, e contenta a população para amar a vida e a Patria, he o effeito da activa operação dos ditos prin-

* Na Parte II. desta obra se fará a enumeração e

cipios, e consequentemente da observancia, mais ou menos certa e extensa, da Lei Natural.

A historia e experiencia mostrão, que, onde esta Lei he menos guardada, ou mais violada, e consequentemente ha mais discórdia e malicia, e menos justiça e virtude nas familias e Nações, a industria geral he proporcionalmente retrograda e arruinada, e em consequencia os productos da Natureza e arte diminuem, e, com a sua falta, a população perece, ou não cresce, ou he miseravel. Isto he o que se observa nos tribus dos selvagens, e nos Estados despoticos d' Africa e d' Asia.

He de notar, que, sendo hum dos dogmas da Lei Natural a crença do Ente Creator, e Remunerador das boas ou más acções, cuja original distincção em certos usos geraes, e não complicados, ainda os mais rudes povos conhecem; e entrando nos principios da constituição humana, não obstante a sua decadencia, a idéa, bem que escura, daquelle Ente, e a esperanza de futuro estado depois da vida mortal, do que se tem achado vestigios em todos os habitantes da terra (a não serem antropophagos, e quasi brutos); he incontestavel a influencia destes principios, ao menos nos actos secretos, que estão fóra do alcance das Leis para a boa ordem, ou para não haver maior e total desordem e desorganisação do Systema social.

Porisso, quando se nota, que, apesar das devastações, que o horrido traíço de sangue humano tem causado nos povos d' Africa, ainda ali sempre se acha humna população immensa no estado de virilidade, o que sup-

põe a preponderancia constante dos *instinctos* e *principios moraes*, sem que esse phenomeno serie impossivel; manifesta-se a deshumanidade e semrazão dos que persistem no infame Commercio, tacitamente calunniando a Lei Natural, sempre operativa do bem, ainda na Caffaria, e oppondo-se ao Philanthropico Projecto da civilisação de povos de tão immemorial nativa bondade, que até Homero frequentemente os louva, intitulando-os *inculpados Ethiopes*, e o Escriptor Portuguez João de Barros na historia do Descobrimento da Ethiophia os descreve como *cruidos na innocencia de seus padres*, que de bom grado receberão a Religião Cristãa.

Concluirei com a observação de hum eloquente Moralista, ainda que Paradoxista.—“Lancem-se os olhos sobre todas as Nações do Mundo, e todas as historias das Nações. Entre tantas deshumanas e absurdas superstições, e a prodigiosa diversidade de costumes e caracteres, achar-se-hão em toda a parte alguns *principios e distincções do bem e mal*. O Paganismo do antigo mundo na verdade produziu deoses abominaveis, que na terra terião sido evitados, e punidos como monstros, e que offerecião, como o quadro da suprema felicidade, tão sómente crimes a commetter, e paixões a saciar. Porém o *Vício*, bem que armado com esta sagrada autoridade, em vão descia da habitação celeste: elle achava no coração do homem o *instincto moral* para repellillo. A continencia de Xenocrates era admirada pelos mesmos que celebravão as libertinagens de Jupiter —; a casta Lucrecia adorava a im-

sacrificava ao *Medo*. Elle invocava o Deos que dethronizou a seu Pai, e matou a si proprio morrendo sem murmurar. As mais desprezíveis divindades erão servidas pelo maiores homens: porém a *Santa voz da Natureza*, mais forte que a dos Deoses, se fez ouvir, respeitar, e obedecer sobre a terra, e parecia exterminar para o carcere do Ceo a culpa e o culpado.”

C A P I T U L O VIII.

Das opiniões dos Moralistas modernos sobre o fundamento da Obrigação Moral.

HE de admirar, que, sendo a moralidade das acções humanas, quanto a prática nos casos ordinarios, causa tão simples e obvia aos povos de consideravel grão de civilisação, e sendo quasi uniforme em todos os paizes cultos o conceito do que se chama *bons costumes*, que ninguém confunde com os máos feitos, e habitos viciosos; com tudo, quanto a theoria, tenha havido tanta discordia, e variedade de opiniões, ainda entre philosophos modernos de grande nome, sobre o *fundamento da obrigação moral*. Estas opiniões se reduzem ás seguintes theses. Diz-se que os actos humanos livres só são bons e virtuosos sendo feitos em conformidade á:

Vontade de Deos, manifesta na ordem do Universo.
Consciencia, ou Senso Moral.
Eterna e necessaria propriedade das cousas.

Bem ou Interesse particular.
Utilidade Geral.

Sympathie com os objectos de compaixão, e obras de virtude.

Senso Commum.

Approvação instantanea de certos actos.

Cada huma destas theses exige especial discussão. Por ora aqui farei as observações seguintes.

I. A *Vontade de Deos* sem duvida he o fundamento original e constante da obrigação moral. Mas por ventura a Vontade de Deos he sempre conhecida, especialmente nos casos complicados, onde ainda espiritos rectos e instruidos sinceramente duvidão da justiça ou injustiça? Se fosse sempre clara a linha do dever, e sempre manifesta a Vontade de Deos, para nos devermos á ella conformar, porque se tem escripto tantos livros sobre Jurisprudencia e Politica, e ainda ora tanto se alterca sobre os direitos e deveres do homem, e outros pontos importantes á melhor ordem da sociedade, e á fidelidade da Especie Humana?

II. A *Consciencia* he na verdade, em muitos casos, a mysteriosa voz interior, que parece ser a voz de *Deos* em justificar ou condemnar os actos humanos. Mas em quantos outros casos os homens, ainda os mais illustrados, obrão com a que se chama *consciencia erronea*, fazendo o mal quando estão persuadidos de fazerem o bem? Toda a historia das perseguições e fanatismos por crenças e práticas religiosas depõe sobre esta verdade. Quanto mais que os Metaphysicos disputão sobre o em que consiste a *consciencia*, e se he huma faculdade especial do Entendimen-

to humano, distincta da faculdade da percepção, memoria, e juizo. Tambem se costuma o inculcado *Senso Moral*, como se fosse hum *sentido interior* particular para perceber a bondade dos actos humanos, como os sentidos corporaes destinados a transmitir ao espirito os respectivos objectos da extensão, côr, cheiro, sabor, harmonia, e mais qualidades sensiveis da materia.

III. *Eterna e necessaria propriedade das cousas* he huma these de metaphysica transcendental, que comprehende a natureza e relações de todo o creado. Mas o homem tem mui limitada intelligencia para comprehender o *Systema da Universo*, isto he, a *Ordem Physica* e *Moral* da Constituição do Mundo. Sem duvida a *moralidade* nos actos communs da vida he mais plana, singela, e ao alcançe de todos os homens, ainda os de espirito menos cultivado, que, até por instincto, parecem amar e praticar as virtudes de que depende a ordem social. Com razão disse Seneca: Quem ensinou aos pais amar os filhos, os filhos a reverenciar seus pais?

IV. A *Verdade das cousas* he huma idéa mui abstracta, e de regra vaga, para constituir obrigação moral. Quem conhece em todas as occasiões a verdade das cousas?

V. O *Bem e Interesse particular* he o ordinario movel dos actos dos individuos para a sua conservação, e melhora de condigão. O Author da Natureza, que confiou á cada hum o deposito da vida, dando-lhe faculdades limitadas, que só pôdem desenvolver-se em estreita esphera, o constituiu *guarda de si mesmo*; e por tanto, seguindo o impulso deste instinto, obra só para a sua conservação.

bite da raia da razão para viver e se felicitar á custa e com offensa dos outros. O *amor proprio*, devidamente regulado, não se deve confundir com o *Egoismo*, que só olha ao proprio interesse, e contraria o interesse do Estado, e do Genero Humano.

VI. A *Utilidade Geral* he firme base da justiça dos actos humanos, quando são á ella conformes no facto e no intento. Mas quão pouco extensa seria a virtude humana, se sómente se apreciase pela exacta e intencional conformidade á genuina utilidade Geral, que comprehende o bem da Especie Humana?

VII. *Senso commun* he qualificação arbitraria, e dependente do gráo de civilização, e das correntes opiniões dos povos, que, muitas vezes, são erradas, absurdas, e evidentemente iniquas e deshumanas. Cada seculo e paiz tem tido seu particular *sensu commun* sobre certos objectos Moraes, que até elles faz adoptar sem remorso os mais barbaros costumes. Por *sensu commun* os salvagens torturão e devorão os inimigos, e matão aos pais velhos. Por *sensu commun* todos os povos antigos fazião captivos os prisioneiros de guerra. Por *sensu commun* ainda varios povos modernos exercem pirataria. Por *sensu commun* ainda nas mais civilizadas Nações da Europa se tem como *ponto de honra* a necessidade do *duello*, não obstante o rigor das leis que o prohibem; e não faltão escriptores que á elle attribuaõ, em boa parte, a civilização Europea, em razão das antigas desordens do Governo Feudal, e barbarismo dos povos, a fim de servir de freio aos homens de lingua solta, e atacadores da

Por *sensu commun* se considerava...

to, e até necessario, na America, o trafico de negros d'Africa, que presentemente quasi universalmente he abominado e proscripto. Podia-se augmentar muito o catalogo de actos humanos que o *sensu commun* de varios povos tem por licitos, e que por *sensu commun* de outros se olhão com horror. Em fim *Sensu commun* não he synonymo de *Bon senso*, nem do *Consensus do Genero Humano*, que, de certo he justo pelo *Criterio da Verdade* sobre o que se chamão *Bons Costumes*.

VIII. A *Sympathia*, ou sensibilidade do coração á vista de espectaculo da miseria, para dar ajuda á quem a soffre, ou da virtude para estimar a pessoa virtuosa, he da constituição da Humanidade, e forte estimulo á *nossa* pura beneficencia. Mas não he por si só *guia segura*, e opéra com mais efficacia nos que passarão pela escola da adversidade, do que nos que a fortuna tem sempre favorecido, á quem por isso se nota dureza de coração, indifference aos males alheios, pouca estima da probidade.

IX. A *Approvação* instantanea e universal de certos actos humanos he (em via de regra,) criterio da verdade de serem elles bons e virtuosos. Quem, por exemplo, não se extasía, e admira a virtude de Eneas carregando ás costas o velho Pai Anchises para o livrar do incendio de Troia? e a fortaleza da celebrada filha, que adamentava com o leite dos proprios peitos ao Pai no exilio, onde havia sido condemnado a morrer de fome? Muitos outros monumentos da historia antiga e moderna, e ainda da vida particular das familias, se poderão aqui memorar em confirmação da mesma.

os Poetas dramaticos, que estudão conhecer a constituição moral da Humanidade, sabem mover no Theatro affectos instantaneos, gerues, e fortes, que até arancão lagrimas de todos os espectadores, ainda os mais insensíveis e immortues, quando representão a heróes e heroínas de acrisolada virtude; excitando do mesmo modo vivissima e universal indignação contra os viciosos e malvados. — Este assumpto mais largamente se exporá em outro lugar.

X. A Razão he a faculdade do homem, que ainda assús mostra ter sido creado *d'innocencia e semelhança de Deos*, e em categoria pouco menos *dos Anjos*, conforme declara a Escripura sagrada. Nisso consistia a nobreza primordial, quando estava (como alli se diz) coroado de honra e gloria, pela sua innocencia. Mas, assim que desobedeceo á ordem do creador, e por soberba aspirou á igualdade de intelligencia, logo a sua Razão se escureceo, e não se pôde, sem blasphemia, considerar a *Razão Eterna*, que só he a Regra imutavel da Obigação Moral.

C A P I T U L O . IX.

Da Insufficiencia da Luz da Razão para bem se conhecer a Lei Natural, e Para Moral.

H desnecessario refutar o Systema de Hobbes, que comprehendendo sustentar os falsos dogmas, que os homens não tem claro conhecimento da Lei Natural; que a Sociedade Civil he hum estado de guerra *d' todos contra todos*; que não ha original distincção do

justo e injusto; e que *justiça e injustiça* são *ideas fustivas*, que não tem outro fundamento mais que os Regulamentos dos Legisladores, instituidos para pôr freio á natureza animal do homem, e firmar a boa ordem do governo, pela experiencia dos bons, ou máos effeitos de certos actos humanos. Este systema repugna aos innatos principios da constituição de Humanidade, que sem está em grande decadencia, mas não em total ruina. Aquelle Escripitor Inglez, por ter nascido em tempo de guerras civis, fez essa absurda theoria, que he desmentida pelo coraço de todos os individuos que tem uso de razão.

Mas he necessario mostrar contra o orgulho dos sabios presumpcosos, que a Razão humana solitaria, isto he, destituida do auxilio da Revelação divina, não he sufficiente para bem entender, e ainda menos para bem observar, a Lei Natural, e fazer hum Systema de Moral Pura.

Se a Razão do homem fosse sufficiente para formar hum bom *Systema Moral*, se acharia este nos escriptos, estatutos, e usos dos povos mais famosos pela antiguidade de civilisação, e que mais tem contribuido para a illustração actual das Nações modernas. Os Egyptios, Gregos, e Romanos, são os de que temos mais certos conhecimentos, e em todos se notão pessimos costumes, e impios erros.

Na Sagrada Escripura se diz que Moises fôra educado na *sabedoria do Egypto*; e todavia não houve povo mais idolatra e supercicioso que o dos Egyptios, que até adoravão os crocodillos. Juvenal diz em hum das suas Satyras: *Oh Santos gentes, em cujas hor-*

tas tambem nascem Divindades! A mesma Escritura refere a summa difficuldade que aquelle Legislator dos Israelitas teve em manter a Religião revelada por Deos no *Sinai*, e as frequentes reincidencias dos mesmos na idolatria dos Egyptios, e mais povos circunvizinhos.

A Grecia e Roma, ainda nos tempos de sua maior illustração, deitão o triste espectaculo, não só da idolatria, e barbaquaria, na sua religião, politica, e economia, mas até de impiedade e immoralidade publica, e até confessada sem péjo, nem remorso, especialmente depois que os Governos respectivos deixarão propagar as doutrinas atheisticas e sensuaes de Epicuro.

Não direi, como alguns rigoristas e fanaticos, que na Gentilidade não houvessem virtudes domesticas, e sociaes: porém não he menos certo, que ellas sempre, em grande parte, erão desfiguradas pelos erros do *Polytheismo*, isto he, pela vulgar crença em multiplicão de Deoses do Ceo, cheios de crueldade, e perversidade dos maiores malfeteiros da terra. Porisso o seu Culto Divino era sanguinario, e torpe, especialmente onde os povos erão mais barbaros.

Aristoteles refere haver examinado mais de duzentas Constituições dos Estados da Grecia, e decide que a melhor era a das *Cartagineses*. Todavia este povo, aliás dado ao Commercio (que, pela mais extensa communicação das gentes, desatruaiga mais facilmente os homens de privativos enormes usos locais) era tão aheerido ao horrido sacrificio dos homens aos Deoses, que o Senado Romano

1. Das suas Victorias immo- 2. do Gov-

no Cartaginez a condigão (que á este paraceo mui dura e humilhante) de fazer cessar tão deshumano sacrificio.

O *patricismo*, que era a *virtude por excellencia* dos Gregos e Romanos, vinha, de facto, a ser o mais feroz *egoismo*, que parecia ser menos amor da patria, que odio ao Genero Humano.

O *Assassinato* era considerado não só li-cito e virtuoso, mas necessario e obrigatorio, contra os inimigos, e usurpadores. Porisso o *tyrannocotonos* (o *matador do tyranno*) era nas Aulas dos Rethoricos hum dos themas favoritos das Declamações dos jovens, á quem os Mestres davão premios, em proporção dos mais exaltados sentimentos á esse respeito. Eoltão a Razão se achava tão escurcida, que nem se quer se desganhavão os povos e governos do horrido erro moral á vista da experiencia; a qual assás mostrava, que esse expediente só servia de fazer os inimigos mais insidiosos e encarnigados, e os usurpadores mais despoticos e cruéis. Com taes doutrinas (e-sar foi assassinado no Capitolio, sem que porisso se pudesse restabelecer a Republica Romana; antes esse successo mais provocou as vinganças e guerras civis, que até necessitarião o estabelecimento do Despotismo Militar, que se perpetuou por seculos, até que irreversiveis milicias de povos barbaros derribarão o immoral Imperio Romano, ainda peor substituido pelo brutal Crescente Ottoniano, que tende á ainda mais offuscar o Imperio da Razão pela impostura do Alcorão, incendio de Bibliothecas, e systema do Governo, que levava a tyrannia até a impossibilitar a cultura dos dotes do *Kismet* Humano.

O *Suicídio* era geralmente reputado hum dever dos virtuosos, quando concebido tédio á vida, maiormente pelas desgraças do Estado. Cato se matou, até com a crueldade de atacubar as proprias entranhas, sem attender ás rogativas e lagrimas do filho e dos amigos: e Bruto se transpassou com desesperação com a espada, até com blasphemia dizendo = *Oh virtude que não me foste!* O peor he que até o virtuoso Seneca, egregio Moralista, louva a magnanimidade e fortaleza desses Estoicos, dizendo = *Eis espectaculo digno de Deos!* O varão forte lutando com a má fortuna!

Os Historiadores latinos referem, como virtudes heroicas, acções á que a Natureza repugna. Louvão a *Lucrecia*, porque se apunhalou, vendo-se forçada pelo Rei Tarquinio o soberbo, dizendo assim fazer, para que, com o seu exemplo, não sobrevivesse mulher alguma. Louvão a *Virgínia*, que matou a propria filha, para não ser victima da lascivia de hum Juiz libertino. Louvão a *Mantio*, porque, sendo General, mandou acoitar na sua presença até a morte a hum filho, que contra sua ordem deo humma batalha, em que aliás foi vencedor. He aqui de notar, que o senso commun do povo condemnou tal crueldade; e porisso, quando se fazião Leis tyrannicas, chamavão *Edictos Mantianos*. Louvão a *Regulo*, porque, sendo mandado, como refens, pelos Cartaginezes a tratar de paz com os Romanos, prometendo empanhar-se no ajuste, mas obrigando-se com juramento a torturar á prizão, e soffrer torturas e a morte, não obtendo o objecto da Commissão, cum-

persuadindo a continuar a guerra. Louvão-se conjuges que se matavão por amor, sobre o cadaver ou sepulchro do objecto amado.

Finalmente os Legisladores antigos concederão o (mal dito) *direito de vida e morte* aos Pais e Senhores sobre os filhos e escravos, á pretexto de segurar a subordinação; e reduzião á captividade os prisioneiros de guerra, sem que os presumidos subdeiros condemnassem tal immoralidade, que habituarão os homens á costumes máos.

Se estas enermes irregularidades tanto durarão em paizes onde mais se cultivou a Razão, que resta a dizer dos Povos das outras Partes do Mundo? A historia das Viagens dos circumnavegadores do orbe nos horrorizão pelos quadros horrendos de tyrannias, superstições, e immoralidades. Toda a Razão, e illuminada Politica da Gran Bretanha pouco ou quasi nada tem podido fazer para no seu Império da India, alias de povos de antiquissima civilização, e mais dozes costumes, se introduzirem as bonnamaninas, e melhores instituições; antes com dór e magoa vem continuados, terríveis costumes de voluntaria queima de milhares de mulheres na morte dos maridos, e muitas praticas supersticiosas, que fazem estremecer a Humanidade.

C A P I T U L O X.

Refutação de Payne.

T *Homaz Payne*, Cidadão dos Estados Unidos, que muito concorreo para a Revolução da America e Franca, com os seus incen-

diarios Folhetos do *Francos Commune*, e *Direitos do Homem*, de quem he proscripto em Inglaterra, onde teoza propagar as suas politicas doutrinas soppistucas, ahi publicou a obra á que deo o titulo de *Idade da Razão*, que tambem foi proscripta; por impia, blasphema, e diffamatoria da Religião Christã, que está incorporada á Constituição do Estado. Elle nessa obra se inventa por mero *Deista*, isto, he crente em Deos, e sectario da Religião Natural. Elle insiste em mostrar, que esta Lei e Religião he sufficiente para a perfeita moralidade, e felicidade humana; e inteiramente rejeita a Revelação, que reconhecemos nas Sagradas Escripturas, a qual veio certificar-nos dos meios que a Providência tem empregado para melhora da Constituição do homem, e dar sanção aos dictames da Lei da Natureza, escripta nos corações de todos, mas escurecida e perversida pela corrupção da sociedade, e negligencia da cultura das faculdades intellectuaes.

Tendo essa obra adquirido celebridade e voga entre os superficiaes presumidos de *Iluminados*, bem que não seja mais do que hum plagiato das obras de infieis e libertinos escriptores, especialmente da França, que tem atacado a Religião Christã; he necessario precaver contra ella a Mocidade incauta. por estar escripta com estilo ardiloso, até cavillando sobre o Evangelho, que diz só ser *fragmento de moralidade*, quando alias contém a summa da mais *pura moral*; pois que até o nosso Salvador reclama a *pureza dos pensamentos*, dizendo, que das *más cogitações* he que resultão as más obras.

entrar na refutação explicita da *Idade da Razão*, que antes bem se póde appellidar a *Idade da Semrazão*; por substituir á divina Revelação a diabolica Revolução, levando-a até os penetres dos entendimentos dos povos, que são inquezes de subtis especulações sobre as verdades fundamentais de que depende a ordem, paz, e estabilidade das Nações. O que expuz no Cap. antecedente, parece exuberante para convencer os espiritos rectos da insufficiencia da Lei Natural no decubido estado em que se acha a Humanidade. Reccomendo aos Leitores a leitura da obra *Ingleza de Ricardo Watson*, Bispo de *Landaff*, intitula la *Apologia do Christianismo*, que bem refutou ao dito *Paine* em serie de cartas que lhe dirigio. Só transcreverei as seguintes passagens, que se achão nas pag. 170, e 387 da edição de Londres de 1816.

“ Affirmaes que „ O *Deismo* (Religião Natural) nos ensina, sem possibilidade de erro, tudo que he necessario, ou conveniente saber. „ — Ha tres cousas que todas as pessoas racionaveis accordão serem necessarias, e convenientes saber — a existencia de Deos; a providencia de Deos — o futuro estado de retribuição. Ora se estas tres verdades são ensinadas pelo *Deismo* sem possibilidade de erro, decida-o a historia da philosophia, da idolatria, da superstição, em todos os seculos e paizes. Podia-se fazer hum volume sobre os erros em que os maiores cultivadores da razão cahirão, e sobre a incerteza em que estiverão á cerca de cada hum dos ditos tres pontos. Só advirto brevemente a respeito do ultimo. Não obstante os il-

he, *Bauer*, e de mais de duzentos outros Escriptores modernos sobre o assumpto da mortalidade, ou immortalidade d'alma, com tudo, esta materia ainda he entre nós tão pouco entendida, como pelos philosophos da Grecia e Roma. As oppositas opiniões de *Plauto* e *Epicuro* neste objecto tem defensores entre litteratos do presente seculo na Gram-Bretanha, Alemanha, Franca, Italia, e em toda a parte illustrada do Mundo. A importancia da *Revelação* se demonstra pela discordia dos sentimentos dos (não fallo dos ignorantes e máos) homens instruidos e bons, sobre este ponto. Esta discordia bem manifestá a *insufficiencia da Razão humana* no curso de mais de dous mil annos para desenvolver os mysterios da natureza do homem, e para dar, só pela contemplação della, hum seguro sobre a qualidade da nossa futura condição. &c.

“Perguntaes se ha sufficiente autoridade para crex, que a Biblia contém, ou não, a palavra de Deos, e decidis que não, pela que chamaes *evidencia moral*, porque era impossivel, que Deos por sua ordem expressa mandasse aos Israelitas (comoahi se diz) destruir os Canaanitas, *vindo e gritando as eriuças*, affirmando que isto repugna á moral justiça de Deos. Ora vos professaes ser Deista, crendo em hum Deos, creador do Universo, que estabeleceo as Leis da natureza que o sustentão. E porque não achaes repugnante á sua *justiça moral* o permittir que meninos *vindo e gritando* sejam soterrados em hum terremoto, afogados em huma inundação, consumidos pelo fogo, atormentados pela fome, e destruidos pela peste? Os

Canaanitas erão hum povo depravado; Deos os podia castigar com total exterminio tambem dos filhos, que são sujeitos á lei da morte, e sem privilegio para não morrerem desta ou d'outra sorte.

“O Genero Humano, pela longa experiencia; pelas instituições da sociedade civil; pela cultura das Artes e Sciencias; pela divina instrucção dada á algumas Nações em revelação especial, e communicadas por tradição á todas; achase em muito mais distincta situação quanto aos conhecimentos, e forças de espirito, do que foi na infancia do mundo. A historia do homem he a historia da providencia de Deos; o qual, querendo a felicidade de todas as suas creaturas, tem proporcionado o seu governo ao respectivo grão de capacidade. As historias de todas as Nações, e de todas as idades, não são mais que partes separadas de hum Grande Plano, que Deos está desenvolvendo para a melhora do Genero Humano. Quem póde comprehender o *tudo* deste immenso desigmo? A brevidade da vida, a fraqueza das nossas faculdades, a falta de meios de maior geral instrucção, conspírio a fazer-nos impossivel, sendo mero bichinhos da terra, e insectos de hum dia, o completamente entendello em todos os seus pontos.”

C A P I T U L O XL.

Confirmação do exposto.

MILLIAM Paley nas suas *Evidencias da Religião Christã* faz as seguintes observações na Parte II. Cap. II. pag. 68. “Achão-se 7 ii

manchas em quasi todos os Mestres e Legisladores da antiguidade. *Zeno* o Estico, e *Diogenes* o Cynico, cahião nas maiores impurezas. *Socrates* foi mui suspeito dellas. *Lycurgo* tolerava o furto nos Cidadãos, havendo-o como parte da educação. *Platão* recommendava a communiidade das mulheres. *Aristoteles* sustentava o direito de fazer guerra aos barbaros. *Catóo*, o velho, foi cruel aos escravos. *Catóo*, o moço, cedeo a sua mulher á hum amigo. Moral relaxada se acha em quasi todos os Moralistas gentiões. Nas obras de *Platão*, *Xenophonte*, *Cicero*, *Epiceto*, *Seneca*, se recommenda aos discipulos o conformarem-se á religião e aos ritos de qualquer paiz aonde viessem.

Se pois os mais acreditados cultivadores da Razão nos mais illuminados Estados antigos, que nos transmittirão tantos escriptos, que hoje ainda se considerão instructivos, cahião em erros theoreticos e praticos em materias moraes, e nem ao menos poderão libertar os povos do jugo da idolatria, antes o perpetuarão com seus conselhos e exemplos, não se pôde affirmar ser sufficiente a luz da Razão para se formar hum systema de pura Moralidade, e virtuosa conducta, sem o auxilio da Revelação.

Tem-se objectado contra isto, que tambem depois de introduzida a Religião Christã, tem havido nos Estados que a adoptarão, pessimos costumes, e odiosos institutos, alem de escriptores de Moral relaxada. Mas quem pôde em boa fé duvidar da melhora das christãs Nações modernas sobre as pagãs de todos os seculos e paizes, principalmente onde livros impios e libertinos não tem

estragado a Moral publica com as doutrinas do atheismo e infidelidade! *Montesquieu* no seu — espirito das Leis — reconhece, que, ao menos, a Religião Christã tem infundido poderosamente em mais humano direito das Gentes, mais facilidade da emmanipação dos escravos, mais docura nos governos, mas favor á liberdade dos povos. Negará tambem a luz do Sol quem não reconhecer, que nos paizes Christãos ha mais geral estima da fé particular e publica, mais lealdade aos Soberanos, mais gratidão aos benefictores, mas extensão de benevolencia, mais reverencia ás virtudes sociaes.

Alguns sophistas tem dito, que, se está decabida a luz da Lei Natural, o Ente Supremo, querendo a melhora ou restauração da Constituição Humana, teria mostrado nos Ceos a Lei Revelada, para que todos os homens a vissem em qualquer parte da Terra, ou, ao menos, que efficitaria a reforma dos que se persuadissem da verdade da Revelação. A isto responde o sobre dito *Paley*. E porque a Lei Natural não foi igualmente fixa no Ceo, com caracteres visiveis por toda Humanidade? Ou porque não a sentem todos nos corações, pelos instinctos que impellem a fazer boas acções, estimulando a virtude, e aborrecendo o vicio, em modo que ainda o mais máo deseja parecer bom? E de mais: havendo Deos dado o livre arbitrio ao homem, a sua Lei Natural ou Revelada não opéra como força mechanica e irresistivel, mas dá lugar á prova e luita da virtude, para ter merito ou demerito a acção moral. A luz da Revelação tem posto os homens em trem de melhoramento, que continuará

até o fim dos seculos. Mil annos (como se diz na Sagrada Escriptura) são como *hum dia* á vista do Ente Eterno. Ora já se vê muita luz, depois de estar a Humanidade escurificada por tantas idades da Idolatria, e só, por imperscrutaveis juizos da Infinita Bondade, conservada a Revelação Patriarchal em o povo maravilhoso dos Hebrêos, fundada no Dogma fundamental da Unidade de Deos: já se vê a Revelação Evangelica diffundindo a sua luz e melhoramento nos povos, até na Austroslavia, ora havida por quinta Parte do Mundo; contando-se mais de cento e cincoenta milhões de homens de diversas linguas e nações, firmes na crença da existencia, e providencia do Creador dos Ceos e da Terra, e na immortalidade d'alma, e justa retribuição das boas ou más acções na vida futura. Isto, gradual e efficaçamente, hade influir na melhora do Genero Humano, á que o Salvador do Mundo ordenou que aspirassemos, exigindo a recidão dos pensamentos, para a adoração de Deos em espirito e verdade; bem declarando na sua pura doutrina, que das *citações* he que nascem as boas, ou más acções.

C A P I T U L O XII.

Confirmação das Doutrinas antecedentes.

A Universidade de Edimburgo na Escocia se tem distinguido pela sua *Escola Moral*; que tem produzido Escriptores de grande nome, como *Hutchson, Shutesbury, Hume, Smith, Ferguson, Reid, Stewart, Brann*. Porém o empenho destes Moralistas tem sido o formar hum *Systema de Religião Natural*

e de Moral Pura, sem consultarem a Revelação contida nas Sagradas Escripturas do Velho e Novo Testamento.

Uns rejeitão a mesma Revelação; os outros não a recusão, mas affecto fazer abstracção das verdades reveladas, ou ainda ter indifferença ás luzes que dellas emanão, suppondo que a Razão humana, por si só, sem outro auxilio, he capaz de conhecer os dogmas, e deveres da dita Religião e Moralidade. Os que são mais modestos, reduzem as suas inquirições ao exame do que se pôde saber de certo sobre estes objectos, sem recorrer-se á superior fonte de instrucção, qual he a Authoridade Divina, manifesta por meios extraordinarios, sem todavia negarem a sublimidade das idéas sobre a natureza de Deos, excellencia da virtude, e immortalidade d'alma, que se achão nas ditas Sagradas Escripturas.

Dahi tem resultado o conceito de que os referidos Escriptores são meros *Deistas*; e porisso não se podem reputar Guias seguras em Theoria de Moral. Ainda os que tem preeminencia reconhecida, se podem arguir de ingratiidão; pois, sendo patente das suas obras o serem versados na lição daquelles escriptos agiographos, todavia não reconhecem a obrigação que devem ao seu estudo, de que aliás, em boa parte, se derivou a illustração dos proprios entendimentos no que escreverão com acerto e primor.

He por tanto de grande satisfação o ver-se, que em a Nova Encyclopedia, recentemente publicada na sobredita Universidade, fosse tratado este assumpto por orthodoxo Cooperador desse *Herculeo Trabalho Literario*.

No Artigo de *Philosophia Moral*, assim se confirma o exposto no Capítulo antecedente. Ainda que seja evidente, que o Author da nossa existencia poz em nossas mãos os materiaes do conhecimento, e pela constituição e circumstancias da nossa natureza, nos dirige á pratica das acções moraes, á que nos devemos conformar; contudo he certo, que jámais converteriamos esses elementos e a nossa vantagem sem ajuda de instrucção superior á dada pela razão do homem. Deos, na verdade, tem-nos dado abundantes meios de instrucção relativamente aos principaes deveres da Moral; porém he certo, que não me-nos abundantes são os materiaes de erros e prejuizos que resultão da tendencia dos nossos appetites e paixões. Isto he o que faz a natureza humana mostrar-se como huana mis-tura de sabedoria e loucura, de sentimentos virtuosos, e de affectos depravados. Isto en-fraquece a convicção das verdades religiosas ainda nas pessoas mais illustradas, e lhes inspira o desejo de terem huana regra e sancção de Authoridade divina, para o regulamento da sua conducta. — Em summa: os principios da Moralidade natural estão quasi na mesma linha da Religião natural; pois, ainda que a existencia, e os attributos de Deos, se possam inferir de todas as suas obras, contudo a experiencia nos mostra, que a razão do homem jámais lhe deu justas e exactas idéas sobre este objecto. Do mesmo modo, ainda que a regra da conducta moral se possa achar na ordem da natureza, e na constituição dos nossos espiritos, contudo não pôde haver dúvida, de que era necessaria a Revelação, para habilitar o Genero humano.

a distinguir, com certeza, a verdade do erro, e as illusões das paixões da recta razão. Sem essa Revelação, quem poderia decidir, com absoluta certeza, entre as innumeraveis variedades das opiniões dos homens; ou es-perar, que a sua opinião jámais teria a autoridade de Oraculo, para obter o assenso da Humanidade?

Esta difficuldade foi tão fortemente sentida por *Soerates*, que julgou necessario, — que do Céo viesse hum Instructor com especial autoridade para revelar, e fazer executar os deveres do homem. *Cicero* não menos claramente reconheceu a necessidade de hum tal Mestre; e para se provar a veridade de seu juizo, basta a enumeração que no Livro da *Natureza dos Deos* faz das opiniões dis-sordenas das principaes seitas dos philosophos. Mais afortunados do que esses illustres Gentios, se já podemos proceder neste assumpto com maior confiança em as nossas investigações, he po que fomos favorecidos com a Revelação, que lhes foi negada, e que tem mui essencialmente influido nas discussões moraes, ainda daquelles que rejeitão a sua ajuda.

Não intentamos em os nossos exames pôr em conficto a Razão com a Revelação, mas sim o expôllas como mutuamente cooperando em estabelecer os mesmos importantes resultados. Compete á sciencia da Theologia o certificar as sancções da Religião Revelada; pertence ao estudioso da sciencia da Moralidade o analysar os principios das acções moraes, e indicar os seus fundamentos na natureza, e circumstancias do homem. Não he possivel em discussões sobre este assumpto.

to, inteiramente separar a Moralidade da Theologia. Porque, logo que os homens adquirem a convicção da existencia de Deos, as suas idéas moraes por força são consideravelmente influidas pelos attributos que conceberem do mesmo Deos. Se suppõe que elle he eruel, vingativo, ou lascivo, he natural que espere o ver aos seus devotos com igual caracter; pois, huma vez que se creê haver hum Deos, deve se entender que he necessario obedecer-lhe, e imitallo. He portanto absolutamente indispensavel em toda a discussão moral certificar, o como as faculdades do homem, sem ajuda da Revelação, podem alcançar rectas idéas da natureza de Deos, e de seus attributos: se o resultado for justo, elle constituirá a regra de que não haja recurso para Superior Authoridade.

Ora, tomando-se os factos por fundamento da theoria, demonstra-se, que isso não se pôde obter. Basta recordar a impura e absurda theologia dos Egyptios, Gregos, e Romanos, para não se hesitar em decidir sobre a incompetencia da razão humana em descobrir os attributos, e perfeições do Ente Supremo.

Talvez se pense não ser de boa razão o decidir-se sobre a capacidade do espirito humano em conhecer taes attributos e perfeições, só por se considerarem as suas *aberrações* e *perversidades* nesses objectos. O que se deve inquirir he, se, só com as faculdades naturaes, he possível ter exactas idéas sobre os ditos objectos? Na verdade, a crença na existencia de hum Ente Supremo he quasi

mui illustrados conhecimentos sobre a unidade de sua natureza, e de alguns de seus attributos; mas em nenhum caso podemos decidir com certeza até que ponto essas idéas são as produções da Razão sem ajuda de Revelação! Os Metaphysicos tem demonstrado o processo natural por onde a idéa da existencia de Deos tem podido excitar-se no espirito humano; porém he impossivel demonstrar, se ella jámais entrou de tal maneira. O facto he, que em todo o Mundo jámais se vio hum *Systema* de *Deismo*, que fosse o puro resultado da Razão humana; antes, ao contrario se mostra que todas as Religiões que tem existido na terra forão ou de *Tradição*, ou de *Revelação*.

Em todas as parte do Mundo descoberto e habitado só se tem achado vestigios de *Superstição tradicional*, e jámais hum *systema* de Religião Natural. A variedade das superstições cheias de maiores absurdos e extravagancias, manifestão que ellas não são o presente da Razão.

Onde pois descobriremos a pretensa *pura Religião da Natureza*. Não entre os sabios da Grecia, que verosimilmente derivarão suas doutrinas religiosas dos philosophos e hierophantes (padres) do Egypto, e estes com toda a probabilidade dos da India. Todas essas Nações não tiverão pertenções algumas á essa *Religião da Natureza*: todas ellas attribuem aos seus Legisladores e sabios as respectivas leis e religiões; e, não obstante a reverencia que prestavão aos fundadores de seus Imperios e Cultos, nunca lhes attribuirão a honra de descobrirem, sómente pelos

que promulgarão, mas sim á especial beneficencia, e illuminação dos Deoses.

Ainda sem termos por guia a Escriptura sagrada, he de crer, que a doutrina sobre a existencia e attributos de Deos fosse revelada aos nossos primeiros pais, e que as suas persistências que se tem achado em todos os povos foram *corrompidas tradições* da Revelação primitiva.

He alem disto facto notavel, que nos conhecimentos humanos sobre objectos distinctos da Religião, os seus melhoramentos avanço com progresso e firmeza, em proporção de maior estudo e experiencia: porrem o resultado he contrario em materias religiosas, e o lapso de tempo invariavelmente produz *degeneração e corrupção*. Os mais antigos escriptos mais se approximão á verdade sobre alguns fundamentaes principios de religião. Assim vê-se nos mais antigos escriptos dos Bramines doutrinar-se explicitamente a unidade de Deos: e comtudo tal doutrina he absolutamente desconhecida pelos povos modernos da India, que são, e tem sido immemorialmente, os mais grosseiros idolatras do mundo.

Não decidindo que seja absolutamente impossivel fundar hum Systema de Moral sobre a base da Religião Natural, comtudo attenta a historia, se póde affirmar, que, ainda que o espirito humano não fosse de todo incompetente a descobrir a importante verdade da existencia de Deos, esta importante verdade não seria de vantagem prática, sem ajuda da Revelação; pois seria logo desfigurada pelos prejuizos que resultado das paixões

de perversidade que de melhora da nossa conducta. Por isso o benéfico Author da nossa natureza, por nos livrar da perplexidade das opiniões, nos deo huma Revelação, que contém regras do dever, que instantaneamente as nossas consciencias approvão, e que, sendo examinadas, se achão perfeitamente conciliaveis com a luz da Razão, com os interesses da Humanidade, e com os ordinarios arranjamientos da Providencia.

A *immortalidade d' alma* he outro fundamental dogma da Religião Natural, e todavia ainda os maiores philosophos modernos, se não recorrem á Revelação, são perplexos, não achando evidentes as provas derivadas sómente da luz da Razão, e, quando muito, se não a negão, fêção na que dizem = *divida respeitosa*. = *Franklin*, que ensinou tirar os raios das nuvens, sendo Deista, mais de octagenario, conversando sobre este assumpto, disse, — que se havia ajustado com hum amigo, que, o que morresse primeiro, viesse contar-lhe o que se passava na outra vida; mas, falecendo aquelle, não cumpria a palavra.—Todavia, sendo virtuoso, esperava a immortalidade por Mercê do Ente Supremo, como de pura graça; entendendo ser alheio da justiça o pertender-se vida eterna em premio de virtude limitada, como se qualquer pessoa intentasse que o Governo lhe desse hum grande herdade por ter fêto pequeno serviço.

Concluirei com a observação do moderno escriptor Inguez das = *Bellezas, Harmonias, e Sublimidades da Natureza* = edição de Londres de 1821. No Tom. IV. Cap. IV. pag. 314 diz: “O grande segredo da immortalidade

d' alma nos he certificado por muitas razões; medo da amigração; sede de fama; indefinida possibilidade de sciencia; amor da justiça, honra, e virtude; inquieta actividade que de nada se satisfaz; esperança de felicidade perpetua; superioridade do espirito á tudo que he visível; inverosimilhança de destruir Deos a sua mais excellente obra, e quando aliás não destroe parte alguma da materia, que só toma novas formas. Com tudo, desde Aristoteles até Locke, e Berkeley, Reid, e Stewart, *tudo he conjectura!*

C A P I T U L O . XIII.

Da Moral Egoistica.

Escriptores modernos, que não tem por Estrella Polar a Revelação do Evangelho, que ensinou a prática dos nossos deveres só pela razão de serem de ordem e vontade de Deos, e o preceito da *abnegação de si mesmo* para o exercicio da virtude pura, entronizarão o *Amor proprio*, ou o *Egoismo*, como o idolo da vida, e o unico real estinulo dos actos humanos, pelo qual cada individuo procura o seu bem e melhoramento, com preferencia, e ainda á custa, do de seus semelhantes. Estes Escriptores reduzem todo o senso e dever moral á mero calculo de *interesse particular*.

Dizem que isto assim he por força da Constituição do homem, estabelecida pelo Author da Natureza. O *desinteresse* que alguns affectão, he desmentido pela consciencia de todo o individuo: os que o ostentão, são ou hyprocritas, ou sagazes calculadores, que

às vezes prescindem de bens tenues presentes, pela certa esperança de maiores bens futuros, cujo goso antecipado pela imaginação vale a pena do sacrificio da omitida vantagem. *He interesse bem entendido*. Ainda os sinceros amantes da virtude, que parecem rigidos sectarios da probidade, sem esperança de bem physico, proximo, ou remoto, assim obrão pelo amor da fama, estima, e honra, que a sociedade dá aos virtuosos, e especialmente aos que se submettem á sacrificios, ainda da vida, por amor do Bem Publico. He sempre em todo o caso o *amor proprio*, mais disfarçado, o verdadeiro principio impellente e imperativo das acções humanas, posto que ajustadas á utilidade geral da Especie. Em fim; dizem estes Mestres do Egoismo, Satyricos da Constituição divina e humana: tudo na sociedade he commercio e cambio de equivalente, e nada se faz de *gratua* nem ainda do Pai ao filho, o marido a mulher &c.

Eis a doutrina corrente da *Moral Egoistica*, que infelizmente muito predomina nas mais cultas Nações! Até são vulgares os proverbios: = todos andão á sua conveniencia, e he humna das causas da grande corrupção que nellas se observa ainda onde se preza a *bom companhia*. = cada hum trata de si, e Deos de todos =.

Com tudo o Senso commun contradiz esta falsa Moral, que Sophistas tem mal duzido da Lei Natural da *Conservação*, que, na verdade, he de tão extensa e poderosa influencia, tanto nos homens, como nos animaes. Em todas as linguas ha os termos = *Interesse* e *Dever* = que não só tem sentido

diverso, mas opposto. Sem dúvida a constante pratica do dever he do real interesse dos homens; mas muitas vezes, attentas as vantagens presentes, e tentações urgentes, elles estão em conflicto, e não se pôde executar o dever sem perda de consideravel, e ainda grande, interesse, e até sem risco de sacrificio de vida. Em taes casos he preciso ter alma forte, com o habito de virtude, para não se deslizar da probidade: e nem todos os homens tem essa rigida virtude, e caracter firme. Por isso os Legisladores, que considerão o curso ordinario das cousas, já-mais permitem julgar em causa propria, nem dão fé á testemunhas que tem interesse no vencimento da parte, ainda só por parentela e amizade. Até não se dá juramento ao réo em crime capital, e enorme, pelo justo receio de que faltará á verdade, pelo bem da vida, honra, e fazenda.

Ainda que não sejam assás ordinarios os actos perfeitamente desinteressados á bem algum de individuo, e do Publico, e nos tratos economicos e mercantis prevaleça o *interesse*, como o *principio motor*, todavia, attendendo-se a voz da consciencia, bem distinguimos os actos que fazemos por interesse proximo ou remoto, dos que não tem outro motivo mais que a *pura benevolencia* aos nossos semelhantes, sem a menor esperanza de retribuição, só pelo divino prazer de fazer bem; e a nossa complacencia he tanto maior, quanto o senso interior nos faz reconhecer o absoluto desinteresse com que obramos. Os espiritos elevados sempre hão de reconhecer, como fundada na altivez e bondade do coração humano, a regra que se lê nos *Actos*

dos Apostolos == he *melhor dar que receber.* ==

A Lei Evangelica ordenou contra a Moral Egoistica a sublimè regra, — *daí a esmola, sem que a tua mão direita saiba o que faz a esquerda*, e sem esperar retorno e louvor dos celeste, e sem esperar retorno e louvor dos homens —. Na Christandade são mui communs taes actos; e em Inglaterra ha muitas grandiosas dotações de Estabelecimentos Pios de benfeitores *anonymos*, que fazem especial honra ao paiz, já mostrando o grão elevado que ahí ha de exercicio da Moral Christã; como dá testemunho, não suspeito, Mr. *Alexandre de Laborde* na sua obra de 1818 sobre o *Espirito das Associações*.

Em fim o *Egoista*, e interesseiro, he como o *avarento*, e *mercenario*, o objecto do aborrecimento e desprezo de toda a Humanidade: assim como o Generoso e Desinteressado, que faz o *bem pelo bem*, he objecto do amor e veneração do Mundo. Estes sentimentos estão plantados em todos os corações. Por tanto a Lei Natural não dictou o *egoísmo*, mas sim o desinteresse, isto he, a *beneficencia effectiva*, ainda com risco da existencia individual. As Instituições de Caridade perigosa aos caritativos, como a dos Hospitales, que abundão ainda no Paganismo, provão os restos ainda vivos da bondade original da constituição humana.

Do exposto não se segue, que o *amor proprio* seja incompativel com a virtude, exercendo-se em justos limites, sem exclusivo do amor do proximo, do publico, e do Gênero humano: tambem ha *deveres individuaes*, que a Lei Natural obriga a cada pessoa pres-

tar *á si mesmo*, como se explanará na Parte II.: o que unicamente se reprova, he o vicio do *á min só*.

C A P I T U L O XIV.

Systema Anti-egoístico.

DAVID Hume nos seus *Ensaíos Philosophicos*, fez habil = *Inquirição sobre os Principios da Moral*. Ainda que fosse tachado de *Sceptico* na sua *Historia da Religião Natural*, contudo tem o merito de refutar o *Systema Egoístico*, que estava grassando na Gram Bretanha, maiormente depois da engenhosa, mas sophística, Novella da *Fabula das Abelhas de Mandeville*, que negou a pureza das virtudes da sociedade civilisada, e pôs a base dos deveres só no *amor proprio*, ou *interesse particular*. Elle estabeleceo a *Theoria da Moralidade na Geral Utilidade* da Espeeie humana, qualificando de virtuosa ou vieiosa a acção, na proporção em que se conforma ou repugna áquella Geral Utilidade. A sua theoria pois se pôde intitular — *Systema Anti-egoístico* —. Aqui só farei o seguinte breve extracto; pois a plena convicção só se pôde ter lendo-se a inteira theoria do Author.

O Amor proprio, ou Egoismo, he hum principio que se suppõe predominante na sociedade: mas elle he absolutamente incompativel com a virtude, ou sentimento moral; e como elle não procede de outra origem senão da mais depravada disposição do individuo, assim tambem, em seu turno, tende a animar ainda mais nos outros esta depravação. Conforme ao systema dos que propugnaõ pela

existencia, intensidade, e universal operação deste principio, que dizem ser da natureza humana, toda a *benevolencia* he mera hypocrisia; a amizade he falsidade; o patriotismo, e espirito publico he farça; a fidelidade huma armadilha para obter confiança; de sorte que todos os homens, na verdade, em todos os seus proceimientos só tem em vista o seu particular interesse, e por isso praticão os mais especiosos disfarces, a fim de ficurem os outros desacautelados, e fóra de sua guarda, e serem expostos a cahirem em todas as machinações e fraudes. — He facil conhecer o caracter de toda a pessoa, que professa taes principios, e que em sua consciencia não desminha tão perniciosa theoria, que representa a Constituição moral da Humanidade em tão odiosas côres: mas he difficil persuadir, que homens de entendimento, sem terem o coração pervertido, possão adoptar tal systema egoístico, a não ser por terem delle feito negligente e precipitado exame.

Pessoas superficiaes, tendo observado, que muitos homens obrão com falsos pretextos, e simulados sentimentos, tirarão de factos particulares a conclusão geral, que todos são igualmente corruptos, e egoistas, e que nelles não ha grãos de bons ou máos, mas que são creaturas só cheias de disfarces e apparencias.

Ha outro principio, que se assemelha ao antecedente, e que tem sido o fundamento de mais plausivel systema egoístico; e he que a afeição que sentimos, ou imaginamos sentir, pelos outros, não he, nem pôde ser, desinteressada; e que ainda a mais sincera e generosa amizade he *mera modificação*

do amor *proprio*; e que, quando parecemos os mais empenhados em projectos de felicidade do género humano, nisso não procuramos, ainda sem o sentir, mais do que a nossa propria satisfação; e só por enthusiasmo he que affectamos, que, procurando os interesses dos outros, estamos inteiramente livres de todas as confiderações de nosso interesse particular.

Por estes systemas pois ninguém he capaz de ter os verdadeiros sentimentos da benevolencia, e de respeito á *generosa virtude*. Forém esta philosophia malina he antes a satyra da depravação do actual estado da sociedade, do que a imparcial e candida delineação da natureza humana; pois, na prática, não ha quem não sinta e experimente o proprio desinteresse em innumeraveis acções da vida.

Sem duvida muitos homens fazem de si proprio o seu *idolo*: mas o geral da Humanidade tem candidos sentimentos de benevolencia e amor do proximo, que não se pôde philosophicamente explicar por amor *proprio*.

Muitas vezes damos louvor á acções virtuosas, feitas em mui distantes e remotos paizes, onde a maior subtilidade da imaginação não poderia descobrir a mais leve apparencia de interesse pessoal, ou achar connexão alguma da nossa felicidade com successos tão separados de nós.

Hum acto nobre e generoso, ainda feito pelo nosso adversario, produz a nossa approvação; posto que alias, pelas suas consequências, se reconheça ser prejudicial ao nosso particular interesse.

O amor paterno, que he tão geral, e forte, he tambem, no geral, absolutamente

desinteressado: a sua intensidade ainda he maior nas mães, que, soffrendo indiziveis incommodos na criação dos filhos, quando lhes fallecem, doem-se e chorão sem consolação, sendo alias a morte o meio de as alliviar de tantas penas.

As virtudes sociaes da humanidade e benevolencia exercem a sua influencia immediatamente por directo instincto ou impulso da natureza, tendo quem as pratica, só ou principalmente, em vista o simples objecto, que move o affecto, sem ter em consideração algum plano ou antecipado systema de operações da vida, nem as consequencias resultantes da reciprocidade dos outros. O pai corre em ancia e agonia ao auxilio do filho, sem ter tempo de reflectir sobre os sentimentos e exemplos dos outros homens em iguaes circumstancias, nem sobre o interesse que lhe resulta da conservação do mesmo filho. O homem generoso com transporte se aproveita das oportunidades que se lhe offerecem de prestar serviço á seu amigo, sem lhe occorrer que com esse expediente o induzirá tambem a retribuir-lhe com igual obsequio. Ainda os homens de sentimentos ordinarios tem gosto de achar occasiões de serem pretativos á pessoas carecidas, sem que lhes venha ao espirito ter dellas a menor compensação. Cada individuo, a não ser malvado, e inteiramente insensivel ao bem commun, sente o estar sob o dominio da influencia das affeições beneficás.

Este escriptor tem o merito de combater, não só a *Moral Egoistica*, mas tambem a que se pôde chamar a *Moral vaidosa*, com que ainda os sectarios da virtude muito aspirão,

na prática de seus deveres, a merecer a approvação, e o louvor dos homens, e fallão aos deveres da piedade ao Author da nossa natureza, que ordenou a virtude, e deo á todos o delicioso sentimento da mais viva complacencia em praticalla. Contra estes elle faz a seguinte apostrophe, que põe na bocca de hum Philosopho Platonico no Tom. 1.^o da sobreedita Obra *Ensaio XVII*. “Oh philosopho! A tua sabedoria he vã, e a tua virtude inutil. Tu procuras os ignorantes applausos dos homens, e não as solidas reflexões de tua propria consciencia, ou ainda a mais solida approvação do Ente, que, de hum só vista de seus olhos omni-vedores, penetra o Universo. Tu deves pelo intimo senso reconhecer o quanto he superficial a tua pretensa probidade, quando, intitulando-te bom cidadão, bom filho, e bom amigo, te esqueces do teu mais alto Soberano, que he o teu verdadeiro pai, e o teu maior benefactor. Não he a adoração devida á infinita perfeição, donde emana tudo que he bom e valioso? Não deves gratidão ao teu creador, que te chamou do *nada*, — pondo-te em tantas relações com creaturas teus semilhan-tes, e requecendo que preenchas os deveres que cumpre prestar á cada hum, sem que te olvides do que tambem deves á Elle mesmo, o mais perfeito dos Entes, e á quem estas connexo com os mais estreitos laços?,”

Contra as vulgares queixas, dos muitos males, *physicos* e *moraes*, que existem ainda nas que se dizem *Nações morigeradas*, da visivel desigualdade entre virtude e premio, e da incerteza de *futuro estado* só pela *luz da razão*, assim diz:

“ Sobre o conhecimento dos attributos do Author da Natureza, a grande fonte dos nossos erros he a illimitada licença de conjectura, com que tacitamente nos consideramos pôr no lugar do Ente Supremo, e concluimos, que a sua vontade em toda a occasião observará a mesma conducta, que, se estivessemos na sua situação, abraçaríamos como a mais racionavel e elegivel. Mas, além de que o mesmo curso ordinario da Natureza assás convença, que quasi todas as cousas são reguladas por maximas, e principios muito differentes dos nossos; he tambem contrario á todas as regras da analogia, o formar raciocínios para concluir, pelos designios e projectos dos homens, os designios e projectos de hum Ente tão differente, e tão superior, e incomparavel, ainda mais do que o Sol he a respeito da luz de hum a vela.”

“ Certamente ha hum Ente que preside sobre o Universo, e que com infinita sabedoria e poder tem reduzido os elementos que parecem contradictorios, á justa ordem e proporção. Os presumidos sectarios da *Razão* disputem quanto quizerem até que ponto este Ente benéfico prolonga a nossa existencia, além da sepultura, a fim de dar á virtude o seu justo premio, e fazella completamente triumphante. O homem moral, sem decidir cousa alguma sobre tão duvidoso assumpto, he satisfeito com a porção que lhe está marcada pelo Supremo Dispenseiro de todos os bens. Com agradecimento aceitará qualquer maior recompensa que lhe estiver preparada: porém, quando se mallogrem as suas esperanças, sempre se persuadirá, que a virtude não he nome vão; porém justamente a esti-

mará como sendo ella mesma a sua propria recompensa; elle com gratidão reconhecerá a beneficencia de seu creador, visto que, havendo-o chamado á existencia, deo-lhe, só porisso, a oportunidade de adquirir a posse de tanto bem. „

C A P I T U L O. XV.

Do Systema Sympathico, ou da Sensibilidade Moral.

O Author da Natureza, constituindo o homem hum ente sensivel, deo-lhe duas especies de sensibilidade; huma, pela qual sente o seu proprio prazer, ou dor, e attribuição de corpo e espirito; esta he a *sensibilidade physica*; e outra, pela qual tambem sente, em grão consideravel, o prazer, dor, e desastre alheio, ainda dos que lhes são mais estranhos, comprazendo-se em sua alegria, e condoendo-se em sua desgraça.

Esta he a *sensibilidade moral*. O Creador, pela primeira, aviva a cada pessoa para procurar o seu bem, e prevenir o seu mal; e pela segunda, a estimula a salvar e felicitar a especie humana, para que ninguém seja indifferente á Humanidade, mas partcipe da sua prosperidade, ou se condôa de sua miseria, a fim, de quanto em si estíver, contribuir á boa ordem, e precavêr a desordem do estado social. A esta sensibilidade reciproca se tem dado o nome grego de *Sympathia*.

.Adam Smith celebrou-se no meado do seculo passado com a insigne obra da *Theoria dos Sentimentos Moraes*, em que se achão

explanadas, com muita originalidade, varios phenomenos da vida humana, de acções de virtude, vicio e crime, que promovem a felicidade, ou fazem a desgraça da sociedade. Nesta obra pôz os fundamentos da outra, que ainda mais o afanou, e á que deo o titulo de—*Inquirição da Natureza e causas da Riqueza das Nações*. — Sem duvida as Sciencias da Moral Publica e Economia Politica tem entre si a mais intima e indissolvel conexão; pois he impossivel haver Geral Moralidade sem hum bom Systema Economico, que mostre e assegure os meios de subsistencia decente, activa industria, e occupação certa e honesta aos povos.

Smith fundou o seu Systema de Moral no sentimento da *Sympathia*. Póde-se-lhe por isso dar o nome de *Systema Sympathico*. Não ha duvida, que só por isso, elle se recommenda; pois he conforme ao Systema Evangelico, que estabelecer o preceito da *Caridade*, ou benevolencia activa aos nossos semelhantes, na admiravel parabola do *Samaritano*, que bem e divinamente deñio, o que era *proximo* aos que affectavão inquirillo, dando o vivo exemplo no desinteressado socorro, com que hum estrangeiro, e de seita odiada, só por *compaixão*, á vista de hum miseravel meio-morto por hum assassino, (sendo olhado com indifferença até por viandante Levita) promptamente o auxillou, e deo ordem para ser agasalhado, e curado, só por condôo, e *commovido de misericórdia* *. Outro exemplo deo no senhor, que se compadeceo do servo que lhe pediu misericor-

* *Misericordia commotus est. Ev. S. Luc.*

dia por não poder pagar o que devia; indignando-se depois, porque este ingrato foi se viciar ao seu conservedo, que lhe fez igual supplica. Elle tambem ordenou, e praticou, o *alegrar-se com os alegres, e chorar com os que chorão*.

A theoria deste engenhoso e pio Escrip-tor exige exame circunstanciado; mas só se poderá opportunamente fazer, quando na Parte II. desta Obra se explanar a admiravel theoria das *Enoções Moraes de Brann*, que respeitosaente a contraverte em alguns pontos. Aqui por ora indicarei as seguintes passagens. A primeira que se vê na Parte III. Cap. 4.º, e Parte VI. Sec. 2.ª he transcripta pelo mesmo *Brann* no tom. 3.º. Leitura 58 das suas — *Leituras sobre a philosophia do Espirito Humano*; cuja theoria he explanação analytica da Grande Verdade aqui annunciada.

“ Nós originariamente não approvamos, ou condemnamos particulares acções, porque, examinando-as, se mostrão ser concordes ou discordes á certa regra geral. Muito pelo contrario, a regra geral he formada, porque pela experiencia achamos, que *todas as acções de certo genero, ou circumstanciadas em certa maneira*, são approvadas, e desapprovadas. Qualquer homem que primeiro vio hum deshumano homicidio, commetido por avareza, inveja, e injusto resentimento, e maiormente sendo contra pessoa que amava, e se confiava do matador; — que vio as agonias da pessoa expirante; — que ouviu-o nos seus ultimos suspiros lamentar-se mais da perfidia e ingratição do seu falso amigo, do que da violencia que lhe fizera; — não necessita, para conce-

ber o horror de tal acção, que *reflicta*, que humana das mais sagradas regras de nossa conducta era o prohibir tirar a vida á humra Pessoa innocente, e que o homicidio fôra clara violação de tal regra, e *consequentemente*, que a *acção era condemnavel*. He evidente que a detestação deste crime se excita *instantaneamente*, e antes de ter quem o vio para si formado tal geral regra. Ao contrario, essa regra geral, que elle poderia depois formar, estava já fundada sobre tal detestação que sentio, e que se excitou no seu proprio peito, só pelo pensamento desta e de qualquer outra particular acção do mesmo genero.”

No Tom. 1.º Cap. 5, faz a seguinte justa advertencia. “ Ha consideravel differença entre virtude e mera propriedade das cousas, entre as qualidades e acções que merecem ser admiradas e celebradas, e as acções que simplesmente merecem ser approvadas. Em muitas occasiões, para obrarmos com perfeita propriedade, não se requer mais que o commun grão de sensibilidade, ou senhorio — de si, que os mais indignos do Genero humano possuem, e algumas vezes em grão que não he necessario. Assim, o comer quando se tem fome, he certamente, nas occasiões ordinarias, perfeitamente recto e proprio, e não póde deixar de ser approvado por toda a pessoa. Com tudo nada seria mais absurdo que o dizer, que tal acção he virtuosa.”

“ O sentir muito pelos outros, e pouco por nós mesmos, o restringir o nosso egoismo, e dilatar as nossas affeições benevolas, constituem a perfeição da natureza humana; e esta virtude he a que só póde produzir no

Género humano a harmonia de sentimentos e paixões, em que consiste toda a sua propriedade e graça. Como o amar a nosso próximo como amamos a nós mesmos he a grande Lei do Christianismo, tambem vem a ser o grande preceito da natureza o amar a nós mesmos sómente como amamos ao nosso próximo, ou (o que vem a ser a mesma cousa) como o nosso proximo he capaz de amar-nos.”

“Ainda que os nossos effectivos bons officios raras vezes se pódem extender á sociedade mais vasta do que á do nosso paiz; contudo a nossa benevolencia não he circumscripta por alguns marcos, mas pôde abrange a generalidade do Universo. Não podemos tornar alguma idéa de algum ente sensível, cuja felicidade nós não desejariamos, ou á cuja miseria não tivessemos algum grão de aversão. Na verdade, a idéa de hum ente sensível, porém máo, naturalmente provoca o nosso ódio; mas, neste caso, a má vontade que lhe temos, quando ouvimos fallar de sua maldade, he realmente o effeito de nossa universal benevolencia: ella he o effeito da sympathya que sentimos pela miseria e ressentimento dos outros entes innocentes e sensíveis, cuja felicidade he perturbada pela machia do improbo.”

“Esta universal benevolencia todavia, bem que em si nobre e generosa, não pôde ser a fonte de solida felicidade á pessoa alguma, se não for absolutamente convencida, que todos os habitantes do Universo, tanto o infimo como o maximo, estão sob o immediato cuidado, e patrocínio do grande, benevolo e omnisceio Ente, que dirige todos os movimentos da Natureza; e que he determi-

nado, peias suas proprias inalteraveis perfeições, a manter nelle, em todos os tempos, a maior possivel quantidade de felicidade.”

“Toda a pessoa virtuosa deve querer em todo o tempo, que o seu particular interesse seja sacrificado ao interesse publico da sua particular classe, ou communidade; que o interesse desta classe e communidade seja sacrificado ao interesse do Estado, de que he sómente humna parte subordinada; que igualmente estes inferiores interesses sejam sacrificados ao maior interesse do Universo, isto he, ao interesse da Grande Sociedade dos entes sensíveis, de que Deos he o immediato administrador e director. Deve estar intimamente convencido, que este benevolo e omnisceio Ente não pôde admitir no systema de seu governo *mal parcial*, que não seja necessario para o Bem Universal; e que quaesquer que forem os infortunios que acontecerem, á si, á seus amigos, á sua classe, e Nação, isso he necessario para a prosperidade do Universo; e por tanto que, não só he de seu dever submeter-se com resignação, mas tambem, sincera e devotamente, desejar que assim acontecesse; pois tal seria o seu proprio arbitrio, se conhecesse todas as conexões e dependencias das cousas.”

“Nem esta magnanima resignação á vontade do supremo Director do Universo parece estar fóra do alcance da natureza humana. Esta resignação mostra com alacridade o soldado ao seu General, ainda quando lhe ordena o posto mais perigoso, ou ainda de certo sacrificio da vida.”

A corrupção da Moral Publica começa, e se augmenta, desde que a sympathya tem

menos influencia no curso ordinario da vida. As duas principaes causas do afrouxamento da sympathia são a frequência das guerras, e as Instituições do Captiveiro domestico e civil, e do Monopolio das Honras e Riquezas, que occasionão extrema desigualdade de fortunas, incalculavel extensão de violencia e miseria, e, com ella, habitual insensibilidade dos males alheios, ou grande indifferença ao seu bem, e melhoramento. Quando se vêem Nações, em que hum campo de batalha não horroriza; em que o povo corre a ver dar a morte, ou castigos crueis; em que cada casa he calabouço e patibulo para escravos, sem inspecção da Humanidade, e sem recursos contra a tyrannia domestica, para os senhores não fazerem abuso da authoridade; ali os deveres e virtudes moraes mal se acharão em mui baixa escála.

C A P I T U L O XVI.

Da Educação Moral.

A Necessidade de boa educação tem sido reconhecida em todos os Estados cultos; e he corrente o proverbio, que a educação aperfeiçoa a natureza, e corrige a má indole, de sorte que, tudo quanto os homens tem de qualidades louvaveis, o devem á recta educação. Na verdade, o empenho dos Governos regulares, na boa educação dos povos, suppõe que todos os homens tem certos communis instinctos e sentimentos, para conviverem em paz, reciproca ajuda, e honesta industria; e assim poderem desenvolver progressivamente

te as faculdades uteis do corpo e espirito, e terem o que se diz *Bons costumes*.

Os Governos antigos foram mais cuidadosos da educação physica; porisso tanto, na Grecia se prezavão os exercicios *gymnasticos*; porque era-lhes de maior e geral interesse, que os povos fossem robustos para as operações da guerra, a fim de melhor poderem resistir ás invasões de Nações salvagens e barbaras. Os Governos modernos, depois da invenção da polvora, e instrumentos bellicos, de incomparavel superioridade aos que anteriormente se conhecião, a *força corporea* he quasi de inconsideravel importancia a respeito da *força espirital*, que resulta da cultura da *Razão*, e prática da *Moralidade*. Por essa causa se tem fundado e protegido tantas Universidades, Collegios, e Casas de Educação.

O Systema de Educação physica e moral de maior celebridade no continente da Europa no século passado, foi o do famoso *Rousseau*, no seu Tratado do — *Emilio* —, em que mostrou mais engenho que juizo. Elle se intitulou o *Homem da Natureza*, e affectou dirigir a educação dos meninos só pelas luzes da Razão. Ainda que manda ensinar-lhes os dogmas da existencia de Deos, e immortalidade d' alma, he todavia de opinião, que não lhes dê essa instrução antes de 15 annos, a fim de que não fiquem com idéas erradas sobre tão importantes verdades.

Bem que esta obra contenha alguns seus documentos contra os incredulos e sophistas do seu tempo, comtudo não pôde o Escrip-tor arrogar-se o titulo de *Mestre do Genero Humano*, e *puro Deista*, como affectava; pois foi convencido na Republica das Letras por

Homem de Paradoxos, e Mysantropo, pelas suas incineras Dissertações, em que porfou demonstrar, que as *sciencias* corrompão a sociedade, e o estado *salvagem* era melhor que o civilisado.

Todavia, para confundir os escriptores de Moral que lhe succedêrão e o copiarão, e não menos envergonhar aos persuuidos de *Illuminados* do presente seculo, que se gloria de serem discipulos desse *Paradoxista de Genebra*, transcreverei aqui a seguinte sua *Profissão de Fé*, que se acha no Tom. III. pag. 124 do referido—*Ennilo*—edição de Paris de 1802. Depois de expôr com espirito de contradicção as suas dúbidas sobre a verdade da Revelação da Lei Evangelica, talvez compungido pela consciencia diz:

“A respeito da Revelação, se eu fosse melhor raciocinador, ou mais instruido, talvez sentiria a sua verdade.—

“Confesso que a magestade das Escripturas me espanta, a santidade do Evangelho falla ao meu coração. Vêde os livros dos philosophos com toda a sua pompa; como são pequenos comparados com este! Será possível que se-ja obra dos homens hum livro ao mesmo tempo tão sublime e tão perfeito! será possível que a pessoa de que elle faz a historia, seja mero homem? Acha-se nelle o tom de hum entusiasta, e de hum ambicioso? Que docura, que pureza nos seus costumes! Que graça sentimental nas suas instrucções! Que elevação nas suas maximas? Que profunda sabedoria nos seus discursos? Que presença de espirito, que agudeza e justeza nas suas respostas! Que imperio sobre as suas paixões! Onde está o homem, onde está o

sabio, que saiba obrar, soffrer, e morrer sem fraqueza, e sem ostentação? Quando Platão descreve o seu justo imaginario, coberto de todo o opprobrio do crime, e digno de todo o preço da virtude, elle faz o exacto quadro de Jesus Christo: a sua semelhança he tão viva, que todos os Padres da Igreja a sentirão, e á ninguém era possível não o reconhecer. Que preocupação e cegueira não he necessaria para ousar alguem comparar o filho de Sophronisca ao filho de Maria? Que distancia vai de hum á outro? Socrates, morrendo sem dor, sem ignominia, sustentou facilmente o seu caracter até o fim; e se esta facil morte não tivesse honrado a sua vida, duvidar-se-hia, se Socrates com todo o seu espirito tinha sido outra cousa mais que hum Sophista. Dizem que elle *inventou a Moral*. Mas já antes outros a haviam posto em prática; elle apenas disse o que estes haviam exercido, e não fez mais que reduzir á lições os seus exemplos.

Aristides tinha sido justo, antes que Socrates dicesse o que era justiça; Leonidas morreu pelo seu paiz antes que Socrates ensinasse ser hum dever o amar a patria. Esparta foi sobria antes que Socrates louvasse a sobriedade: antes de definir elle a virtude, já a Grecia abundava de homens virtuosos. Mas onde Jesus achou entre os seus compatriotas a *moral elevada e pura* de que só elle deo lições e exemplo? Do seio do mais furioso fanatismo elle fez ouvir a mais alta sabedoria, e a simplicidade das mais heroicas virtudes honrou o mais vil de todos os povos. A morte de Socrates philosophando tranquillamente com seus amigos, he a

mais doce que se possa desejar; a de Jesus expiando em tormentos, injuriado, es-carnecido, e amaldiçoado por todo o povo, he a mais horrivel que se possa temer. Socrates, tomando a taça do veneno, abençoa aquelle que a apresenta chorando; Jesus no meio de hum supplicio horroroso ora a Deos pelos seus encarnicados algozes. Sim, se a vida e morte de Socrates se mostrão ser a de hum sábio, a vida e morte de Jesus são a de hum Deos. Diremos que a historia do Evangelho foi inventada de capricho? Meu amigo, não he assim que se inventa; os factos de Socrates, de que ninguém duvida, são menos attestados que os de Jesus Christo. Além de que essa objecção, no fundo, só faz prolongar a difficuldade sem desfazella: seria mais incomprehensivel que muitos homens de accordo tivessem fabricado tal livro, do que houvesse huma só pessoa que dêsse o objecto delle. Jámais os escriptores judaicos tiveram o estilo e a moral que ali se vê. O Evangelho tem caracteres de verdade tão grandes, tão brilhantes, e tão perfeitamente inimitaveis, que o inventor seria ainda mais maravilhoso que o seu heroe.”

Daqui se manifesta a necessidade de recorrermos á esta Limpia Fonte da Moral Publica, para coigir os desvarios da Razão Fraca, no corrupto actual estado da Constituição Humana.

C A P I T U L O XVII.

Das Classes dos Deveres Moraes.

Os *Deveres Moraes* se podem dividir em duas classes.

Os *deveres Moraes* da primeira classe são aquelles á que todos os individuos da Especie humana são impellidos por naturaes, *instinctos*, ou immediata propensão da sua natureza, e que opéra sobre elles independente de todas as idéas de obrigação, e de todas as vistas de utilidade ou interesse, particular ou publico. Taes são o amor dos pais aos filhos, a gratidão dos beneficiados aos benefeitores, a sympathia ou compaixão com que acudimos a socorrer aos que soffrem os males da vida. Sem duvida, quando fazemos reflexão sobre as vantagens que resultão á sociedade da constante efficaçia destes naturaes instinctos, pagamos o justo tributo da moral approvação e estima ás pessoas que seguem esses instinctos e impulsos da Natureza; porém aquelles que obrão em sua conformidade, sentem o poder e influxo de taes instinctos antecedentemente á qualquer reflexão sobre os seus effeitos bons e uteis ao Genero humano. Por providencia do creador a sociedade civil cresce e se civilisa mui principalmente pela insensivel efficaçia destes instinctos, que porisso são as mais solidas bases naturaes da Moral Publica.

Os *deveres Moraes* da segunda classe são aquelles que os homens praticão sem estimulo de originaes instinctos da nossa natureza; mas são exercidos inteiramente pelo *uso da razão*, que nos dicta o sentimento de obrigação, quando consideramos as necessidades, e as conveniencias, da sociedade humana, e a impossibilidade de subsistir esta, se taes deveres não forem executados. Tal he o *dever da justiça*, a respeito da propriedade dos outros; o *dever da fidelidade* na observan-

cia das *promessas* ou convenções : a razão bem mostra, que taes deveres são obrigatórios, e porisso adquirem authoridade sobre o Gene-ro humano. Pois, reconhecendo cada individuo pelo senso intimo, que elle ama sempre mais a si mesmo que a qualquer outra pessoa, por natural instincto he impellido a estender as suas aquisições o mais que lhe he possível: ora nenhuma cousa pôde restringir o impulso deste instincto (que se chama *amor proprio*) se não a *reflexão*, e a *experiencia*, que a fortifica; pois que ambas lhe demonstrão os perniciosos effeitos que resultarão do ataque da *propriedade* dos outros, (que comprehende sua vida, honra, fazenda) e que, se fôsse geral e impunida, produziria logo a dissolução da sociedade.

O mesmo se pôde dizer do dever da lealdade ao Governo estabelecido. Os nossos primarios instinctos nos levão a praticar humana liberdade illimitada, e exercer dominação sobre os outros: só a reflexão he a que nos dicta ser necessario sacrificar estas tão fortes paixões que procedem de taes instinctos, aos interesses da paz e da ordem publica, submettendo-nos ao governo estabelecido. O menor grão de experiencia e observação basta para nos ensinar, que a sociedade civil não pôde ser mantida sem a authoridade do Poder Supremo, e dos Magistrados estabelecidos pela Lei; e que tal authoridade cahiria logo em desprezo, se os Cidadãos não lhes prestassem a devida obediencia. A consideração destes geraes e obvios interesses he a fonte da moral obrigação da lealdade e subordinação geral.

CAPITULO XVIII.

Theoria de Volney, sobre a Lei Natural, e Moral Universal.

DEpois de se ter tanto escripto sobre a Lei Natural, e Systema de Moral Universal, Mr. Volney, Escripitor Francez, distincto na Republica das Letras pela sua Obra da *Viagem á Syria*, appareceu com duas outras obras dadas á luz em Paris no fim do seculo passado; huma com o titulo de *Ruínas*, ou *Meditação sobre as Revoluções dos Imperios*; e outra com o titulo de *Lei Natural*, ou *Cathecismo do Cidadão Francez*, em que affirma ter descoberto as bases da *Lei Natural*, e *Moral Universal*, até o presente ignoradas. He indizivel o mal que taes obras occasionarão á Sociedade civil, promovendo a Revolução da França, e propagando os seus terribes principios em hum e outro hemispherio.

Na obra das *Ruínas* incendiou as phantasias dos povos, dando-lhes vãs esperanças de melhora de Governos, figurando a hum *Phantasma*, á que deo o titulo do *Genio dos Tumulas*, declamando indistinctamente contra os erros e abusos dos Regedores das Nações, e aconselhando a mudança das Instituições civis e religiosas da Sociedade.

Nesta Obra diz, que impostores sagrados havião em todas as Nações introduzido huma *Moral abnegativa e anti-social*, em que até se prohibião os mais innocentes prazeres; e que por isso, vendo os homens que neste mundo não encontravão a felicidade, de que a Natureza lhes havia dado esperanza inex-

gotavel, a procurarão em hum mundo imaginario, desprezando o da mesma Natureza por *esperanças chimericas*, com abandono da realidade.

Na obra da *Lei Natural*, attaca toda a Religião positiva, e sustenta, que só se deve seguir a Lei da Natureza. Esta obra foi publicada em 1793, quando se abateu a Monarchia Franceza, e se proclamou a Republica da Facção de *Robespierre*: então a infidelidade havia chegado ao extremo de no antes intitulado *Reino Christianissimo*, transformado em *Reino do Terror*, o Clero e Povo da Capital solemnemente renunciarem na Cathedral de Paris á crença no Velho e Novo Testamento. Os principios desta Obra são os mesmos da Obra das Ruínas, porém mais concisa e methodicamente organisados, e restrictos ás Regras Moraes; ainda que tambem no fim se compliquem com as vagas Maximas Politicas revolucionarias da *Igualdade* e *Liberdade*, que tem desatinado as Vebegas dos Inovadores e Anarchistas do Velho e novo Mundo.

Isto bastava, para refutação de tal Obra. Porém, como ella contém algumas doutrinas racionais e plausiveis, ao menos para o commun dos homens, que não elevão os seus espiritos aos genuinos sentimentos da *Moral Pura*, que só tem por objecto a intrinseca *excellencia da virtude*, como ordenada por Deos, e premiada com a immortalidade feliz na vida futura; e além disto tal obra corre devassa no Brasil; he de boa razão expolla em toda a sua nudez, submettendo ao Publico a subsequente Refutação contra os erros mais prominentes, em serie de NOTAS.

A Obra he em fórma de Dialogo: para maior brevidade, prescindi das perguntas e respostas, só transcrevendo a substancia da doutrina.

Espero que este empenho não pareça inutil, visto que, depois daquella obra se publicou em Paris no chamado Anno IV. da Republica Franceza outra obra, mui extensa em tres volumes, com o titulo de *Moral Universal*, ou os *Deveres do Homem fundados sobre a Natureza*, de author anonymo, e que se póde considerar hum *commentario* do *Cathecismo* de Volney, bem que não o nomêe, mas só mencione no fim do *Prefacio* os *Elementos da Moral Universal*, ou *Cathecismo da Natureza* do Barão d' Holbach. Em todos ha o mesmo fundo da *Theoria Moral*.

C A P I T U L O XIX.

Cathecismo de Volney: exposição da Lei Natural.

LEI *Natural* he a *Ordem* regular e constante dos factos, pela qual Deos rege o Universo; *Ordem*, que a sua *subedoria* apresenta aos *sentidos*, e á *razão* dos homens, para servir de *igual e commun regra* das suas acções, e para os guiar, sem distincção de paiz e seita, para a perfeição e felicidade. (1)

Lei he a *ordem* que determina ou prohibe alguma acção, com a clausula expressa de humna pena annexa á violação, ou de recompensa ligada á observancia de tal ordem.... Existem estas *Ordens da Natureza*.

Natureza se entende em tres sentidos:

1.º Designa o Universo ou o Mundo material, isto he, os objectos do Ceo e Terra

offerecidos aos nossos olhos: neste sentido dizemos — *bellezas e riquezas da Natureza*.

2.º Designa a Potencia que anima e move o Universo, considerando-a como *hum* Ente distincto, bem como a alma he ente distincto do corpo: neste sentido dizemos — *intensões da Natureza* — *segredos incompreensiveis da Natureza*.

3.º Designa as operações parciaes desta *Potencia* em cada ente, e em cada classe de entes: neste sentido dizemos — *cada ente obra conforme á sua natureza*.

Como as acções de cada ente, ou de cada especie de entes, são sujeitas á regras constantes e geraes, que não pôdem ser violadas sem que a ordem geral ou particular seja invertida e turbada; tem-se dado á estas regras das acções, e dos movimentos, o nome de *Leis Naturaes*, ou *Leis da Natureza*. — Eis exemplos.

He huma Lei da Natureza, que o Sol esclareça successivamente a superficie do Globo terrestre — que a sua presença nelle excite luz e calor — que o calor, exercendo acção sobre a agoa, fórne vapores; — que estes vapores, elevados em nuvens nas regiões do ar se dissolvão em chuvas, ou se condensem em neves, que incessantemente renovão as agoas nos seus mananciaes e rios.

He huma Lei da Natureza que a agoa corra d'alto á baixo; que busque o seu nivel; que seja mais pezada que o ar; — que os corpos gravitem para a terra, — que o ar leve para o ar; — que o ar á vida de certos animaes; as circumstancias os varios succos das plan-

tas e certos mineraes ataquem os seus orgãos, e destruão a sua vida; e assim a respeito de muitos outros factos.

Como todos estes factos e seus semelhantes são inmutaveis, constantes, regulares, delles resultão para o homem outras tantas verdadeiras *ordens* de se conformar á elles, com a clausula expressa, de huma *pena* annexa á sua infracção, ou de huma recompensa (bem-ser) ligada á sua observancia. Em consequencia do que, se o homem pretende ver claro nas trevas; se elle contrariar a marcha das estações, e a acção dos elementos; se pretende viver n'agoa sem se afogar, tocar a chama sem se queimar, privar-se do ar sem se suffocar, beber venenos sem se destruir; vem logo a receber de cada huma destas infracções das Leis naturaes huma *pena corporal*, e proporcionada ao gráo de sua transgressão; — ao contrario, se observa, e pratica cada huma destas leis nas relações exactas e regulares que tem com elle, vem a conservar a sua existencia, e a faz tão feliz como o póde ser. Ora, como todas estas leis, consideradas relativamente á especie humana, tem por fim unico e commun, o conservalla, e fazella feliz, tem-se porisso convindo de comprehender a idéa associada em taes leis debaixo de huma só expressão e appellidalla collectivamente a *Lei Natural*. (2)

Das Caracteres da Lei Natural.

PEDUZEM-SE á dez os caracteres da *Lei Natural*: e consistem em ser I. Primitiva: II.

Immediata: III. Universal: IV. Invariavel: V. Evidente: VI. Racionavel: VII. Justa: VIII. Pacifica: IX. Benefica: X. Sufficiente.

I. He *Primitiva*, por ser inherente á natureza das cousas, e anterior á qualquer outra Lei: todas as mais Leis que os homens tem recebido, não são mais que imitações daquella; e a perfeição destas se mede pela semelhança que tem com o seu modelo primordial.

II. He *Immediata*, por vir immediatamente de Deos, e ser por elle apresentada á cada homem: todas as outras Leis não nos são apresentadas senão por homens, e estes podem ser enganados, ou enganadores. (3)

III. He *Universal*; por ser commun á todos os tempos, e á todos os paizes. Nenhuma outra Lei he universal; porque nenhuma dellas convem e he applicavel á todos os povos da terra; e todas são locaes e accidentaes, nascidas pelas circunstancias dos lugares e das pessoas: de sorte que, se não existisse certo Legislador, e certo acontecimento, tal Lei não existiria.

IV. He *Invariavel*; porque só ella he uniforme, e todos as outras Leis não são uniformes e invariaveis; visto que o que he *bem e virtude* pela Lei de hum paiz, he *mal e vicio* pelas Leis de outro paiz; e o que a mesma Lei approva em hum tempo, condemna em outro. (4)

V. He *Evidente*; porque he palpavel; visto consistir toda inteira em factos incessantemente presentes aos sentidos, e á demonstração. Nenhumas outras Leis são evidentes; pois que todas ellas se fundão sobre factos passados e duvidosos, sobre testemu-

nhos equivococos, ou suspeitos, e sobre provas inaccesiveis aos sentidos. (5)

VI. He *Racionavel*; porque os seus preceitos e toda a sua doutrina são conformes á razão, e ao entendimento humano: e nenhuma outra Lei he racionavel; porque todas contrarião á razão e ao entendimento do homem, e lhe impõem com tyrannia hum creença cega, e impraticavel. (6)

VII. He *Justa*; porque nesta Lei as penas são proporcionadas ás infracções: as outras Leis não o são; porque annexão aos meritos e aos delictos recompensas ou penas desmedidas, e imputão como merito ou delicto acções nullas ou indifferentes. (7)

VIII. He *Pacificca*, e tolerante; porque, conforme á Lei Natural, sendo todos os homens irmãos, e iguaes em direitos, ella só aconselha á todos paz e tolerancia, ainda mesmo pelos seus erros. Nenhuma das outras Leis he pacifica; porque todas pregão a dissensão, a discórdia, a guerra, e dividem os homens por pertenções exclusivas de verdade, e dominação. (8)

IX. He *Benefica*; por ser igualmente benfazeja á todos os homens, ensinando á todos os verdadeiros meios de serem melhores, e mais felizes. Nenhumas outras Leis são beneficas; pois que não ensinão os verdadeiros meios de felicidade, e todas se reduzem á praticas perniciosas e futeis. Isto se prova por factos: visto que, depois de tantas Leis, tantas religiões, tantos Legisladores, e prophétas, os homens são ainda tão infelizes, e tão ignorantes, como ha cinco mil annos. (9)

X. He *Sufficiente*; porque ella basta para-
12 II

ra fazer os homens mais felizes e melhores; visto que comprehende tudo quanto as outras Leis Cívicas e Religiosas tem de bom e útil, isto he, o que nellas constitue *essencialmente a parte moral*; de maneira, que, se fossem despojadas desta parte, se reduzirão á opiniões chimericas e imaginarias, sem alguma utilidade prática. (10)

Manifesta-se pois a Lei Natural ter todos os Caracteres de verdade e perfeição; e porisso os Francezes a tem adoptado, como a mais conveniente ao homem, e a mais digna do Author da Natureza, donde ella emana. (11)

Esta Lei ensina mui positivamente a existencia de Deos: porque todo o homem que *observa com reflexão* o espectáculo assombroso do Universo, quanto mais elle *medita sobre as propriedades e attributos da cada ente*, e sobre a ordem admiravel e harmonia de seus movimentos, tanto melhor lhe he demonstrado, que existe hum *Agente Supremo*, hum *Motor Universal e unico*, designado pelo nome de DEOS. Tão verdade he, que a Lei Natural basta para elevar o entendimento do homem ao conhecimento de DEOS; e que tudo quanto os homens tem pertendido conhecer da natureza deste Ente por meios estranhos, se tem constantemente achado ridiculo, e absurdo; e porisso tem elles sido obrigados a tornar a recorrer ás immutaveis idéas da razão natural. (12)

He falso que os Sectarios da Lei Natural sejam athéos: ao contrario, elles tem as idéas mais solidas e mais nobres da Divindade; do que a maior parte dos outros homens; pois as não manchão com a mistura das fraquezas e paixões da humanidade.

Quanto ao culto que elles dão á Dees, todo inteiro consiste em acção; isto he, na prática e observancia de todas as regras que a *Sabedoria Suprema* tem imposto ao movimento de cada ente; cujas regras são eternas e inalteraveis, pelas quaes elle mantem a ordem e harmonia do Universo, e que nas suas relações com o homem compõem a Lei Natural. (13)

Até o presente não se tem conhecido esta Lei, bem que em todo o tempo se tenha fallado della. A maior parte dos Legisladores tem dito que a tomarão por base das suas Leis; mas só tem citado alguns dos seus preceitos, mal tendo idéas vagas do total complexo da mesma Lei.

A causa disto he, porque, supposto ella seja simples nas suas bases, comtudo nos seus desenvolvimentos e consequencias fórma humma somma complicada, que *exige o conhecimento de muitos factos e toda a sagacidade do raciocinio*. (14)

O *Instincto* não indica por si só a Lei Natural; pois que o instincto he hum sentimento cego, que impelle indistinctamente para tudo que agrada-nos sentidos. (15)

Diz-se que a Lei Natural está *gravada no Coração dos homens* por duas razões: 1.º porque se tem observado, que ha *actos e sentimentos communs* á todos os homens; o que procede de sua organisação commun; 2.º porque os antigos philosophos tem crido que os homens nascem com idéas já formadas; o que está modernamente demonstrado ser erro.

Mas, ainda que a Lei Natural não seja Lei escripta, comtudo não he cousa arbitra-

ria e idéal; porque consiste toda inteira em *factos*, cuja demonstração se pôde incessantemente renovar aos sentidos, e compor *hum sciencia tão precisa e tão exacta como a Geometria e as Mathematicas*. Ora, pela mesma razão que a Lei Natural forma hum sciencia exacta, he que os homens, nascidos ignorantes, e vivendo distraídos, não a tem conhecido até o dia d'hoje senão superficialmente. (16)

Principios da Lei Natural, em relação ao Homem.

Os principios da Lei Natural em relação ao homem são simples, e se reduzem ao preceito fundamental e unico — *conservação de si mesmo* —. (17)

Ainda que tambem seja hum preceito da Lei Natural o procurar o homem a sua *felicidade*, contudo, como ella he hum estado accidental, que só tem lugar no desenvolvimento das suas faculdades, e do systema social, ella não he o fim immediato e directo da natureza; he, por assim dizer, hum *objecto do luxo*, acrescentado ao objecto necessario e fundamental da *conservação*. (18)

A Natureza ordena ao homem a sua *conservação* por duas sensações poderosas, e involuntarias, que annexou á sua constituição, como as *duas guias*, ou *genios guardas*, á todas as suas acções; huma he a *sensação da dôr*, pela qual ella o adverte, e desvia de tudo que tende a destrollo; outra he a *sensação do prazer*, pela qual ella o attrahe e impelle para tudo que tende a conservar e desenvolver a

ART. 1.ª — A ESTÉTICA.

O *prazer* não he peccado, senão em quanto tende a destruir a vida e a saude, que provém de Deos. Elle não he o objecto principal da nossa existencia, bem como tambem a dôr o não he; o prazer he hum estimulo para viver; assim como a dôr hum annuncio do perigo de morrer.

O prazer com excesso ás necessidades da vida conduz á destruição; por exemplo, o abuso do prazer na comida e bebida attaca a saude, e he nocivo á vida. A dôr algumas vezes conduz á conservação, como, por exemplo, a dôr que huma pessoa sente no eórtex de hum membro gangrenado, he o meio de não morrer.

Porém estas sensações do prazer e dôr nos enganão em duas maneiras, pela *ignorancia*, e pela *paixão*.

Enganão-nos pela *ignorancia*, quando obramos sem conhecer a acção e o effeito dos objectos sobre os nossos sentidos; por exemplo, quando huma pessoa toca ortigas sem conhecer a sua qualidade picante; ou masca o opio ignorando a sua qualidade soporifera. Enganão-nos pela *paixão*, quando, conhecendo a acção noiva dos objectos, comtudo nos abandonamos ao impeto de nossos desejos, e appetites; por exemplo, quando, sabendo que o vinho embebeda, tomado em demasia, o bebemos com excessos.

Sendo certo, que a ignorancia em que nascemos, e que os appetites desordenados á que nos entregamos, são contrarios á nossa conservação; segue-se, que a *instrução* do nosso espirito, e a *moderação* de nossas *paixões*, são *duas obrigações*, e *duas leis*.

que se derivão immediatamente da *primeira lei da conservação*.

Mas, ainda que nascamos ignorantes, a ignorancia não he humma lei natural do homem, bem como o não he a de nascerem as crianças nuas e fracas. Tão longe está de ser a ignorancia humma lei da natureza humana, que antes he hum obstaculo á pratica de todas as suas leis. A ignorancia he o *verdadeiro peccado original*. (19)

Se alguns Morahistas tem considerado a ignorancia como humma virtude e perfeição, he por extravagancia, ou mysanthropia, confundindo o *abuso dos conhecimentos* com os mesmos conhecimentos; porque os homens abusão de dem da falla, seria absurdo cortar-se-lhes a lingua. A virtude e perfeição não consistem em fazer nada, mas no desenvolvimento e bom emprego das nossas faculdades.

A *instrução* he tão indispensavel, que, sem ella, os homens serião á cada instante feridos e offendidos por todos os entes que o cercão. Queimar-se-hião, se não conhecessem os effeitos do fogo; afogar-se-hião se desconhecessen os d'agũa; envenenar-se-hião se tomassem opio ignorando o seu mortifero succo. No estado selvagem, morrerião de fome, se não conhecessem as forças dos animaes; e a arte de os surprender: no estado social, se não soubessem a marcha das estações, não poderião trabalhar, nem alimentar-se. O mesmo se verifica a respeito de todas as suas acções em todas as preições da vida.

Mas o homem, sendo solitario, não poderia adquirir os conhecimentos necessarios

suas faculdades; só o pôde vivendo em sociedade, e tendo a ajuda de seus semelhantes.

A *Sociedade* não he hum estado contra a natureza do homem: ao contrario, he humma *necessidade*, que a Natureza lhe impõe pelo proprio facto de sua organização; porque 1.º a Natureza tem de tal modo constituido o ente humano, que elle não pôde ver a seu semelhante do sexo feminino, sem expimentar certas *emoções*, e hum attractivo, cujas consequencias o impellem a viver em *familia*, que já he hum estado de sociedade; 2.º formando-o sensivel, ella o organizou de maneira, que as sensações dos outros homens reciprocão e repercutem sobre si mesmo, excitando-lhe *co-sentimentos* de prazer e dôr, que vem a ser hum attractivo, e logo indissolavel da sociedade; 3.º O estado da sociedade, fundado sobre as *necessidades do homem*, he hum meio de mais para executar a Lei de sua conservação.

Dizer-se pois que o *estado social* he *estado contra a natureza*, ou fóra della, he o mesmo que dizer, que o fructo silvestre e amargo, quando se faz doce e delicioso, sendo cultivado nos jardins, deixa de ser producto da Natureza.

Os philosophos que tem chamado o *estado do Sabagem* — *estado de perfeição*, tem cahido nesse erro por extravagancia de espirito, ou pelo aborrecimento dos vicios da sociedade. O termo *philosopho*, significa o *amante da sabedoria*; e consistindo a sabedoria na pratica das Leis naturaes, o *verdadeiro philosopho* he o que conhece estas Leis com extensão e exação, e que á ellas conforma a sua conducta.

O selvagem he hum animal bruto, ignorante, humã bêtea má e feroz, que vive á maneira dos Ursos e *Orang-outangs*. Elle não he feliz neste estado: as suas sensações são habitualmente de *necessidades violentas*, que não pôde satisfazer, por ser ignorante por natureza, e fraco pela solidão. Nem também he livre; porque a sua vida depende de tudo que o cerca; pois não he livre comer quando tem fome, nem descansar quando está cansado, nem de se aquecer, quando tem frio: pois corre á cada instante o risco de perecer. Porisso todos os esforços da Espécie humana, desde a sua origem, tem sido o salir deste estado violento, pela urgente necessidade da sua conservação.

A necessidade da conservação produz nos individuos o *egoísmo*, ou o *amor proprio*. O *egoísmo* não he contrario ao estado social. Não se deve entender por *egoísmo* a inclinação de fazer mal á outro; pois então não vem á ser autor proprio, ou amador de si, mas sim *odio vos outros*. — O *amor de si*, tomado no verdadeiro sentido, não he contrario á sociedade, antes he o seu mais firme apoio; pela necessidade em que constitue a cada individuo de não fazer mal á outro, em pazão do temor de excitar neste o ressentimento, que o impelle á castigar-lhe também dano.

Assim a *Conservação do homem* e o desenvolvimento de suas *faculdades*, dirigido á esse fim, são verdadeira Lei da Natureza na produção do ente humano. Deste principio simples e fecundo derivão, para elle se reportão, e por elle se medem, todas as idéas do bem e mal, de virtude e de vicio,

do justo e injusto, da verdade e do erro, do permitido ou prohibido, que fundão a *Moral do Homem*, seja como individuo, seja como membro da Sociedade.

Bases de Moral; do Bem e Mal; do Pecado, do Crime, do Vicio, e da Virtude.

Conforme a Lei Natural, *bem* he tudo que tende a conservar e aperfeiçoar o homem; e *mal* he tudo que tende a destruillo, e a deteriorallo.

Entende-se pelo termo *physico*, tudo que tem acção immediata sobre o corpo. A saúde he hum *ben physico*. Entende-se por *moral* o que não tem acção senão por consequencias mais ou menos proximas. A *culminia* he hum *mal moral*; a *bou reputação* he hum *ben moral*; porque hum a outra occasionão a nosso respeito disposições e habitos nocivos ou favoraveis á nossa conservação, e aos meios de existencia.

Bem he tudo que tende a conservar, ou a produzir. Porisso certos Legisladores contrão entre as cousas agradaveis á Deos a cultura de um campo, a fecundidade de hum a mulher.

Mal he tudo que tende a dar a morte; porisso alguns Legisladores tem extendido a idéa do mal e de peccado até á morte dos animaes.

A *maie do homem* he crime pela Lei Natural, e o maior que se possa commetter; pois todo o outro mal se pôde reparar; mas o homicidio jámais se pôde reparar.

He *pecado* tudo o que tende a perturbar a ordem estabelecida pela Natureza para a conservação e perfeição do homem, e da Sociedade.

A *intenção* não he merito ou crime; porque he idéa sem realidade; mas he hum principio de peccado e de mal, pelo impulso que dá para a má acção. (20)

Virtude he a pratica das acções *uteis ao individuo*, e á sociedade.

Vicio he a pratica das acções *nocivas ao individuo*, e á sociedade.

Virtude, *vicio*, tem hum fim physico, e, em ultima analyse, tendem sempre á conservar ou destruir o corpo. Tem diversos graus de força e intensidade, conforme a importância das faculdades, que favorecem ou at-tacão, e conforme o numero dos individuos em que estas faculdades são favorecidas ou lezadas. Por exemplo: he mais virtuosa a acção de salvar a vida de hum homem, do que a de salvar a sua propriedade; a de salvar a vida de muitos homens, do que a de salvar a vida de hum só; a acção útil á todo o Genero humano, do que a acção útil á hum só Nação.

A Lei Natural ordena a prática do bem e da virtude, e prohibe a prática do mal e do vicio, pelas mesmas vantagens que resultão da prática do bem e da virtude á conservação do nosso corpo; e pelos danos que resultão á nossa existencia da prática do mal e do vicio.

Os preceitos da Lei Natural estão na mesma acção, considerada no seu effeito prezente, e nas suas consequencias futuras.

As virtudes são: 1.º Individuaes: 2.º Domesticas, ou Familiares: 3.º Sociaes ou relativas á sociedade.

Das Virtudes Individuaes.

As principaes *Virtudes Individuaes*, que a Lei Natural ordena, se pódem reduzir á cinco: 1.ª Sciencia: 2.ª Temperança: 3.ª Coragem: 4.ª Actividade: 5.ª Limpeza.

O homem que conhece as causas e os effeitos das cousas, provê, de huma maneira extensa e certa, á sua conservação, e ao desenvolvimento das suas faculdades. A sciencia he para elle como o Sol e a luz, que lhe fazem discernir com justeza e clarezza todos os objectos no meio dos quaes se move. Essa he a razão porque, quando se designa a hum homem como instruido e sabio, se diz que he huma pessoa *esclarescida*. Quanto mais instrucção e sciencia tem algum homem, tanto maiores são os recursos e meios de subsistir (21). Por isso hum philosopho, depois de naufragio, disse aos compaheiros, que estavam desesperados pela perda de seus fundos — *tudo que tenho, commigo trago*.

A ignorancia he o vicio contrario á sciencia. A Lei Natural a prohibe pelos graves detrimentos que da ignorancia resultão á nossa existencia; pois o ignorante não conhece as causas e os effeitos, commette á cada instante os erros os mais perniciosos á si e aos outros: he hum cégo que marcha ás apalpadellas, e que á cada passo offende, ou he offendido pelos seus semelhantes.

A ignorância e estulticia são mui comuns; porque são molestias habituaes do genero humano. Já ha tres mil annos dizia o mais sabio dos homens = *o numero dos estultos he infinito* =; e o mundo não tem mudado. Isto acontece, porque, para ser instruido, he preciso muito trabalho e tempo; os homens nascidos ignorantes, e tendo o trabalho, considerão ser-lhes mais commodo ficarem céegos, e todavia terem a verdade de que vêem claro.

A sciencia comprehende a *prudencia*, que vem a ser a vista antecipada, ou *previdencia* dos effeitos e consequencias de cada coisa, por meio da qual o homem evita os perigos que o ameação, prepara, e aproveita as occasiões que lhe são favoraveis; dahi resulta o prover á sua conservação, tanto no presente, como no futuro, de huma maneira extensa e certa. Ao contrario, a *imprudencia* não culcula os seus passos, nem o seu theor de vida, nem os esforços e resistencias; e porisso á cada instante cabe em mil embaraços, e mil perigos, que destroem, mais ou menos lentamente, as suas faculdades, e a sua existencia.

Quando o Evangelho chama *demaventurados os pobres de espirito*, não se deve entender que falta dos *ignorantes e imprudentes*; pois ao mesmo tempo aconselha a simplicidade das pombas, unida á prudente astucia das serpentes. Par singeleza de espirito, se entende a *rectidão*; e este preceito do Evangelho he o da Natureza.

Temperança he o uso regulado das nossas faculdades, pelo qual jámais em as nossas sensações excedemos o fim da Natureza,

isto he, a nossa *conservação*; he a *moderação das paixões*.

Intemperança he o vicio contrario, que consiste na desordem das paixões, na avidez de todos os gozos, em huma palavra, na *cubica*.

Os principaes ramos da temperança são; a *sobriedade*, e a *continencia* ou *castidade*.

A Lei Natural ordena a *sobriedade*, pela influencia poderosa, que esta virtude tem sobre a nossa saude. O homem sóbrio na comida e bebida faz boa digestão; o seu estomago não he opprimido com o peso dos alimentos; as suas idéas são claras e facéis; faz bem todos os seus exercicios; executa com intelligencia os seus negocios; chega á velhice exempto de molestias; não perde o seu dinheiro em remedios; goza com alegria dos bens que a fortuna, ou a prudencia, lhe tem grangeado. Assim a Natureza generosa, com esta unica virtude, dá ao homem mil recompensas.

A Lei Natural prohibe a gulotonaria, pelos numerosos males, que lhe são annexos. O conilão, opprimido com o peso dos alimentos, digere com anciedade; a sua cabeça se turba com os fumos da má digestão; não concebe idéas claras e distinctas; entregase á violencia dos movimentos desordenados da lascivia, e da colera, que deteriorão a saude; o seu corpo se faz obeso, pezado, e improprio ao trabalho; tem doenças dolorosas, e dispendiosas; raras vezes chega á longa idade; e se chega, a sua velhice he cheia de enfermidades e desgostos.

A *abstinencia* e o *jejum* são acções virtuosas, quando se tem tido demazia na co-

mida; por então serem remedios simples e effizes; mas, quando o corpo tem necessidade de alimentos, o recusallos, e deixar soffrer a fome e sede, he hum delirio, e hum verdadeiro peccado contra a Lei Natural. (22)

Esta Lei condemna a *embriaguez*, como o vicio o mais vil e pernicioso. O bebado, privando-se do recto uso dos sentidos, e da razão que Deos lhe deo, profana o beneficio da Divindade; abaixa-se á condição dos brutos; he incapaz de guiar os seus passos; caher como hum epileptico; fere-se, e até se pôde matar: a sua fraqueza o faz objecto do escarneo e desprezo de todos que o cercão; se nesse estado faz contractos, arruina e perde os seus negocios: estando fóra de si, diz palavras injuriosas, que lhe suscitão inimigos, e causão arrependimentos: enche a propria casa de perturbações e desgostos, e acaba por fim a vida por hum morte prematura, ou por huma velhice adoentada.

A Lei Natural não prohibe o uso, mas só o abuso do vinho: mas, como do uso ao abuso a passagem he facil e prompta no vulgo, talvez os Legisladores que tem proscripto o uso do vinho, tem feito serviço á humanidade. (23)

A Lei Natural não prohibe o uso de certas viandas, e vegetaes, e em certos dias e estações; porque só prohibe absolutamente o que faz mal á saude: á este respeito os seus preceitos varião como as pessoas; e até compõe hum *sciencia mui delicada*, e mui importante; porque a qualidade, a quantidade, a combinação dos alimentos, tem a maior influencia, não sómente sobre as affeições

momentaneas d' alma, mas também sobre as suas disposições habituaes. Hum homem não he o mesmo em jejum, que depois de comer, ainda que seja sóbrio. Hum caliz de liquor, hum chiera de caffè dão diversos grãos de vivacidade, de mobilidade, de disposição á cohera, á tristeza, ou á alegria: ha comidas que, por serem peizadas ao estomago, fazem o homem importuno e molesto; e ha outras, porque bem se digerem, dão contentamento, e inclinão a obsequiar e amar. O uso dos vegetaes, porque nutrem pouco, faz o corpo fraco, e inclinão os homens ao descanso, preguiça, e brandura: o uso de carnes, por serem mais nutrientes, espirituosas, e estimulantes dos nervos, dá vivacidade, inquietação, audacia. Dos usos habituaes de certos alimentos resultão habitos da constituição e dos órgãos, que depois formão temperamentos marcados com o seu privativo caracter.

Eis a razão porque, sobre tudo nos paizes quentes, os Legisladores tem feito *Leis de regime*. Longas experiencias ensinarão aos antigos, que a *Sciencia Dietetica compunha hum grande parte da Sciencia Moral*. Nos antigos Egyptios, Persas, e Greges, em seus Conselhos não se tratavão negocios graves senão em jejum. Tem-se notado, que nos povos em que se fazem as Deliberações sobre negocios publicos no calor da meza, ou no tempo da digestão, ellas são fogosas e turbulentas, o os seus resultados frequentemente desarrazados e perturbadores.

A *Continencia* he ordenada pela Lei Natural; visto que a moderação no uso da mais viva das nossas sensações, he não sómente útil, mas também indispensavel á

manterça das forças e da saúde; e hum cal-culo simples prova, que por alguns minutos de privação segurar-se longos dias de vigor de espirito e de corpo.

A *Libertinagem* he prohibida pela Lei Natural, pela pena dos numerosos males que della resultão para a existencia physica e moral. A pessoa que se entrega á libertinagem, se enerva, e enfraquece; não se pôde applicar aos seus trabalhos; contrahê habitos de ociosidade, e despeza, que diminuem os seus meios de viver, e prejudicão a seu credito, e á consideração publica: as suas intrigas libertinas lhe causão embaraços, cuidados, querêlas, pleitos, além de moléstias graves e profundas, ocasionando a perda de suas forças por hum veneno interior, e lento, a estupidez de espirito pela frouxidão do systema nervoso, e huma vellice prematura e enferma.

Porém a Lei Natural não considera como virtude a *Castidade absoluta*, tão recomendada nas *Instituições monasticas*; visto que ella, não he util, nem á sociedade, nem á pessoa que a pratica; antes lhe he nociva (22); pois; 1.º priva a sociedade da população, que he hum dos seus principaes meios de riqueza e de potencia; e os celibatarios, limitando todas as suas vistas e suas afeições ao tempo da propria vida, tem, no geral, hum egoismo pouco favoravel aos interesses geraes da sociedade: 2.º faz mal aos individuos que a pratica, privando-os de numerosas afeições e relações, que são a fonte da maior parte das virtudes domesticas e sociaes, e de mais: muitas vezes acontece pelas circumstancias da idade, do

regimen, do temperamento, que a continencia absoluta deteriora a saúde, e causa graves moléstias; visto que contraria ás Leis physicas, sobre que a Natureza tem fundado o systema da reprodução dos entes. Além de que os que muito se jactão desta castidade absoluta, ainda suppondo-se que sejião de boa fé, estão em contradicção com a sua propria doutrina, que he consagrada pela Lei da Natureza no conhecido Mandamento *Crescei e multiplicai-vos.* (23)

A *castidade* he huma virtude de maior consideração nas mulheres que nos homens: porque a falta de castidade nas mulheres tem inconvenientes ainda mais graves e perigosos para ellas, e para a sociedade: pois, sem contar as afflicções e moléstias que lhes são communs com os homens, ellas são expostas á todos os incommodos que precedem, acompanhão, e seguem o estado de maternidade, cujos riscos correm se não são casadas; vem a ser objecto de escandalo e desprezo publico, e passão o resto da vida em amargura e perturbação; são-lhes além disto á cargo as despezas da criação e educação dos filhos que não tem pai legitimo: isso as empobrece, e de toda a maneira prejudica á sua existencia physica e moral. Nesta situação, privadas de belleza e saúde, que formão os seus attractivos, carregando com os filhos, fructos de sua lascivia, nem são procuradas para cazamento, e nem achão estabelecimento solido; assim cahem na indigencia, miseria, e vileza, arrastando huma vida infeliz.

A *pureza dos nossos pensamentos e desejos* he ordenada pela Lei Natural: pois,

conforme ás Leis physicas do corpo humano, os pensamentos e os desejos inflamão os sentidos, e logo impellem para as acções; demais: por outra lei da Natureza na organisação do nosso corpo, estas acções vem a ser necessidade machinal, que se repete em certos prazos de dias e semanas; de sorte que, em tempos fixos renasce o appetite, e a necessidade de tal acção; e se ella he no-eira á saude, o habito de as praticar vem a ser destructivo da vida.

O *Pudôr* he huma virtude, por cansar a vergonha de certas acções, e manter a alma e o corpo em todos os habitos uteis á boa ordem, e á conservação de si mesmo. A mulher pudica he estimada e requestada para casamento, e estabelecida com vantagens de fortuna, que assegura a sua existencia, e a faz amavel: as imprudentes e prostitutas são desprezadas, rejeitadas, e abandonadas á miseria e vileza.

A *Coragem*, que consiste na força do corpo e do espirito, he virtude ordenada pela Lei Natural, e muito importante; por que são meios efficazes á nossa conservação, e felicidade. O homem animoso e forte repelle a oppressão, defende a sua vida, liberdade, propriedade; procura pelo seu trabalho huma subsistencia abundante, e goza com tranquillidade de paz da alma. Se lhe acontecem infellicidades, que a sua prudencia não pôde prevenir, as supporta com firmeza e resignação.

A *fraqueza* e *cobardia* são vicios, porque occasionão muitas calamidades. O homem fraco e cobarde vivo em ansias e angustias per-petuas; deteriora sua saude pelo terror, mi-

tas vezes mal fundado, de ataques e perigos; e este terror, que em si he hum mal, não traz o remedio delle; antes, ao contrario, o faz escravo de toda a pessoa que o quer opprimir: assim, pela servidão e aviltamento de todas as suas faculdades, ella degrada e deteriora os seus meios de existencia, e constitue a sua vida dependente das vontades, e dos caprichos de outro homem.

A influencia dos alimentos, a coragem, a força, e muitas das nossas virtudes, são, em grande parte, o effeito da nossa constituição physica, e de nosso temperamento; e até estas qualidades se transmitem pela geração e o sangue, com os elementos de que ellas dependem. Os factos os mais constantes e repetidos provão, que nas raças animaes de toda a especie, se vêem certas qualidades physicas e *moraes* (27), annexas aos individuos dessas raças, e crescerem ou se diminuem conforme as combinações e mixturas que ellas fazem com outras raças.

A nossa vontade não basta para ter estas qualidades, e não he crime o ser dellas privado, mas só hum *infortunio*, o que os antigos chamavão *fatalidade funesta*; mas, ainda assim, depende de nós o adquirillas: porque, huma vez que conheçamos sobre que elementos physicos se funda tal ou tal qualidade, podemos preparar o seu nascimento, excitando os respectivos desenvolvimentos, por hum habil manêjo dos mesmos elementos. Isto he o que faz a *Sciencia da Educação*; pois ella, segundo he bem ou mal dirigida, apertição ou deteriora os individuos, ou as raças, á ponto de lhes fazer mudar a natureza, e as inclinações. Para esse effeito

he de summa importancia o conhecimento das Leis Naturaes, pelos quaes se fazem com certeza e *necessidade* estas operações, e estas mudanças.

A *Actividade* he huma virtude segundo a Lei Natural. Porque a pessoa que trabalha e emprega utilmente o seu tempo, adquire mil vantagens preciosas para a sua existencia. Se nasceo pobre, o seu trabalho fornece-lhe a subsistencia; se demais he sóbrio, casto, prudente, logo adquire commodos, e goza das doçuras da vida. Até o mesmo trabalho lhe dá essas virtudes; pois, em quanto o seu espirito e corpo tem occupação regular, elle não he incitado com desejos desordenados, e não tem enjôjo; antes adquire habitos doces, augmenta as suas forças, e a sua saude, e chega á huma velhice pacifica e feliz.

A *preguiça* e *ociosidade* são vicios percriptos pela Lei Natural, e dos mais perniciosos; porque trazem todos os mais vicios. Pela preguiça e ociosidade o homem permanece ignorante, e até perde a sciencia que havia adquirido, e cahe em todas as desgraças que são companheiras da ignorancia e tolice. Pela preguiça e ociosidade, o homem he devorado de enjôjos, e para os dissipar, entrega-se á todos os desejos de seus sentidos, que de dia em dia adquirem maior imperio, e o fazem intemperante, comilão, lascivo, enervado, cobarde, vil, e desprezivel. Pelo effeito certó de todos estes vicios, elle arruina a sua fortuna, consome a sua saude, e termina a sua vida em angustias, moléstias, e pobreza.

Daqui porém não se segue que a pobre-

za em si seja vicio; mas tambem não he virtude, porque ella está mais perto de ser nociva que útil; e ordinariamente he o resultado do vicio, ou do seu começo; porque todos os vicios individuaes tem o effeito de conduzir á indigencia, e á privação das necessidades da vida; quando qualquer pessoa tem falta do necessario, está bem proximo de procurallo por meios viciosos, isto he, nocivos á sociedade. Ao contrario, todas as virtudes individuaes tendem a procurar ao homem huma subsistencia abundante; e quando poupa mais do que consome, he-lhe mais facil dar aos outros, e praticar acções uteis á sociedade.

Igualmente não se segue que a riqueza seja virtude; mas tambem não he vicio; só conforme o seu uso (25) he que se póde chamar virtuosa ou viciosa a riqueza, isto he, segundo ella se mostra util ou nociva ao homem, e á sociedade. A riqueza he hum instrumento, que produz virtude ou vicio em proporção do seu bom, ou máo uso o emprego.

A *Limpeza* (ou *Asseio*) conta-se na classe das virtudes; realmente he huma das mais importantes; visto que poderosamente influencia sobre a saude do corpo, e sobre a sua conservação. A *Limpeza*, tanto nos vestidos, como na casa, obsta aos perniciosos effeitos da humidade, dos máos cheiros, dos miasmas contagiosos, que se exhalão de todas as cousas abandonadas á putrefacção: ella entretem a livre transpiração; renova o ar, refresca o sangue, e dá alegria ao espirito.

Vê-se que as pessoas que são cuidadas da limpeza de seu corpo, e de sua habitação, são, no geral, mais sadias, e menos

expostas ás doenças, do que as que vivem sem asseio, e na immundicia. Nota-se de-mais, que a limpeza produz em todo o regime domestico ordem e arranjo, que são os primeiros meios, e os primeiros elementos da felicidade.

A falta de asseio, ou porcaria, he hum vicio verdadeiro; e tão verdadeiro, que a embriaguez e a ociosidade são em grande parte os resultados della. A immundicia he a causa segunda, e ás vezes a primeira, de humma multidão de incommodidades e moléstias graves. A medicina prova, que ella produz ulceras, sarna, tinha, lepra, não menos que o uso de comidas corruptas e acres: promove as influencias contagiosas das febres e febres malinas; as excita nos Hospitales e cadeias; occasiona rhumatismos, encrustando a pelle com os suores crassos, Acresce a isto a incommodidade de ser devorada de insectos, que são immundos socios da miseria e vileza.

Porisso os antigos Legisladores estabelecerão o ser a *limpeza*, (debaixo do nome de *pureza*) hum dos dogmas essenciaes de suas religiões: eis a razão por que lav-gavão fóra da sua sociedade, e até punião com pena corporal, aos que se deixavão attacar de doenças causadas pela falta de limpeza. Pelo mesmo motivo instituirão e consagrarão *abluições* ou *lavatorios*, *banhos*, *baptismos*, e purificações, até com fogo, e com fumos aromaticos de incensos, da myrra, do benjoin &c.: todo o seu systema de impuridades, todos os ritos de cousas naudas e immundas, que depois degenerarão em abusos e prejuizos, na sua origem erão fun-

dados na judiciosa observação, que homens sabios e instruidos havião feito da somma influencia, que a limpeza no corpo, nos vestidos, na habitação, exercião sobre a saúde, e, por humma consequencia immediata, sobre o espirito e as faculdade moraes.

Do exposto se manifesta, que todas as virtudes individuaes tem por *fin*, mais ou menos directo, a *conservação da pessoa* que as pratica; e, *pela conservação de cada pessoa, ellas tendem á conservação da família, e da sociedade*, a qual se compõe da reunião da somma dos individuos.

Das Virtudes Domesticas.

Virtudes Domesticas são a prática das acções uteis á família, que vive na mesma casa. Elles são a economia, — o amor paternal, — o amor conjugal, — o amor filial, — e amor fraternal, — o cumprimento dos deveres do amo e criado.

Economia, no sentido mais extenso da palavra, he a boa administração de tudo o que respeita a existencia da família na casa. Como a subsistencia he a primeira necessidade de toda a pessoa, tem-se dado o nome de *economia* ao emprego do dinheiro nas primeiras precieções da vida.

A *Economia* he virtude; porque toda a pessoa que não faz despeza alguma inútil, vem a adhar-se depois com superabundancia da verdadeira riqueza, por meio da qual alcança para si e sua família tudo que he verdadeiramente comodo e útil. Quanto mais

que por este modo assegura recursos para quando sobreven perdas accidentaes e imprevisas; em consequencia do que elle e a sua familia vivem em doce *abastança*, que he a base da *felicidade humana*.

A *dissipação* e *prodigalidade* são vicios; pois, em consequencia dellas, o dissipador e prodigo vem por fim a ter falta do necessario; cabe em indigencia, miseria, e aviltamento; e até os seus amigos, temendo serem obrigados a restituir-lhe o que despendeo com elles ou por elles, fogem da sua vista, como o devedor foge do credor, e he abandonado por todo o mundo. (29)

Amor paternal he o cuidado assiduo que os pais tem de fazer que os filhos desde a infancia adquirão o habito, de todas as acções uteis á elles, e á sociedade. A verdadeira ternura paternal consiste, em que os pais que educão os filhos nos bons habitos, adquirão na carreira de sua vida os supprimentos e gozos necessarios, e assegurem á sua velhice ajuda e consolações contra as mingas, e calamidades de todo o genero, que cercão a velhice.

O Amor paternal não he humna virtude commum; porque, apesar de que todos os pais fação jactancia della, com tudo na realidade vem a ser humna virtude rara; elles não amão a seus filhos, elles os acaricião, e os corrompem; o que amão nelles he o serem agentes das suas vontades, os instrumentos do seu poder, os troféos da sua vaidade, os brincos da sua ociosidade: elles não tem tanto por objecto a utilidade dos filhos, como a sua submissão e obediencia; e se entre os filhos se contão tantos beneficiados

ingratos, he porque entre os pais ha outros tantos benfeitores despotas, e ignorantes.

O *Amor conjugal* he humna virtude; por que a concórdia, e a união que resultão do amor dos esposos, estabelecem no seio de sua familia muitos habitos uteis á prosperidade, e á sua conservação. Os Esposos unidos amão a sua casa, e não a deixão saído por pouco tempo; elles a inspecção em todas as miudezas da administração; applicão-se á educação de seus filhos; mantem o respeito e a fidelidade dos domesticos; previnem toda a desordem e toda a dissipação; assim pela sua boa conducta vivem com decencia e consideração. Ao contrario, se o marido e a mulher não se amão, enchem a casa de rixas e perturbações; excitão a guerra entre os filhos e os domesticos; entregão-se á toda a especie de habitos viciosos; cada pessoa da casa dissipa, pillu, e rouba o que póde da sua parte; os redditos se absorvem sem proveito; carregão-se de dividas; os conjuges por fim descontentes se apartão, e se movem pleitos; toda a familia cabe em desordem, ruina, e vileza, por falta do necessario.

O *Adulterio* he hum delicto pela Lei Natural; porque traz consigo humna multidão de habitos nocivos aos esposos, e á familia. A mulher e o marido, sendo arrastados por affectos de estranhas pessoas, desprezão a sua Casa, e desvião, quanto podem, os redditos para os gastar com os objectos de sua lascivia; dahi procedem rixas, escandalos, pleitos, desprezo dos filhos e domesticos; pillagem e ruina final de toda a casa. Além de que a mulher adultera commette hum

ronbo muito grave; pois dando, ao marido herdeiros de sangue estranho, defraudando aos filhos legítimos de hum porção da herança paterna. (30)

O *Amor filial* he, da parte dos filhos, a pratica das acções uteis á si, e á seus pais.

A Lei Natural ordena o amor filial por tres motivos principaes: 1.º por *sentimento*; porque, os assíduos cuidados dos pais inspiro desde a tenra idade doces habitos de affecto dos filhos aos mesmos pais; 2.º pela *justiça*; porque os filhos devem á seus pais a retribuição de indemnidade, pelos cuidados e dispendios que lhes custarão. 3.º por *interesse pessoal*; pois, se os tratarem mal, darão á seus proprios filhos exemplos de desobediencia e ingratiidão, que os authorizão a praticarem algum dia com elles igual rebeldia.

O amor filial não consiste em submissão passiva e cega á vontade dos pais; mas em obsequio racional, fundado no conhecimento dos deveres dos pais, e dos filhos; sem a observancia desses direitos e deveres a sua mutua conducta degenera em desordem. (31)

O *Amor fraternal* he virtude; porque a concórdia e união que resultão do amor dos irmãos, estabelecem a força, a segurança, a conservação da familia: os irmãos unidos se defendem mutuamente de toda a oppressão; ajudam-se nas suas necessidades, soccorrem-se nos seus infortúnios, e assim assegurão a sua commun existencia. Ao contrario, os irmãos desunidos, abandonados cada hum ás suas forças pessoais, cahem em todos os inconvenientes da separação e fraqueza dos individuos. Isto era o que engenhosamente

expressava o Rei da Scythia, o qual, chamando no leito da morte a seus filhos, ordenou-lhes, que quebrassem hum *feixe de flechas*; não o podendo executar estes moços, ainda que robustos, elle o tomou ás mãos, e, separando hum flecha depois de outra, quebrou a cada hum flecha das com a ponta dos dedos. Eis, disse-lhes, os effectos da união! unidos, como as flechas, em hum feixe, sereis invenciveis; separados, sereis rôtos, como cada hum flecha dellas.

Os deveres reciprocos dos amos e criados consistem na prática de serem respectivamente uteis: dahi começo as relações da sociedade; porque a regra e a medida destas acções respectivas he o equilibrio ou a igualdade entre o serviço e a recompensa, entre o que hum presta, e o que o outro paga: esta he a base fundamental de toda a sociedade.

Assim todas as virtudes individuaes e domesticas, tem, mais ou menos immediatamente, porém sempre com certeza, relação ao objecto physico da *conservação e melhora do homem*; e, em consequencia vem a ser preceitos resultantes da Lei, fundamental da natureza na sua formação.

Das Virtudes Sociaes.

Sociedade he toda a reunião de homens vivendo em companhia, conforme as clausulas de algum contracto, expresso ou tacito, que tem por fim a sua conservação commun.

As *Virtudes Sociaes* são numerosos; e se podem contar tantas especies destas vir-

tudes, quantas são as *acções uteis á Sociedade* (32): mas todas se reduzem á hum só principio fundamental — a *justiça*.

A *justiça* comprehende todas as virtudes da sociedade, e vem a ser a sua virtude fundamental, e quasi unica; visto que ella, por si só, abraça todas as acções que são uteis á mesma sociedade; e todas as mais virtudes, debaixo do nome de caridade, humanidade, probidade, amor da patria, sinceridade, generosidade, simplicidade de costumes e modestia, não são mais que fórmulas variadas, e applicações diversas, deste axioma = *Não fajas á outro o que tu não queres que se te faça* =; aqui está a definição da *justiça*.

A Lei Natural ordena a justiça por tres attributos physicos, inherentes á organização do homem, e vem a ser — *igualdade — liberdade — propriedade*.

A *igualdade* he attributo physico do homem; porque, tendo todos os homens igualmente olhos, mãos, bocca, orelhas, e a necessidade de se servirem deste órgãos para viverem, por este mesmo facto vem a ter hum direito igual á vida, e ao uso dos elementos que a conservão; elles *todos são iguaes diante de Deos*.

Dahi não se conclue, que todos os homens entendão igualmente, vejião igualmente, sintão igualmente, e que tenham precisões iguaes, e paixões iguaes; pois he de evidencia, e de experiencia de cada dia, que huma pessoa tenha vista curta, e outra larga; huma coma muito, e outra pouco; huma tenha paixões doces, e outra violentas, huma seja de corpo e espirito fraco, e outra o tenha forte.

São pois os homens *realmente desiguaes* no desenvolvimento dos meios, mas não em a natureza e essencia destes meios: assemelha-se ao estôfo, cujas dimensões não são iguaes, e nem o seu pezo e valor os mesmos. A nossa lingua não tem palavra propria para designar ao mesmo tempo a *identidade da natureza*, e a *diversidade da forma*, e do emprego. A igualdade de que se trata he só hum *igualdade proporcional*: eis ahi porque disse, que os homens erão iguaes diante de Deos, e na ordem da Natureza. (33)

A *Liberdade* he attributo physico do homem; porque, tendo todos os homens sentidos sufficientes para a sua conservação, nenhum por isso tendo necessidade do olho de outro para ver, de sua orelha para ouvir, de sua bocca para comer, de seu pé para marchar, por este mesmo facto são constituidos naturalmente independentes, e livres; e, em consequencia, nenhum he necessariamente submettido á outro, nem tem direito de o dominar.

Ainda que hum homem nasça mais forte que o outro, não tem por isso direito natural de senhorear-se do homem nascido fraco; pois que nem tem necessidade disso, nem ha convenção entre ambos; se o faz, só he por abusiva extensão da sua força: a Lei Natural não dá direito para abuso da força; pois a palavra *direito* só significa *justiça*, ou *faculdade reciproca*. (34)

A *Propriedade* he attributo physico do homem; porque todo o homem, sendo, pela sua constituição, *igual* ou *semelhante* á outro, e por consequencia independente e livre,

cada pessoa vem a ser o senhor absoluto, e proprietario perfeito de seu corpo, e dos productos do seu trabalho. (35)

Como os homens são iguaes e livres, nada devendo hum á outro, tambem não tem direito de exigir cousa alguma hums dos outros, senão prestando-se valores iguaes; isto he, que esteja em equilibrio a balança do prestado ao recebido; a esta *igualdade* e a este equilibrio he que se chama justiça, e equidade; assim a *igualdade* e *justiça* vem a ser a mesma palavra dictadas pela Lei Natural: todas as virtudes sociaes della se derivão.

A *caridade*, ou o *amor do proximo*, he preceito e applicação da mesma Lei, em razão da igualdade e reciprocidade; pois, quando fazemos mal á outro, damos-lhe o direito de tãobem elle nos fazer mal. (36) Assim atacando a existencia de outro, vimos a atacar a nossa propria existencia, *por effeito da reciprocidade*: ao contrario, fazendo bem á outro, temos motivo e direito de esperar del-le, o troco de equivalente. O caracter de todas as virtudes sociaes consiste em serem uteis ao homem que as pratica, pelo *direito de reciprocidade*, que ellas lhe dão sobre as pessoas a quem taes virtudes tem dado proveito.

A *Caridade* he *justiça*, com a differença que a rigorosa justiça se limita a dizer = *Não faças á outro o mal que não querarias que elle te fizesse* =; a *caridade*, ou o amor do proximo, se estende a dizer = *Fazci á outro o bem que querarias receber delle* =. Assim o Evangelho, dizendo, que este preceito *encerra toda a Lei*, e os *prophetas*, não fez mais que enunciar o preceito da Lei Natural.

Esta Lei ordena o perdão das injurias, em quanto este perdão se accorda com a conservação de nós mesmos. Assim ella não ordena dar a outra face, quando se soffre o bofetão; porque: 1.º isso seria hum preceito contrario ao de amar o proximo *como a si mesmo*; pois, nesse caso, amar-se-hia mais aos outros que a nós, o que seria contrario á nossa conservação: 2.º tal preceito, tomado á letra, animaria o mão para a oppressão e injustiça. A Lei Natural he sabia a esse respeito, ordenando huma medida calculada de coragem e moderação, que faz esquecer humna primeira injuria, que procedeo de vivacidade, mas pune todo o acto que tende á oppressão. (37)

A Lei Natural não ordena fazer bem á outro sem conta, e sem medida; pois isso seria hum meio certo de o conduzir á ingratição. Tal he a *força do sentimento da justiça plantada no coração dos homens*, que elles mesmos não prezão os beneficios dudos sem disciçião. A *unica medida* que se deve com elles guardar, he o *ser justo*.

A *Esmola* he acção virtuosa, quando he feita conforme á esta regra, sem o que vem a ser imprudencia, e vicio, em quanto fomenta a ociosidade, que he nociva ao mendigante, e á sociedade; pois nenhuma pessoa tem direito de gozar dos bens de outro, sem prestar o equivalente do seu proprio trabalho.

A *Esperança* e a *Fé* não são virtudes que a Lei Natural considere; porque são *ideas sem realidade*: e se dellas resultão alguns effeitos, são mais para a vantagem daquelles que não tem essas idéas, do que para a dos

que as tem: de sorte que se podem considerar como *virtudes das rescios d provento dos velhacos*. (38)

A *Probidade* he ordenada pela Lei da Natureza; pois a probidade não he outra cousa mais que o respeito dos nossos proprios direitos no dos outros: este respeito se funda sobre hum *calculo prudente, e bem combinado, dos nossos interesses*, comparados aos dos outros. (39)

Mas este calculo, que abraça interesses e direitos complicados no estado social, exige luzes e conhecimentos, que o constituem hum *sciencia difficil*, e hum *ta sciencia tanto mais delicada*, que o homem proba vem a ser juiz na propria causa.

A probidade pois he hum signal de extensão e justeza de espirito; por que quasi sempre o homem proba despreza hum interesse presente, a fim de não destruir hum interesse futuro: o velhaco faz o contrario, pois perde hum grande interesse futuro por hum pequeno interesse presente.

A *Improbidade* consequentemente he signal de falsidade no juizo, e de estreiteza de espirito. Podem-se definir os velhacos — *culadores ignorantes*, ou *tolos*; porque não entendem os seus verdadeiros interesses, e com tudo tem presumpção de serem finos; mas as suas subtilidades não findão em outra cousa mais, que em serem conhecidos por taes quaes são; perderem a confiança, estima, e todos os bons serviços, que resultão destas qualidades para a existencia physica e social. Elles *não vivem em paz*, nem com os outros, *nem consigo mesmos*; e são sem cessar ameaçados por sua consciencia (40), e pelos seus

inimigos; elles não gozão de outra felicidade real mais do que o não serem enforcados.

A Lei Natural prohibe o furto; porque a pessoa que furtar á outra, lhe dá o direito de tambem a roubar (41); neste estado não ha mais segurança, nem na sua propriedade, nem nos meios de sua conservação: assim, fazendo mal á outro, tambem, por contra-golpe, faz mal á si mesmo.

Tambem a Lei Natural prohibe o desejo do furto; porque o desejo naturalmente impelle o homem á acção: e essa he a razão por que se caracteriza de peccado a *inveja*.

A Lei Natural prohibe o homicidio, pelos motivos os mais poderosos, da conservação de si mesmo; porque 1.º o homem que ataca a vida de outros, se expõe ao risco de ser morto, pelo direito da defeza; 2.º Se elle mata, dá aos parentes e aos amigos do morto, e á toda a sociedade, hum direito igual (42) de tirar a vida ao matador; e por isso não vive mais com segurança.

Pela Lei natural só se póde reparar o mal feito, compensando-o com hum bem proporcional áquelle a quem se fez o danno. Ella não permite reparar o mal por orações, votos, oblações á Deos, jejuns, mortificações (43); porque todas estas cousas são estrangeiras á acção que se quer reparar; pois taes actos não restituem o boi que se furtou áquelle de quem foi roubado; nem a honra a quem foi della privado pelo injurioso; nem a vida áquelle a quem foi tirada; e por consequencia taes actos faltão ao fim da justiça, e se constituem hum contracto perverso, pelo qual hum homem vende hum bem que lhe não pertence: elles vem a ser hu-

ma verdadeira depravação moral; visto que dão ouzadia aos mãos a consummarem todos os crimes, pela esperança de os expiar: elles são a verdadeira causa de todos os males, que tem sempre atormentado os povos em cujos paizes se usão taes práticas capciosas. (44)

A Sinceridade he ordenada pela Lei Natural; porque a mentira, a perfidia, o perjurio, suscitão entre os homens desconfianças, contendas, odios, vinganças, que tendem á sua destruição commum; ao contrario, a sinceridade e a fidelidade estabelecem a confiança, a concórdia, a paz, e os bens infinitos que resultão destas boas qualidades para a sociedade.

A Brandura e Modestia são ordenadas pela Lei Natural; porque a grossaria e dureza affastão de nós os corações dos outros homens, e lhes dão disposições para nos fazer mal; a presumpção e vaidade, ferindo o seu amor proprio, e o seu ciuime, nos impedem conseguir o fim de huma verdadeira utilidade.

A Humildade não he virtude ordenada pela Lei Natural; por que está no sentimento do coração humano o desprezar secretamente tudo o que lhe apresenta a idéa de fraqueza; e o aviltamento de si proprio anima nos outros o orgulho, e os instiga á oppressão: he necessario ter a balança justa. (45)

A simplicidade de costumes he virtude dictada pela Lei Natural: ella consiste na limitação de nossas necessidades e desejos ao que he verdadeiramente util á existencia do cidadão, e de sua familia. A pessoa de costumes simples tem poucas necessidades, e vive contente do pouco. A Lei Natural ordena

esta virtude, pelas numerosas vantagens que a sua prática assegura ao individuo e á sociedade: a pessoa que só tem necessidade do pouco, se liberta ao mesmo tempo de huma multidão de cuidados, embarços, e trabalhos; evita numerosas contendas e contestações, que nascem da cobiça, e do desejo de adquirir (46); poupa-se as ansias da ambição, as inquietações da posse, e a dôr da perda: achando por toda a parte o superfluo, he verdadeiramente rico; porque sempre está contente do que tem, e he feliz com poucas despesas; e os outros homens, não temendo a sua rivalidade, o deixão tranquillo, e são dispostos, quando se offerece occasiõ, de lhe prestarem serviço.

Se a virtude da simplicidade se estende á todo o povo, ella lhe assegura a abundancia: sendo abastado de tudo que poupa, adquiere meios immensos para o troco e Commercio: então trabalha, fabrica, vende mais barato que os outros povos, e se eleva á todos generos de prosperidade dentro e fóra da Nação.

A Cobiça, e o Luxo, são os vicios contrarios á esta virtude.

O Luxo he vicio para o individuo, e para a sociedade; e o he á tal ponto, que se pôde dizer, que com elle se encerrão todos os outros vicios: pois que o homem, que dá á si necessidade de muitas cousas, por isso mesmo se impõe todos os cuidados, e se submette á todos os meios justos e injustos de sua adquisição. Tendo hum gozo, deseja outro; e ainda estando no seio do superfluo de tudo, não he jámais rico. Se tem huma casa commodá, esta não lhe basta, e

pertende hum palacio grandioso: não se contenta com hum meza abundante, e requer enfeitados ruros e custosos; quer moveis sumptuosos, vestidos dispendiosos, apparatus de criados, cavaieaduras, carruagens, mulheres, Operas, jogos. Para supprir á tantas despesas, precisa de muito dinheiro, e para o ter, todo o meio lhe parece bom, e até necessario: ao principio endivida-se, e depois, fraudada, pilha, rouba, faz banca-rôta, põe-se em guerra com todos, arruina a si, e aos outros.

O *Luxo applicado á alguma Nação*, produz em grande as mesmas devastações; porque ella então consome todos os seus productos, e se acha pobre pela abundancia; ella nada tem que vender aos estrangeiros: fabrica com grandes despesas; vende caro, e se reduz a ser tributaria ás mais Nações nos productos que lhes compra: assim nos paizes estrangeiros perde a sua consideração, potencia, força, e os seus meios de conservação e defeza; e no interior do Estado se mina, e cabe na dissolução dos seus membros: sendo nesse estado todos os cidadãos avidos de gozos, se põe em luta violenta para os adquirirem: todos se fazem reciprocamente mal, ou estão promptos a fazer; e dahi procedem as acções e os habitos, que causão a guerra intestina de cidadãos á cidadãos, e compõe o que se chama *Corrupção Moral*.

Do luxo nasce a avidez, da avidez a in-vasão por força ou fraude; do luxo nasce a iniquidade do juiz, a venalidade da testemunha, a improbidade do marido, a prostituição da mulher, a dureza dos pais, a in-

gratidão dos filhos, a avareza do amo, a pilhagem do criado, a ladroeira do Ministro, a perversidade do Legislador, a mentira, a perfidia, o perjurio, o assassinato, e todas as *desordens do estado social*.

Os Moralistas por isso, com profundo convencimento desta verdade, tem posto por base das virtudes socies a *simplicidade dos costumes*, (47) e o *contentamento do pouco*. Póde-se tomar por medida certa das virtudes eu dos vicios de hum homem, a medida de suas *despezas proporcionadas ao seu reddito*, e calcular pelas suas necessidades de dinheiro a sua probidade e a sua integridade em executar os seus empenhos, a sua *dedicação á causa publica*, e o seu sincero, ou falso, amor da patria.

Patria se entende a *Communidade das Cidadãos*, que, reunidos por sentimentos fraternaes, e necessidades reciprocas, fazem de suas forças respectivas hum *força commun*, cuja reueção sobre cada hum delles toma o caracter conservador e bemfazejo de cidadãos, que formão hum *Banco de interesse*: na patria formão hum familia de doces affeições; o *patriotismo* vem a ser a caridade ou amor do proximo, com extensão á toda a Nação. Ora, como a caridade não se póde separar da justiça, nenhum membro da familia póde pertender o gozo de suas vantagens, se não em proporção de seus trabalhos; se elle consome mais do que produz, necessariamente attaca a existencia de outro: elle só póde adquirir meios de fazer sacrificios, e exercer generosidade á bem da patria, em proporção que consome menos do que produz.

Do exposto conclue-se que:

1.º Todas as virtudes sociaes não são mais que o *habito das acções uteis á sociedade, e ao individuo.* (48)

2.º Todas se reduzem á conservação do homem.

3.º A Natureza, tendo plantado em nós a necessidade desta conservação, á ella nos obriga como lei, constituindo-nos responsavel de todas as suas consequencias, e nos faz hum crime de tudo que della se aparta. (49)

4.º Temos em nós semente de toda a virtude, e de toda a perfeição, á que se deve dar desenvolvimento.

5.º Não podemos ser felizes senão em quanto observarmos as regras estabelecidas pela Natureza, cujo fim he a nossa conservação. (50)

6.º Toda a sabedoria, toda a perfeição, toda a lei, toda a philosophia, consiste na prática deste axioma, fundado, sobre a nossa propria organização :

Conserva-te;

Instrue-te;

Modera-te.

Vive para teus semelhantes, a fim de que elles vivão para ti. (51)

C A P I T U L O XX.

Refutação do Cathecismo Moral de Volney.

*Por amor da virtude os bons Lei guardão: Só por temor de pena os mds não peccão. **

Esta Regra, que nos povos mais civilizados da antiguidade caracterizava os homens moraes ou immoraes, tem sido desattendida pelos presumidos Mestres da Humanidade no seculo passado, que substituirão o *egoismo* ao *patriotismo*, e recomendarão a *virtude*, não pela sua intrinseca excellencia, e como ordenada por Deos com a esperanza de condigna retribuição na futura vida immortal, mas só pelos experimentados effeitos de conciliar o virtuoso a estíma, e attrahir a beneffencia dos nossos semelhantes; e reprovirão o *vicio*, pelos oppostos resultados de se expor o vicioso a mal fazer á si proprio, e excitar o desprezo e odio da sociedade; serão estas as recompensas e penas naturaes, e unicas, das boas ou más acções. Tal he a substancia do *Cathecismo de Volney*.

O Editor na preliminar *Advertencia diz*, que em todos os livros de Moral se acha hum caos de maximas sem nexo, preceitos sem causa, acções sem motivos; e que os pedantes do Genero humano o haviam tra-

* Oderunt peccare boni virtutis amore :

Oderunt peccare mali formidine poene — Hor.

boa ordem so por meo de espiritos e es-
pectros, mas que já era tempo de *fallar-lhe*
razão. Para esse effeito offerecia hum syste-
ma, em que punha as *bases de Moralidade*,
fundadas sobre a *natureza das cousas*, e tão
fixa e immutavel como ella mesma; e que
portanto esperava, que tal Cathecismo viesse
a ser hum livro classico popular, commum á
toda a Europa; ficando o Author satisfeito
de, ao menos, ter o merito de indicar os
meios de *fazer os homens melhores*.

Mas, como he possivel fazer os homens
melhores doutrinando-lhes Moral Egoistica,
e Anti-Christã, prescindindo dos dogmas
da Divina Providencia, da immortalidade
d'alma, e do culto externo á Deos? Isto
bastava para Refutação de Symbolo apoery-
pho de *Volney*. Porém addirei as seguintes
Notas.

Talvez se me estranhe a inteira trans-
cripção de tal Cathecismo, quando reconhe-
ço a sua infidelidade. Espero que aos Can-
didos Leitores pareça sufficiente apolo-
gia (além da razão já dada no cap. XVIII) a con-
sideração, de que se costuma arguir aos con-
tradictores de obras de Escriptores de no-
me, que fazem *mutação* dellas, só atacan-
do os lugares fracos, e supprimindo os sãos.
Quanto mais que convem dissipar as illusões
da Mocidade no que tanto interessa o Bem
Publico, não havendo perigo do veneno, in-
do á par o antidoto.

Deos mostra a Lei Natural, não só pe-
los *Sentidos*, e pela *Razão*, mas tambem por
communs sentimentos do Genero Humano,
que se podem considerar como *principios au-*
xiâres, para o exercicio dos *deveres*, e
bons costumes: taes são o *pêjo*, o *remorso*,
a *consciencia*, a *sympathia*, que *Volney* reco-
nhece no theor de seu Cathecismo.

Volney confundio a Lei Moral com a Lei
physica. Supposto ambas se entrelacem na
Ordem Cosmologica, ou Systema do Universo,
e, em consequencia, haja hum *harmonia pre-*
tubilita entre as boas e más acções, e a sua
natural recompensa e pena, ainda na vida
presente, e nisso se funde todo o Plano de
Educação (até no vulgo agoirando-se aos me-
ninos feliz ou infeliz sorte, conforme são
bem ou mal criados); com tudo nem sem-
pre *visivelmente* se mostra essa exacta cor-
respondencia, não só no moral, mas tambem
no physico. Por exemplo: quantas vezes o ex-
perto Lavrador e Negociante, bem calculan-
do estações e interesses, emprehende suas
lavouras, e negociações, e depois sobrevem
transtornos que os arruinão? Bem disse Sa-
lomon: “Nem sempre a victoria he dos for-
tes, nem a carreira dos velozes, nem o
pão dos homens intelligentes.”

O mesmo se observa ainda aos mais ri-

o condemnar taes uniões conjugaes, pelas suas pessimas consequências á honestidade e paz das famílias. Também não prohibia a communidade dos bens, em quanto haviaão vastas terras desertas e férteis, com fructos superabundantes: mas, depois de crescidas as famílias, e apparecendo variedade de máos caracteres de homens, huus industriosos e probos, e outros inertes e violentos, que só querião destructar sem custo, e á força, o fructo do trabalho alheio, a mesma Lei Natural dictou a divisão das terras, e o direito da propriedade; logo mostrando a experiencia, que assim se alargava indefinidamente a esphéra da geral industria, segurava-se a ordem civil, e se produzião incomparavelmente mais riquezas para todos os indivíduos, do que no primévo estado da Natureza.

(5) *á pag. 79.*

Se a Lei Natural he *evidente*, porque o Genero humano não percebeo a sua evidencia por tantos seculos, como diz *Volney*, affirmando na pag. 81, e 82, que tal Lei forma huma sciencia tão exacta como a Geometria e as Mathematicas, mas que nem os Legisladores e sabios até hoje a haviam conhecido senão *superficialmente*? Isto sem dúvida prova, que alguma calamidade sobreveio á Especie humana, que a impossibilitou de ter a *intuitiva evidencia* de tal Lei, como alias a tem da luz do Sol. No estado actual he impossivel que o principal corpo do povo possa fazer estudos sobre a Lei Natural com a profundidade correspondente áquellas difficeis sciencias.

(6) *á mesma pag.*

He *Racionavel* a Lei Natural; mas no sentido de ser conforme á *Razão de Deos*, e não por ser, em todos os seus effeitos, conforme á *razão do homem*. Porventura se podem explicar, só pela razão do homem, tantos espantosos phenomenos physicos, como tufões, terremotos, diluvios, incendios, pestes, sêccas, esterilidades nos chamados no vulgo *máos annos*; que ás vezes destroem n'hum instante a milhares de homens (culpados e innocentes) e a incalculaveis fructos de seus honestos e penosos trabalhos? Como se póde dar razão de haverem tantos mortuos, e mortiferos animaes, inimigos do homem, tantos paizes asperimos, inhabitaveis, outros habitados, desde tempo immemorial, por salvagens, barbaros, e semibarbaros, que recusão toda a luz, e até a communicação das Nações mais civilisadas! Tem sido bem notado por Moralistas e Naturalistas, que na Ordem Physica ha tantos outros mysterios do que se encontram na Ordem Moral. Mas he estulta soberba, e impia vaidade dos presumpçosos, que se arrogão o titulo de *philosophos*, o dogmatizarem, não ser racionavel, ou ser contra a razão, tudo que a sua fraca razão não comprehende na imprescritavel, mas sempre adoravel, economia da Providencia.

(7) *á mesma pag.*

He *Justa* a Lei Natural; mas no sentido de ser conforme á *Justiça de Deos*, que, vendo todas as relações do Grande Todo crea-

do, visível, e invisível, tem regras incommensuravelmente superiores á *Justiça do homem*, que muitas vezes se regula por estreitas vistas de interesses locais. A julgar-se pelas distintas regras, como se pôde explicar a origem, e, ainda mais, a continuação, de tanto e tão enorme mal moral, que affêa, e afflige a sociedade? Como se concilia com as idéas da justiça o serem punidos os filhos pelos peccados dos pais nas doenças hereditárias de gôta, lepra, escrophula, elephantiasis, &c? Nas sagradas Escripuras bem se repete = as *vias de Deos, não são as vias do homem*: ellas são investigaveis.

(8) á mesma pag.

He falso que todas as Leis preguem a dissensão, a discordia, a guerra. A Lei Evangelica não cessa de clamar aos homens *paz, caridade, perdão*. O nosso Salvador, quando os discipulos lhe pedirão que fizesse vir o fogo do Ceo contra os incredulos, reprehendeo a sua intolancia, dizendo = *não subeis de que espirito sois*.

(9) á mesma pag.

He calumnia á Christandade o dizer *Volney*, que os homens são ainda tão ignorantes e infelizes como o erão ha cinco mil annos. Onde se tem estabelecido a Religião Christãa, tem desaparecido a idolatria, polygamia, infanticidio, sacrificio de homens, queima de mulheres por morte dos maridos, e outras enormidades dos povos gentios. Na roda tem, quasi de todo, desaparecido o

capitveiro domestico. Já as maiores Potencias da Christandade tem feito convenções para a extirpação do Traffico de Escravos d'Africa, e da Pirataria dos Barbarescos na Europa. Já a Typographia está fóra da esphera da Tyrannia, e se acha estabelecida até na Austroslavia, Quinta Parte da Terra. Em todas as Nações em que ha Luz da Revelação, se tem multiplicado Fundações Pias e Literarios. Não fallo no progresso das Sciencias e Artes, que ora já tanto allumão e confortão a Humanidade, com lustre não conhecido, nem sonhado pelos povos antigos.

(10) á pag. 80.

Se fosse *sufficiente a Lei Natural*, não sendo os homens impecaveis, ella lhes daria com certeza os meios de obterem graça do Ente Supremo, arrependendo-se das culpas, em que até o justo cabe muitas vezes no dia: mas ella sobre isso nada dicta; e o mesmo *Volney* na pag. 111 diz, que tal Lei não permite reparar o mal por orações e mortificações. Logo era necessaria a Lei Revelada, para nos ensinar os expedientes de propiciar a Divindade offendida; do contrario, quasi todos os homens virião em miseria, cheios de remorsos da consciencia, e abandonados á desesperação; o que repugna á natureza, e ás idéas que a Humanidade tem da Divina Misericordia, que (segundo se diz na Escripura) *está sobre todas as suas obras*.

(11) á mesma pag.

A França só deo espectáculo de horro-
18

res, quando a Facção Revolucionaria, ainda dos que se intitularão *moderados*, e *gentes de bem*, affectarão seguir tão sómente a Lei Natural. Depois de se restabelecer alli a Religião Christã he que a Nação Franceza reassumio o caracter de Nação Moral, e se congraçou com a Humanidade.

(12) *á mesma pag.*

Volney diz, que a existencia de Deos he ensinada pela Lei Natural; mas não affirmo, que ella tambem en-sine a sua Omnipresença, Providencia, Bondade, Justiça; e até não indica estes dogmas no seu cathecismo. Ora, sem terem os homens idéas claras de taes attributos divinos, a crença na existencia de Deos, por si só, não tem influxo na execução dos deveres moraes.

(13) *á pag. 81.*

Sem culto externo á Deos, e em Templos publicos, a experiencia tem mostrado ser impossivel manter-se qualquer Religião; e Estado, e nem ainda a Moral Publica. Até os mais constantes adoradores de Deos em espirito e verdade, e puros amantes da virtude, afrouxão da piedade, não tendo os sentidos a animação que resulta da communidade dos fieis e solemnidades religiosas, que fortificão o Espirito Nacional. A magnificencia do Culto e Templo dos Israelitas foi humna das mais poderosas causas do exemplar affêro ás suas Instituições. Tambem a Christandade á isso deve a sua permanencia, não obstante os combates da *tyrannia* por

tantos seculos. Por isso *Voltaire*, o Patriarcha dos infieis, desenganou aos seus discipulos, de que era impossivel destruir a Igreja Catholica, em quanto se perpetuasse o *litual Romano*.

Vê-se pois que *Volney* nem mostra senão commum, quando em tom de Oraculo affirmo, que o culto a Deos dos Sectarios da Lei Natural todo inteiro consiste em acção; isto he, na pratica e observancia de todas as regras, que a *sabedoria suprema* tem imposto ao movimento de cada ente.

(14) *á mesma pag.*

He certo, que, para o conhecimento da Lei Natural em seus mais complicados dogmas, se exige o conhecimento de muitos factos, e toda a *sagacidade do raciocinio*. Consequentemente he escusado fallar razão ao povo, inculcando-lhe a observancia da mesma Lei em muitas difficeis questões da Moral Publica, sobre que ainda existem contradictorias opiniões dos Moralistas, e Estadistas, taes como a legitimidade do cativello, do trafico de escravatura, da tolerancia de seitas, &c. Podia-se aqui muito alongar a *lista*.

(15) *á mesma pag.*

Hum instincto, por si só, não indica a Lei Natural; mas instinctos reunidos a mostão; taes são os instinctos da sociedade, da paternidade, da religião, da sympathia, da consciencia, que conspirão a dar caracter moral ás acções humanas, demonstrando-se por elles a Vontade, e Ordem do Creador.

(16) *á pag. 82.*

Volney nega que a Lei Natural seja escripta nos corações dos homens; mas nas paginas 109, 112, 113, diz, que os sentimentos da justiça, da alvizez, e a Lei da conservação, *estão plantadas no coração humano*. Eis *Volney* refutado por si mesmo.

Demais: na pag. 81 reconhece, que ha *actos e sentimentos communs da Humanidade*: na pag. 106 chama *axioma* o preceito = Não façás á outro o que tu não queres que se te faça =; e o que he a *definição da justiça*: e na pag. 108 diz, que o outro preceito da *caridade*, ou *amor do proximo* = Fazer á outro o bem que queras receber delle =, ainda que recommendado no Evangelho, he preceito da Lei Natural. Não explicando porém o conho e quando taes sentimentos, axiomas, e preceitos, entrarão no espirito, a obvia e pia consequencia he, que não são idéas adventicias, mas effeitos de faculdades *innatas*.

(17) *á mesma pag.*

Volney diz: “A conservação de si mesmo he pela Lei Natural o preceito fundamental, e *unico*.” — Tal dogma não he exacto, e só serve de base á *Moral Egoistica*, já impugnada nos Capitulos 13 e 14.

Na pag. 88 disse, que o *egoismo* não he contrario ao estado social, porque “ não se deve ter por *egoismo* a inclinação de fazer mal á outro, pois então o amor proprio não vem a ser *amor de si*, mas *odio aos outros*. ”

O *egoista* pôde não ser convencido de odio ao Genero humano, e nem ainda á al-

um homem: porém, quanto aos seus habituaes sentimentos e desejos, visto concentrar em si todos os affectos, vem a ser, pelo menos, hum cidadão inutil no *designio*, posto que de *facto* nem faça mal directo, mas até *preste serviço* á seus semelhantes contra a intenção, pela benigna economia do Author da vida, conforme a qual na sociedade civil *ninguem vive para si só*.

Volney reconhece na pag. 85, que o salvagem não pôde ter segura a vida; e que por isso todos os esforços da Especie humana, desde a sua origem, tem sido o sahir desse estado violento, pela *necessidade urgente de sua conservação*. Reconhece na pag. 104 os effeitos da *União Fraternal*, e a impotencia da força de cada individuo sendo atacado por inimigos; e na pag. 105 attribue a segurança pessoal á *Comunidade dos Cidadãos*, que fazem de suas forças respectivas hum *Força Unica*, que toma o *caracter conservador*. Na pag. 105 adopta a opinião dos Moralistas, que tinham por = base e medida certa das virtudes sociaes, a sua *dedicação á causa publicu* =; e o que presuppões, que a Lei Natural dicta á cada pessoa, que, em conflicto da sua existencia e o Bem commum da Patria, cada individuo tem o dever moral de sacrificar a propria conservação á conservação de seus semelhantes: Tal he, e convém ser, hum dos principaes objectos da Moral Publica.

(18) *á pag. 82*

A *felicidade* dos homens, ainda temporal, foi tambem directo objecto do Creator, e

não só, como diz Volney, a sua *mera Conservação*; pois *felicidade* suppõe *prazer racional*, e vida sem prazer he desgraça, e quasi morte, trazendo enôjo, tédio, suicídio. Ora, não obstante a decadencia da Constituição do homem, nos paizes de governo regular, ainda a vida dos pobres industriosos e morigerados, tendo saude (que he o estado mais ordinario) se mostra cheia de prazer no trabalho, no descanso, no passeio, no divertimento, no colloquio, no comer, no somno &c. Isto he huma das provas da Bondade Divina.

O prazer pois não he, como o diz Volney, *objecto de luxo*, mas *necessario á vida*. A ingratiidão ao celeste Beneficor desapreza os ditos prazeres, por serem communs á todas as classes de homens. Até onde predomina a miseravel lei do cativoiro, o escravo de bom senhor, pôde dizer com o sabio da Escripura *a luz he doce, e Sol agradável*. — (Ecclasiast. cap. XI.)

(19) á pag. 84

Diz Volney, que o *verdadeiro peccado original he a ignorancia*. Esta decisão he contra a declaração da Escripura, que o attribue á desobediencia do primeiro pai dos homens á ordem de seu Creador, pela *soberba* de pertender igualar-se-lhe em sciencia.

A historia e experiencia mostrão, que da soberba, annexa á infatuação dos presumidos de sabios, tem provindo os horridos males da Sociedade. A crassa ignorancia tem causado mil calamidades; mas a *falsa sciencia* tem causado cem mil. As maiores catastro-

phes do Mundo civilisado forão as que sobrevierão ao destruido Imperio Grego e Latino, e que tiveram origem na corrupção da Moral Publica, pelas doutrinas impias dos Escriptores, que perverterão os espiritos dos Alexandres e Cesares, os quaes forão homens de extraordinarios talentos e conhecimentos. A devastação da França, e a desorganisação da Sociedade que a sua Revolução começou a fazer, emanarão principalmente de igual causa.

Além de que ainda a recta sciencia não disciplina assás, e menos subjuga, as paixões humanas, que só podem ser domadas pela sincera crença, e constante pratica dos dogmas e preceitos da Religião Christãa, unicos meios de haverem os bons homens auxilio divino, para a firmeza da virtude.

(20) á pag. 88

Volney diz que a *intenção he idéa sem realidade*: — Mas he incontestavel, que só a *intenção* he que dá moralidade ás acções; porque suppõe deliberação de agente livre para fazer ou contrariar o seu dever: ella he á que lhe dá o merito e demerito. Sim a intenção boa nem sempre justifica o acto, quando se obra com erronea consciencia; mas a intenção má sempre he culposa, ainda que não se siga o destinado effeito maligno; o que he obra da Providencia, que muitas vezes visivelmente confunde o perverso, e protege contra a malféitoria a innocencia.

(21) á pag. 89

A *instrução e sciencia* são recommendadas nas classes superiores e médias, vista que o seu directorio e exemplo muito influem na boa ordem da sociedade. Porém a *Arte de do conhecimento* não pôde ser cultivada pelo corpo do povo, que em todos os paizes he destinado aos mechanicos trabalhos necessarios, sem que, todos morrerião, e ninguém teria tempo e descanso para os estudos literarios. O cathecismo da verdadeira Religião, e o ensino das artes uteis, são os que assegurão no povo a geral subordinação, moralidade, e subsistencia.

(22) á pag. 92.

A *abstinencia, e jejum*, (diz Volney) he só conveniente depois de demazia no comer; mas he delirio, quando se tem fome. —

A Natureza provêo á abstinencia e jejum, quando se come sobreposse: então logo vem o fastio, e a febre da indigestão, que força á diêta, sob pena de morte, ou molesta dolorosa. A Igreja ordena o abstinencia e o jejum com moderação, e não em fome real: esta prática habitua os homens á frugalidade, e á compaixão dos miseraveis, que soffrem privações do necessario á vida. O Governo, Inglez, ainda que não Catholico, quando sobrevem imminente perigo ao Estado, decreta *Jejum Nacional*.

(23) á pag. 92.

Volney aqui faz tacitamente cumprir-

to á *Mahomet*, que no Alcorão prohibio o vinho. — Diz que a Lei Natural não prohibe o uso, mas só o abuso do vinho; porém, como “do uso ao abuso a passagem he facil e prompta, talvez os Legisladores que tem proscripto o uso do vinho, tem feito *serviço á Humanidade*.”

Não ha nos paizes de taes Legisladores a poligamia, com vicios de não menos desordens que á embriaguez? E porque *Volney* não faz igual suggestão contra o ferro, o pai das artes, tendo-se delle feito tanto abuso para guerras e mortandades? De que cousa em si boa não tem os homens feito máo uso? Porque não se recordou *Volney* da regra de senso commun, qual deo na pag. 84, que *seria absurdo cortar-se a lingua pelo abuso da fallar?*

No *Deuteronomio* se prometteo, que se os Israelitas guardassem a lei, Deos lhe mandaria as primeiras e ultimas chuvas para boa colheita do vinho, trigo, azeite. Os povos a quem o Ceo não concedeo tão precioso e variado fructo da terra, tem procurado substitutos do vinho em semelhantes liquores fermentados. He experimentado, que nos paizes de vinhas, não he extenso o vicio da embriaguez. O nosso Salvador celebrou a Eucharistia com vinho, e ordenou que assim se fizesse em *sua memoria*.

O abuso do vinho tem produzido graves males; mas tem sido tambem occasião de grandes bens, pela saudavel medecina, alecria convival, abertura de consas uteis á segurançalos Governos: o que já fez proverbial o dito = no vinho ha verdade. (*In vino veritas*).

He notado pelos Economistas, que a cultura das vinhas promove a dos cereaes, até fazendo aproveitar areias, penhas, e charnecas, que não podem ser *terras do pão*. O commercio de vinho sustenta muitos ramos do Circulo Maximo do trabalho e trafico do Mundo.

(24) á pag. 94.

As *Instituições Monasticas* tem prestado incalculaveis serviços á Humanidade, em nos transmitirem os Monumentos da antiga Lei-turatura, e darem bons exemplos de vida regular, e *castidade absoluta*, que he *virtude angelica*, a qual tambem se adquire por boa educação, e fortificados habitos de *senhorio de si*, com que a *Ração* rege os appetites sensuaes. O progresso das sciencias he muito devido á illustres celibatarios, como *New-ton*, (que até se fez no seu paiz famoso por aquella virtude), e que honrarão a Especie humana com os seus immortaes *partos de espirito*.

(25) á pag. 95.

Crescei, e multiplicai-vos, e enchei a terra, he Lei do Criador; mas admittre modificações do tempo e lugar, quando se verifica o *cheio*. Nos paizes vastos, ferteis, desertos, ou pouco povoados, aquella Lei tem plena execução; de sorte, que bem se pôde dizer, *onde hum homem e humna mulher pôdem bem subsistir, faz-se hum casamento*. Mas, onde a população chegou ao seu natural complemento, só a virtude da castidade absoluta em grande numero de pessoas, he a que pôde salvar a Nação de miseria, fome, peste,

e guerra, como demonstrou *Malthus* celebrando o Economista Inglez no seu *Ensaio sobre o Principio da População*.

(26) á mesma pag. 94.

A *Castidade das mulheres* he, sem dvida, virtude de maior consideração que nos homens; não só pelas razões de interesse que *Volney* enumera, mas tambem porque, sendo á ellas mais facil essa virtude, pelo pudor do sexo, recato da educação, e seriedade do temperamento (que *Buffon* nota ser quasi geral) a que salta essas barreiras, he capaz de todos os vicios, como bem ponderou *Tacito* *. Isto porém em nada diminue a malfetoria dos homens no crime da sedução da candura femini, antes lhes aggravava a culpa, por fazella victima de ardil, com desgraga maior, sendo a offensa reciproca da lei da Natureza, cujo fim se defrauda. Em vño se reguer a virtude da resistencia na mulher, quando se considera venial a aggressão do homem, que tem os meios fortes de triumpho, até na promessa de consorcio.

(27) á pag. 97.

Qualidades *mores* impropriamente *Volney* attribue aos animaes, porque ellas só pertencem á agentes livres. A inda que se attribua fidelidade ao cão, ingratidão ao gato, vingança ao macaco &c., taes factos não tem o caracter de virtude, e vicio.

* *Femina, anissá pudicitia, alia non abnuerit.* — *Lo Mor. Germ.*

Vohney aqui condemna o *má uso da riqueza*, e não falla no *vício da má aquisição*, que he incomparavelmente mais pernicioso, e commun: elle na pag. 113 condemna a *enbica*, e o *desejo de adquirir*, que alias, não sendo com excesso, e exercendo-se por industria honesta, e sem meios injustos, não causa mal, antes bem, á sociedade. Tem-se visto a muitas pessoas, que adquirirão riqueza com avidez e injustiça, depois fazerem recto, e até generoso, uso da mesma. No geral, onde ha Governo que proteja as pessoas, e propriedades, são, comparativamente, raros os que dissipão a sua riqueza com applicções más: nestas circumstancias, quasi todos empregão seus cabedaes em *trabalhos productivos*, para augmento dos proprios redditos, e patrimonios; e nisso ganha o povo salarios de industria util.

(29) á pag. 102.

A *Prodigalidade* he vicio, mas a *Averez* o he tambem, e muito mais odioso e prejudicial. *Vohney* he rigorista contra a prodigalidade, e não he censor da avariza, em que não falla. Mas o Juize Publico sempre foi indulgente ao prodigo, e severo ao avarento; e com razão: pois aquelle dá comer á muita gente, e sente em fim a pobreza, como a natural pena da dissipação; e este até nega ao mendigo esfaimado as migalhas da mesa, rindo-se da plebe que lhe nota a sordidez, e das scenas theatraes que o ridiculizão.

O nosso Salvador deo a *Lição Moral* nas parabolas do *rico tarento*, e do *filho prodigo*, condemnando aquelle, e perdando á

este. Talvez a Providencia permita a prodigalidade, para se corrigir a extrema desigualdade das fortunas, e girar na circulação o dinheiro estagnado nos cofres dos egoistas, que só tem o *coração no thesouro*, sendo inúteis á si, e ao Genero humano.

(30) á pag. 104.

O *Adulterio* he crime pouco inferior ao homicidio, e tem dado occasião á crueldades. No Imperio Romano até se deo impunidade ao marido, que matava aos adulteros, dando os Legisladores por escusa a *justa dor* do offendido.

A fidelidade conjugal he a maior garantia da fidelidade domestica, e hũa das principais columnas da Moral Publica, e da *Monarchia* das Nações. *Tacito* na sua obra dos *Costumes dos Germanos* bem diz, que nesse povo heroico a parte mais louvavel de suas maeiras era a *pudicia das mulheres*, e a *pureza dos matrimonios*. * Onde se tem indulgencia, ou indifference, aos seductores das mulheres casadas, pôde-se affirmar que ali existe grande Corrupção Nacional.

Vohney invectiva contra o adulterio só pelas desordens que sobreven ás famílias.

Mas a razão capital de sua enormidade na Igreja Catholica he, porque se offende o *Grande Sacramento* (como o intitula o *Altar* os *conjuges* fazem a promessa de perpetua lealdade, e o nosso Salvador o honrou com a sua

* *Septid pudicitia agunt — severa illic matrimonia: neque ullam morum partem magis laudaveris. — Moralem.*

Presença, dando, pela ordem da indissolubilidade, a mais effeaz protecção ao bello sexo contra a inconstancia dos homens, e segurança de estado aos filhos legítimos, para a filial piedade, e paz das famílias. Depois da Revolução da França se *desagrou o casamento* (como diz *Burke*) porque o seu código civil o reduziu á contrato ordinario. Felizmente o Legítimo Monarcha já derogou essa disposição.

(31) d pag. 104.

Volney diz na pag. 102 que o amor paterno não he virtude commun. Ha sem duvida pais desaturados, e tem havido parricidas: mas são olhados com horror, como se fossem monstros. Ha mais razão de temer os effectos da nimia indulgencia, que de escandalosa severidade dos Pais. Onde ha frequentes abusos de authoridade paterna, conte-se de certo que a Nação está desmoralizada.

A obediencia filial he a base da subordinação civil: ella porém não exclue o recuso dos filhos aos Magistrados, se os pais lhes negão alimentos, e lhes fazem máos tratamentos. Contra a Satyra de *Volney* oppoño a admoestação de *Hume* em hum dos seus *Ensaíos Moraes*: “ Vai, e vêde o triumpho da Natureza no amor paterno! Que paixão egoistica, que delicia sensual, se lhe emparêlha! O pai exulta na prosperidade, e virtude de seus filhos, e corre á seu socorro nos perigos os mais imminentes, e trementados.”

(32) d pag. 106.

Volney não definiu com exactidão as Virtudes Sociaes. Diz que todas as acções uteis á

Sociedade são Virtudes Sociaes. Isto só se verifica, quando tem por objecto algum dever moral.

Os que empregão capital e industria na Agricultura, Commercio, e outros ramos de trabalho útil, sem duvida fazem acções uteis á Sociedade; mas ninguém, só porisso, os considera virtuosos.

Os Inventores de Machinas, que abreviãõ os trabalhos, e multiplicão seus productos, e igualmente os que tem feito descobertas nas Artes, e melhorado os seus processos, sem duvida fazem acções uteis á Sociedade, e ainda á posteridade; e alguns (segundo diz o Economista *Say*) mettem n'hum instante na circulação immensa quantidade de sua mercaderia, só com a revelação do methodo melhorado das operações, e dos instrumentos da mechanica. Que transcendente beneficio social tem feito, por exemplo, os inventores e aperfeçoadores do sabão, das velas &c.? Com tudo ninguém ainda os canonizou por santos.

Os inventores da Machina Filatoria, e da Bomba de Fogo, são admirados como engenhosos, mas não venerados como virtuosos, tendo requerido premio de seus inventos. Quantos inventores de curativos fizeram grandes bens á Humanidade, mas morrerão sem revelarem o segredo de suas receitas? Pues Monopolistas e Egoistas receberão a sua paga, mas não deixarão immaculada a sua memoria.

Que acção mais útil á sociedade que a de Colombo na descoberta d'America? mas a Humanidade só julgou quasi digno de altar ao Bispo *Las-Casas*, porque advogado na Corte de Hespanha a causa liberal dos Indios contra a tyrannia dos Castellhanos. *Franklin*,

porque descobrio a lei da Electricidade, fez inculcavel bem ao Gênero humano, ensinando os meios de salvar dos raios os Edifícios, e Navios, e por isso he louvado como o Prometheo do Novo Mundo; mas só se constituiu *recrueur*, e entrou no Templo da Memoria, porque muito contribuiu para a liberdade da Pátria contra a despotica Supremazia da Metropole: alli predominou a curiosidade scientifica; aqui o amor do Bem Publico.

O criterio da Virtude he a execução que alguem faz de seu *dever moral*, como de ordem de Deos, e de bem intencional e desinteressado aos homens.

(33) á pag. 107.

Diz Volney, que os homens são *iguaves na ordem da Natureza*. Sem dúvida a Especie humana he homogenea, como nascida de hum só Pai: esta homogeneidade bem demonstra Buffon contra as objecções da variedade das côres, physionomias, e estaturas; mas todos os individuos não são iguaes ainda na ordem da Natureza, e muito menos na ordem da Sociedade, pela natural desigualdade de talentos, pela civil desigualdade de circumstancias pessoas e locais, e pelas enormes differenças de merito, habilidade, e valor politico, derivadas da indefnida *divisão do trabalho*, pela qual os Cidadãos, conforme as respectivas variadas carreiras, e profissões, tem mais ou menos idoneidade para certos Empregos do Serviço Publico, que se não podem confundir sem decadencia e ruina do Estados. Mas, por *sentimentos communs da Humanidade*, he dever religioso tratar a to-

dos com justiça e benevolencia, quaesquer que sejam as suas condições, e fortunas; e nisto consiste a verdadeira *igualdade moral* do Gênero Humano.

Na Revolução da França, em que, para engano dos povos, se inculcou o falso direito do Homem da *Igualdade* na ordem da Natureza, se desmoralizou a Nação, até o excesso de serem Magistrados os carneiros. Por isso o celebrado Edmund Burke disse, — que tal Revolução só estabeleceu a *igualdade dos vicios*, dando esplendor á obscuridade, e distincção aos meritos os mais indistinctos.

(34) á mesma pag.

Volney aqui inculca as vagas ideas da *Liberdade* no estado civil, e da *Auctoridade*, que a restringe, dizendo, que nenhum homem he necessariamente submettido á outro, nem tem direito de o dominar. — Mas donde se deriva o poder do Pai sobre o filho, e do Governo sobre toda a Comunidade, que ou acquiesce ao seu ascendente, ou reconhece as vantagens da sua protecção? Volney não devia implicar a doutrina moral com abstractas questões de Politica. A Moral Publica exige a obediencia do povo ao Governo legitimo; e a prudencia dicta seguir a opinião de Hume, que (excepto o caso de tyrannia insupportavel) nenhum bom cidadão deve concorrer á forçadas innovações no Estado; pois, não obstante os defeitos das leis, e da Administração, *tudo o Governo estabelecido tem infinita vantagem sobre qualquer outro, só por ser estabelecido.*

(35) *á pag.* 108.

Depois de reconhecido o Direito da propriedade territorial e mobiliar, não se pôde dizer com Volney, que *cada homem he senhor absoluto, e proprietario perfeito de seu corpo, e dos productos do seu trabalho*. Ninguém no actual estado da sociedade tem direito de plantar e colher em terra alheia contra a vontade do seu dono; nem, sendo-lhe adiantado por capitalista o salario e material de obra, se pôde arrogar todo o producto do seu trabalho; mas he necessario que o reparta com o mesmo capitalista: as justas porções da partilha se regulão por Leis Naturaes, que os Economistas politicos demonstrão. O corpo principal dos trabalhadores em todas as Nações cultas, onde a população he exuberante, he o que necessariamente recebe o menos possível do producto do respectivo trabalho; porque deve pagar a maior parte desse producto aos Proprietarios, aos Capitalistas, ao Governo. Tal he a organização social, que em vão os Anarchistas tem pretendido desconcertar com os seus revolucionarios Pregões da Igualdade, Liberdade, e Propriedade de todos os homens.

(36) *á mesma pag.*

He falsa a doutrina, que, quando *fuzcamos mal á outro, damos-lhe o direito de tambem elle nos fazer mal*. Isso só pôde haver no estado selvagem. A tal direito (que he effeito do resentimento natural da injuria)

dido o recurso de pedir desagravo á Auctoridade Publica.

(37) *á pag.* 109

O *Perdão* das injurias, ainda no paganismo, sempre foi acto das almas grandes, e piedosas. O nosso Salvador deo o *Mandado Novo*, não só de perdoar, mas até de bem-fazer e amar aos inimigos, ordenando que jámais se retribuísse *mal por mal*. Elle declarou, que Deos reservara para si o *juizo e o castigo*.

Os Governos legitimos, como os Ministros da Justiça Divina, entrão no lugar da Providencia, para punirem os máos incorrigiveis, até com pena de morte: e ainda assim, he da Prerogativa do Supremo Poder o conceder perdão em circumstancias que a Equidade o reclama, sem perigo do Estado. O espirito vingativo nos particulares seria de pesimas consequencias, se o Christianismo não tivesse com o preceito do perdão mitigado o resentimento dos offendidos, ainda nos mais graves casos. A doutrina de Volney só serviria de perpetuar o *barbarismo dos duellos*, o *furor das querélas*, o *odio de familias*, a antipathia das Nações, e as guerras de extermínio dos povos selvagens e barbaros.

(38) *á pag.* 110

Morrer sem esperanza de immortalidade, viver sem fé na Divina Revelação, são as maiores desgraças do homem, que assim se iguala á luz que se apaga, e ás bestas que perecem. Tal he a honra que Volney dá:

Humanidade! Pela sua Lei Natural, depois das acções boas ou más da vida, o resultado he NADA. Que animação para os Virtuosos! Que lição para os malféitores, que calculão com a impunidade, ou que mal olhão o ultimo supplicio como hum máo quarto d'hora! A Lei Natural dietou ainda aos salvagens o honrar a seus mortos: todos os povos sempre tiveram monumentos funeraes, que suppõe a crença de outro estado depois da vida: todos guardão tradições antigas, de que dos Ceos vierão emmissarios a lhes revelar cousas uteis ao Bem Commum. Volney espoliou ao corpo dos povos, que só vivem de trabalho duro, e tanto soffrem da malicia dos improbos, a sua unica propriedade he — *olhar ao Céo* — *esperando* a condigna retribuição no futuro estado.

(39) *á mesma pag.*

A *Probidade* não he *sciencia difficil e delicada*, nem abraça conhecimentos complicados do estado social, nem calculo de interesses bem entendidos, com sacrificios de ternes gozos presentes por futuros e grandes proveitos. Os soberbos e cabalistas são os que fazem a Probidade tão intrincada como a Geometria. Ella só requer entendimento ordinario, e coração candido. Mal iria á Humanidade, se, para o povo ser probo, fosse necessario ser sabio.

Para ser humma Nação morigerada, basta, que, no corpo principal do povo, estejam fixos em todos os espiritos os preceitos da Moral Universal, de criarem e doutrina-rem bem os Pais aos filhos: e guardarem os

Mandamentos da Lei de Deos; mostrando-se-lhes a necessidade de serem obedientes e fieis ao Governo, e ás Authoridades por elle estabelecidas; não fazerem mal á ninguém, e fazerem á todos o bem que lhes he possivel. O verdadeiro homem probo tem *simplicidade de espirito*; pratica os seus *reconhecidos deveres*, e deixa as consequencias á Providencia.

(40) *á mesma pag.*

Consciencia! que traz, dia, noite, e sempre, a condemnação contra o culpado! Volney só humma vez falla nella em seu Catholicismo. Mas os grandes malvados, que bebem o crime como a agoa, tem a consciencia *cauterizada*, como dizem os Moralistas: ainda que às vezes lhes occorra na memoria a *força*, affrontão os terrores, na esperança da unica felicidade, que Volney indica na pag. III de *não serem enforcados*.

(41) *á pag. III.*

He falso que a Lei Natural dê ao roubado o *direito de roubar*; isto he Pregão da Anarchia.

(42) *á mesma pag.*

He ainda mais falso, que o que commette homicidio, dê aos parentes e amigos do morto, hum direito igual de tirar a vida ao matador. Esse falso direito só se exerce de *facto* em Governo irregular, que não dá á competente protecção aos individuos.

(43) *da mesma pag.*

Volney diz, que a Lei Natural não permite reparar o mal com *orações, jejuns, mortificações* &c. Mas a Natureza, (que nada faz de balde) deo aos homens as legi-mas do arrependimento, e do pezar pelo mal feito; elles não são impecaveis, antes fracos, irasciveis, e de paixões animaes: quando o remorso condemna, que recurso natural pôdem ter senão o da *oração* ao Pai Celeste para o perdão! Toda a antiguidade consagrou esse expediente, como se vê nos mais celebrados Poemas. Quanto ao *jejum* já assás se disse na pag. 132: a *mortificação dos sentidos* he dictada até pela *Sciencia dietica*, que Volney approva na pag. 93. O justo meio nas cousas foi sempre boa *lição moral*.

(44) *da pag. 112.*

Volney aqui attaca todas as *práticas es-piutorias*, attribuindo-lhes a *Depravação Moral*, e considerando o seu uso como a *verdadeira causa de todos os males* da sociedade: todavia na pag. 100 reconhece, que algumas praticas semelhantes, que erão typicas da vir-tude da *pureza*, e de prevenção de *impuridade*, na origem, forão bem fundadas, ainda que depois degenerarão em abusos e prejui-zos. A censura só deve recahir sobre os ritos barbaros dos *sacrificios humanos*, e *trifycos sacrilegos*, que a ignorancia e malicia tem causado, introduzindo a abominação até em lugares santos.

(45) *da mesma pag.*

A *Humildade Christã* não traz *idéa de fraqueza*, e só consiste no reconhecimento da tennidade da nossa intelligencia, e virtude, e na devota resignação e confiança na tutela do Poder Divino, que só nos pôde livrar da vio-lencia dos mãos: do contrario, se sempre se opposesse *força á força*, nem haveria paz na terra, e a *balança não seria justa*, porque a vantagem estaria da parte do *mais forte e iniquo*. Esta humildade com tudo não obsta aos recursos da lei, para obter o offendido a reparação competente: porém jámais devemos esquecer-nos, que *espírito vingativo* he o *terrible monstro* da sociedade.

(46) *da pag. 113.*

O *desejo de adquirir* não se deveo confundir com a *cubica desordenada*. Sem aquelle desejo, os homens permanecerião no estado salvagem; e com elle a sociedade civil tem subido já muito, e he capaz de subir á hum auge indefinido de riqueza e magnificencia, que emule (ainda que sempre em miniatura) a belleza e munificencia do Ente Supremo nas Obras da Creação. Quem não se extasía à vista de campos bem cultivados com variedade de plantações e bemeitorias; de Portos cheios de Navios; de Cidades brillantes; de Fabricas de trabalho, occupando innum-raveis industriosos, que vivem das *obras de suas mãos*? Tudo isso vem do *desejo de adquirir*, e consequentemente do instinto de *medhorar de condicção*: sendo tal desejo regulado pela Moral, he justo e virtuoso. e simples ef-

feito da *prudencia*, *previdencia*, *actividade*, que o mesmo Volney na pag. 90 e 98 justamente recommenda e estima entre as *virtudes individuas*.

(47) á pag. 115.

Simplicidade de costumes! Contentamento do pouco! Eis o Receituario Moral de Volney! Já na antiguidade se disse, que a capa de Diogenes encobria mais orgulho, do que a purpura de Alexandre? Porque não usou da receita, quando Bonaparte o nomeou Senador com ordenado de secenta mil libras?

Luxo! Que horrido quadro faz Volney, em servil copia de *Mably*, que tentou reduzir a Humanidade quasi á *sôga negra* dos Lacedemonios. Isto produziu o *Sans-culotismo* dos Revolucionarios da França (antes tão distincta pela *industria Franceza*) que porisso *comprou pobreza com mufetoria*. He, e será sempre, verdade o que disse *Montesquieu*: — *Se os ricos não dependerem muito, os pobres morverão de fome*.

Luxo he hum termo indefnido, e indefnível: elle não tem por objecto cousa fixa, mas relativa ao paiz, tempo, e civilisação das Nações. O que he *luxo* para Estado pobre, he *miseria* para Estado rico.

Que he *luxo*, em ultima analyse, mais do que alguma obra da Natureza luxuriante (como dizem os Naturalistas) ou das Artes da paz, colhida, ou feita pelo engenho e braço dos homens, em consequencia da *Cooperação Social*? He o rico, ou o pobre, que faz esse trabalho? O jornalista, que hoje só tem grosseiro vestido, goza do serviço de in-

numeraveis co-irmãos habitantes em mui diversas, e remotas partes do Mundo.

Quem o creia? Até o misero apanhador de trapos ganha o seu pão cooperando prodigiosamente para a Literatura, e Riqueza da Sociedade! Em as Nações mais industriosas, e consequentemente mais abundantes em *artigos de luxo*, he onde se vê mais geral emprego e contentamento do povo, e onde se faz a mais extensa economia, aproveitando-se para as manufacturas a milhares de objectos, cujo bom uso seria desconhecido, com enorme desperdicio de cousas proveitosas, e gratas á vida. Ah! até o vicio perde a metade da sua deformidade, perdendo a sua grosseria.

Não he aqui o lugar de tratar a *questão do luxo*, que pertence á Economia politica. Não se deve porém confundir o *luxo da ladeira* e extravagancia dos conquistadores, tyrannos, e velhacos, com o *luxo da razão*, que provém do espirito de invenção, divisão do trabalho, e estímulo da energica industria, que tendem a dar a todas as cousas melhora, elegancia, e perfeição. Como se hade fazer parar o andamento da sociedade em todos os processos da Tarefa Social, á que a intelligencia dos homens de dia em dia dá prodigiosa expansão, e que facilita, á todas as classes muitos commodos e gozos da vida? Se alguns cobigosos saltarem de sua esphera, a Justiça os fará entrar nella.

(48) á pag. 116.

Já acima na pag. 138 se mostrou a im-

propriedade da definição, que Volney dá ás *Virtudes Sociales*.

(49) *á mesma pag.*

He falso que a *Natureza nos faz hum crime de tudo que se aparta da Lei da nossa conservação*: ao contrario, por senso commun da Humanidade, ainda no Paganismo, sempre se considerarão como Thaumaturgos de Virtude os *Herões de todas as Ordens e idades*, que, em grande numero, tem sacrificado a propria conservação á salvação da Patria; e isto o celebre Moralista *Valerio Massimo* diz ser dictado pelas **SANTISSIMAS LEIS da NATUREZA**. *

A doutrina de Volney abate o valor Nacional, e só pôde fazer cobardes, e não bons soldados: ella assemelha-se á de hum fidalgo egoista, que, expedindo para a guerra a hum filho, disse-lhe, que os que expunhão a sua vida pela Nação, se enterrevão no intitulado *Campo da honra*; mas os que zelavão a propria conservação recebão *Vitae e Commendas*.

(50) *á mesma pag.*

A Natureza não tem por fim primario a conservação de cada individuo, mas sim a conservação da Especie. Não he objecto de ensino scientífico o inculcar-se, com tan-

* Patet ergo. quàm benigne, quàm que profunde pietatis erga patriam omnium ordinum, omnis ætatis homines exultent, "sanctissimis que nature legibus, "mirificorum etiam exemplorum clara mundo subscripsit ubertas. — Lit. V. Cap. VI

ta emphase, o dever da conservação, que exuberantemente está seguro pelo fortissimo instincto do *amor proprio*: o empenho do Moralista deve ser o dar, contra o ferrenho egoismo, o impulso contrario para o *amor do proximo* e do *Estado*. O Magisterio deve consistir em saber e inspirar os motivos consantes de exercer cada cidadão *espírito publico e philanthropico*, para o bem commun da Patria, e da Humanidade.

(51) *á mesma pag.*

Vive para teus semelhantes, a fim de que elles vivão para ti: — Exhortação superficial! O Author da vida á isto providenciou com tanta sabedoria e bondade, que cada homem, queira ou não queira, *vive para seus semelhantes*, em virtude do instincto de sociedade, e da divisão do trabalho: dali resulta, que ainda o infimo obreiro não vive do immediato producto de sua industria, mas do reunido trabalho de milhares de seus semelhantes, que, por via do troco, o supprem com muitas cousas necessarias, e commodas á vida. O rico avarento, se quizer ter ganhos pelos seus thesouros, he obrigado a pôllos em circulação: o que faz a casa para si, esquecido da sepultura *, também edifica para a posteridade. Havendo Governo Protector, pôde-se estar certo, que todo o subdito se esforçará em viver para a Commuidade, e bem desempenhará o que diz o Apostolo das Gentes (Ad. Rom. XIII.) **NINGUEM VIVE, NEM MORRE, PARA SI SO**.

* Stuit domos sepulchri immemor. — Senec.

CAPÍTULO XXI.

Observações sobre o Cathecismo da Natureza do Barão d' Holbach.

NO Cap. XVIII mencionei a Obra de grande voga na França, que se diz escripta antes da sua Revolução com o título de *Moral Universal*, sendo depois publicada em compendio com o título de *Cathecismo da Natureza*, attribuido ao Barão d' Holbach, que era o primeiro Cathedratico em París da Escola de *Voltaire*. He desnecessaria a sua refutação explicita; porque fica anticipada na que offereci contra *Volney*, que o teve por modelo, e de que fez plagiato, occultando-lhe o nome. Para os leitores formarem conceito de tal Obra, e se prevenirem contra as suas doutrinas sophisticas, bastará expor alguns dos seus sentimentos, e fazer-lhes breves observações.

Este Escriptor conega a sua exposição, notando a falta de progresso da *Sciencia Moral*, sendo aliás a mais interessante á todos os Povos. Elle a generaliza dizendo, que a *Politica* não he mais que a *Moral applicada á conservação dos Estados*; a *Jurisprudencia* a *Moral consagrada pelas Leis*; o *Direito das Gentes* a *Moral applicada á conducta das Nações* entre si. Nisto diz bem; porém devia igualmente enumerar a *Economia Politica*, como a *Moral applicada á sociedade civil*, para dar estímulo á *Geral Industria* e correspondencia da *Especie humana*, a fim de produzir-se a abundancia do necessario e commodo á vida. que são os mais efficazes re-

medios sedativos das paixões animaes para a subordinação e paz dos povos, sem que he impossivel Moralidade e Virtude; porque (segundo o vulgar proverbio) — *a necessidade não tem lei*. —

Não he da emprehendida tarefa, e minha esphéra, abranger aqui esses ramos da *Sciencia Moral*, que envolvem os complicados casos dos Interesses das Nações, e que por isso tem difficuldades na decisão do *justo e injusto*. Bastará aqui prenotar, que nos Estados cultos ha tão geral convicção que existe humma *Ordem Moral*, estabelecida pelo Fuste Supremo para o Bem Commum da Especie humana, que todos os Governos no *Preambulo de suas Leis*, e *Manifesto de suas Guerras*, expoem as razões de justiça em que se fundão, como em apologia e reverencia á Divindade, e Humanidade.

A censura capital do dito Cathecismo he que o Escriptor, supposto reconheça a existencia de Deos, com tudo destrói os dois mais solidos fundamentos da *Moral universal*, isto he, a *Consciencia do Gencro Humano*, e a *Immortalidade d'alma*.

Sim reconhece, que ha *virtude*, e *vicio* como ha *saude e doença*; porém contradiz aos Moralistas modernos, que, (diz) arrastados pela autoridade dos antigos, tem crido, que os homens recebem da *Natureza* idéas que chamavão *innatas*, com ajuda das quaes elles julgavão rectamente do *bem e mal*; e consideravão a razão, virtude, justiça, benevolencia, piedade, como qualidades essencialmente inherentes á constituição humana; e que a *Natureza* havia gravado em todos os corações as verdades primitivas,

o amor do bem, o odio do mal moral; e que por isso todos julgavão sãamente sobre as acções como boas ou más com auxilio de hum *Senso Moral*, o qual vinha a ser o critério infallivel para decidir-se com certeza sobre o merito e demerito de taes acções. Elle reprovava tal doutrina, igualando-a á crença das *qualidades occultas*.

Diz que a Moral que elle appresenta, he o conhecimento natural dos *deveres do homem* na vida deste mundo; que, seja qual for a opinião que se adopte sobre a sua alma, e sorte futura, quer a alma seja immortal, quer não, (o que deixa ás discussões da Metaphysica e Theologia) os deveres da vida social serão sempre os mesmos; e que, para os conhecer, bastará saber, que todos os homens são susceptiveis de experimentarem o prazer e a dor; e que cada pessoa vive com entes que sentem como elle, e que he obrigado a merecer a sua benevolencia, para alcançar o que deseja, e para remover de si o que pôde desagradar.

O Pseudo-Cathechista he Sectario do *Systema Egoístico*, que degrada a Constituição humana. Tratando na Parte I. Cap. VI. do *Interesse* ou do *Amor de si*, diz: "Alguns philosophos tem fundado a Moral sobre a *benevolencia immuta*; mas essa benevolencia não pôde ser senão o effeito da experiencia, e da reflexão, as quaes nos mostrão, que os outros homens são uteis á nós mesmos, e que se achão em estado de contribuirem á nossa propria felicidade. Hum *benevolencia decintressada*, de que não nos resultasse, da parte daquelles que a inspirão, nem ternura, nem retribuição, seria hum sentimento des-

tuido de motivos, ou hum *effeito sem causa*.

Todo o homem mostra benevolencia aos outros por consideração á si proprio. Elle quer fazer amigos, isto he, entes, que se interessam para si mesmo; ou alias experimenta este sentimento para com as pessoas de quem já tem experimentado disposições amigaveis; ou finalmente porque quer atrahir a estima de si mesmo, e da Sociedade.

Cita a auctoridade do Latino Moralista *Seneca*: — *quem bene amat a si mesmo, bene amat de todos os outros*. *

Mas este *Dogma occultar* he o *Egoismo idolatrado*, que deve ser o empenho da verdadeira Moral, exterminar dos Estados de Bons Costumes, e que aspirão a ver predominar o Espirito Publico.

Diz mais, que o "*instincto moral* he a faculdade de julgar com promptidão, sem hesitação, e sem que a reflexão pareça ter parte em o nosso juizo. Este instincto, e essa promptidão de julgar, são os effectos do habito adquirido pelo exercicio frequente. No *physico*, por instincto nos levamos para os objectos proprios a causar prazer aos nossos sentidos; no *moral*, experimentamos hum sentimento prompto de estima, admiração, e amor das acções virtuosas, e horror ás acções criminosas, conhecendo logo, ao primeiro golpe de vista, a sua tendencia e fim. A promptidão com que esse instincto, ou este *juicio moral*, he exercido pelas pessoas esca-recidas e virtuosas, tem feito erer a muitos Moralistas, que esta faculdade he inherente

* Qui sibi amicus est, scito huic amicum omnibus esse. — *Seneca Epist. VI. in fine*

ao homem, e que a trouxera da nascença, sendo alias sómente o fructo da reflexão, do habito, e da cultura do espirito, que se aproveita das nossas propensões naturaes, ou que nos inspira os sentimentos que devemos ter.”

No Capitulo da *Morte* diz que “suppedito nada devesse parecer mais efficaz para excitar os homens á virtude, e os remover do mal, do que a persuasão de humna felicidade eterna, espiritual, ineffavel, e o temor dos castigos rigorosos, e sem fim; contudo a experiencia nos faz ver, que estes motivos, apresentados cada dia pelos ministros da Religião, nada pôdem, ou, pelo menos, só influem fracamente no maior numero do povo. Os homens, na maior parte dominados pelo presente, nada pensão sobre o futuro, que lhes parece sempre muito afastado. O mundo está cheio de viciosos que professão submeter-se á Religião, e crerem em premio e castigo que ella annuncia, sem que taes idéas produzão algum bem real na vida presente. Porisso tem-se visto soberanos muito religiosos, e todavia muito injustos e tyrannos.” Dahi conclue, que a cousa mais propria para consolar o homem sobre a necessidade de morrer, he a idéa de subsistir na memoria dos outros.... Tendo-se bem merecido do Genero humano por seus serviços, em falta de humna immortalidade sobrenatural (*que só o homem religioso tem direito de se prometter*) elle se lisonjeará de alcançar humna *immortalidade natural*, produzindo longo tempo sentimentos de ternura nos corações de todos que deixou nesta vida.

Estes discursos bem mostrão a incoheren-

cia dos Deistas. O Escripitor do *espirito das leis* bem convenceo a futilidade de taes argumentos. “Dizer que a Religião nada pôde, nem reprime os mãos, por que não reprimio tambem de nada servem, porque muitos malvados afrontão os medos dos castigos rigorosos. Os homens na maior parte morrem sem deixar memoria, ou mui pouco tempo extensa e duravel. Que consolação para os infelizes he a que dá á Humanidade o Moralista da Natureza!”

Em fim, depois de tres Volumes da intitulada *Moral Universal*, o Pseudo-cathequista diz, que, se algum Ecclesiastico fizesse hum *Cathecismo claro* da Moral, mereceria o reconhecimento do Genero humano. A isto qualquer pessoa do povo, que não tiver o coração corrupto, pôde dizer, que elle se encerra na seguinte profissão de fé da Religião Natural:

Com suor de meu rosto o pão grangeio,
Alegre trabalhando em lida honesta;
Da consciencia a voz me manifesta
Quanto a Virtude he bella, o Vicio he feio.
A ninguém faço mal; o bem que posso
(Fé, e esperança em Deos) á todos faço.
Da Patria ao Commum Voto satisfaço.
Da Lei da Natureza eis breve esboço!

FIM DA PARTE I.

INDICE

D A P A R T E I.

<i>Introdução.</i>	pag. iii
Cap. I. <i>Da Constituição da Especie Humana</i>	1
Cap. II. <i>Da Decadencia da Constituição Moral do Homem</i>	5
Cap. III. <i>Dos Classicos Moralistas da Grecia</i>	6
Cap. IV. <i>Dos antigos Fundadores de Escolas da Moralidade, e de seus Commentadores.</i>	12
Cap. V. <i>Da Seita Estoica</i>	16
Cap. VI. <i>Dos Classicos Moralistas Latinos</i>	17
Cap. VII. <i>Da Lei Natural, e sua influencia, e vasta observancia, em todos os Estados, ainda incultos</i>	21
Cap. VIII. <i>Das Opiniões dos Moralistas modernos sobre o fundamento da Obrigação Moral</i>	25
Cap. IX. <i>Da Insufficiencia da Luz da Razão para bem se conhecer a Lei Natural, e Pura Moral</i>	30
Cap. X. <i>Refutação de Payne</i>	35
Cap. XI. <i>Confirmação do exposto</i>	39
Cap. XII. <i>Confirmação das Doutrinas antecedentes</i>	42
Cap. XIII. <i>Da Moral Egoistica</i>	50
Cap. XIV. <i>Systema Anti-egoistico</i>	54
Cap. XV. <i>Do Systema Sympathico, ou da Sensibilidade Moral</i>	60
Cap. XVI. <i>Da Educação Moral</i>	66
Cap. XVII. <i>Das Classes dos Deveres Moraes</i>	70
Cap. XVIII. <i>Theoria de Volney, sobre a Lei Natural, e Moral Universal</i>	73